

PSICOLOGIA CLÍNICA

Psicanálise: teoria e clínica

28.2

PSICOLOGIA CLÍNICA

Psicanálise: teoria e clínica

28.2

2016

PSICOLOGIA CLÍNICA — 28.2, 2016

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

EDITORES RESPONSÁVEIS:

Andrea Seixas Magalhães
Esther Arantes

EDITORES ASSOCIADOS:

Helence Charchat Fichman
Luciana Fontes Pessoa
Monah Winograd

COMISSÃO EXECUTIVA:

J. Landeira-Fernandez
Andrea Seixas Magalhães

ASSISTENTES DE EDIÇÃO:

Natália de Almeida Carneiro

CONSELHO EDITORIAL:

Alberto Konicheckis, Universidade Paris/Descartes (Paris V), Paris, França
Adriana Wagner, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Ana Maria Rudge, UVA, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Cleonice Alves Bosa, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Eduardo João Ribeiro dos Santos, PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Portugal
Fernando Urribarri, Universidad de Buenos Aires, Argentina
Ilana Strozenberg, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Jefferson Machado Pinto, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil
Jurandir Freire Costa, UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Luiz Augusto M. Celes, UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil
Luiz Eduardo Prado de Oliveira, Université de Bretagne Occidentale,
Brest, Bretagne, França

Maria Consuelo Passos, UNICAP, Recife, PE, Brasil
Maria da Graça Bompastor Borges Dias, UFPE, Recife, PE, Brasil
Marta Gerez Ambertin, Universidade Nacional de Tucumán,
San Miguel de Tucumán, Tucuman, Argentina
Nelson da Silva Junior, USP, São Paulo, SP, Brasil
Pierre Berghozi, Université de Paris 8 – Vincennes St Denis,
Paris, Ile-de-France, França
Renato Mezan, PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil
Roland Gori, Université Provence-Aix-Marseille 1,
Marseille, Provence, França
Silvia Helena Koller, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Teresa Cristina Carreteiro, UFF, Niterói, RJ, Brasil

SECRETÁRIAS:

Marcelina Oliveira de Andrade
Vera Lúcia L. da Silva

REVISÃO: *Sandra Regina Felgueiras*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Abreu's System e HG Design Digital Ltda*

Apoio:



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da PUC-RIO

PSICOLOGIA CLÍNICA. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. v. 28.2, 2016

CDD.157.9

ISSN: 0103-5665 (impresso)

ISSN: 1980-5438 (online)

MISSÃO DO PERIÓDICO

Divulgar trabalhos originais na área da Psicologia Clínica, contribuindo para a qualidade da pesquisa, da produção de conhecimento e para a consolidação desse campo no Brasil.

LINHA EDITORIAL

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área de Psicologia Clínica.

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

NACIONAIS:

INDEX PSI www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME lilacs.bvsalud.org/

QUALIS (A2) www.periodicos.capes.gov.br

INTERNACIONAIS:

CLASE: www.dgbiblio.unam.mx/clase.html

DOAJ (Suécia) www.doaj.org/doaj

Latindex (México) www.latindex.unam.mx/index.html

PsycINFO www.apa.org/psycinfo/about/covlist.html#P

SCOPUS www.scopus.com/home.url

REDALYC redalyc.uaemex.mx/

HOME PAGE:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665&lng=pt&nr=iso

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea
22453-9000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 3527-2109
Fax: (021) 3527-1187
E-mail: previstapuc-rio

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL	9
SEÇÃO TEMÁTICA	
PSICANÁLISE: TEORIA E CLÍNICA	13
CLIVAGEM TRAUMÁTICA E PROCESSOS DE SIMBOLIZAÇÃO	
<i>Traumatic cleavage and symbolization processes</i>	
<i>Clivaje traumático y procesos de simbolización</i>	
Renata Mello	
Regina Herzog	15
DO FETO AO BEBÊ: WINNICOTT E AS PRIMEIRAS	
RELAÇÕES MATERNO-INFANTIS	
<i>From fetus to baby: Winnicott and the first parent-infant relationship</i>	
<i>De un feto al bebé: Winnicott y las primeras relaciones materno infantiles</i>	
Sergio Gomes da Silva	29
A LEITURA FREUDIANA DA POLÍTICA	
<i>The Freudian reading of the politics</i>	
<i>La lectura freudiana de la política</i>	
Joel Birman	55
A PULSÃO DE MORTE CONTRA A PULSÃO DE	
MORTE: A NEGATIVIDADE NECESSÁRIA	
<i>The death drive against the death drive: the necessary negativity</i>	
<i>La pulsión de muerte contra la pulsión de muerte: la negatividad necesaria</i>	
Marianna T. de Oliveira	
Monah Winograd	
Isabel Fortes	69

A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM ADOLESCENTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICOTERAPIA INDIVIDUAL E A PSICOTERAPIA FAMILIAR <i>The psychoanalytical clinic with adolescents: considerations on the individual psychotherapy and family psychotherapy</i> <i>La clinica psicoanalítica con adolescentes: consideraciones de la psicoterapia individual y la psicoterapia familiar</i> Maíra Bonafé Sei Ana Carolina Zuanazzi.....	89
---	----

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E MAL-ESTAR NA ESCOLARIZAÇÃO: INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO <i>Childhood, adolescence and malaise in education: dialogues between psychoanalysis and education</i> <i>Infancia, adolescencia y malestar en la educación: diálogos entre el psicoanálisis y la educación</i> Luciana Gageiro Coutinho Cristiana Carneiro	109
--	-----

SEÇÃO LIVRE

O CASO DE AUGUST STRINDBERG: (RE)VISITANDO A PATOGRAFIA DE JASPERS E A ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DE BINSWANGER <i>The case of August Strindberg: (re)visiting Jaspers' pathography and Binswanger's phenomenological analysis</i> <i>El caso de August Strindberg: (re)visitando la patografía de Jaspers y el análisis fenomenológico de Binswanger</i> Lucas Bloc Juliana Pita Virgínia Moreira Mareike Wolf-Fédida	133
---	-----

HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA OU JUDICIALIZAÇÃO DO HUMANO? <i>Humanization of justice or judicialization of the human?</i> <i>¿Humanización de la Justicia o judicialización del humano?</i> Camilla Felix Barbosa de Oliveira Leila Maria Torraca de Brito.....	149
---	-----

UMA REVISÃO EXPLORATÓRIA NA DEMÊNCIA E ESQUIZOFRENIA:
SOBREPOSIÇÕES, DIFERENÇAS E PERSONALIDADE PSICODINÂMICA

An exploratory review on dementia and schizophrenia:

overlaps, differences and psychodynamic personality

Una revisión exploratoria en la demencia y la esquizofrenia:

superposiciones, diferencias y la personalidad psicodinámica

Joana Henriques-Calado

Maria Eugénia Duarte-Silva173

EDITORIAL

O número 28.2 da Revista Psicologia Clínica reúne 9 artigos em duas seções, incluindo uma contribuição internacional, e aborda o tema *Psicanálise: teoria e clínica*. A seção temática agrupa artigos com abordagem psicanalítica, contemplando estudos teóricos e teórico-clínicos. Alguns dos estudos apresentados nesse número destacam a dimensão política da psicanálise e suas interlocuções com outros campos de saber, reafirmando a missão da revista de priorizar o pensamento crítico-reflexivo numa perspectiva de clínica ampliada.

O artigo que inicia a seção temática, *Clivagem traumática e processos de simbolização*, das autoras Renata Machado Mello (UFRJ) e Regina Herzog (UFRJ), se propõe investigar o modo específico de funcionamento psíquico diante do excesso pulsional, a partir da noção de clivagem em sua dimensão traumática. Inscrita na reviravolta conceitual dos anos 20, a clivagem ganha essa referência a um transbordamento pulsional. Parte-se do pressuposto de que as ações da clivagem recaem sobre as experiências psíquicas que não alcançaram o *status* de representação. Discute-se sobre a possibilidade de se pensar os processos de simbolização para além do universo representativo, examinando as formas de insistências dos aspectos clivados da subjetividade.

O segundo artigo apresentado na seção temática, *Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis*, de Sergio Gomes da Silva (UFRJ), analisa as primeiras relações materno-infantis a partir de três proposições teóricas: o trauma do nascimento, a observação de bebês em útero com o advento da ultrassonografia e o método de observação de bebês na prevenção de traumas psíquicos. Essas teorias são analisadas através do referencial teórico de Donald W. Winnicott, a partir da teoria do desenvolvimento emocional primitivo e do conceito de memória corporal, as quais enfatizam as experiências intrauterinas sentidas pelo feto e o contato do bebê com a mãe em termos da fisicalidade dos corpos vivos, após seu nascimento.

Em seguida, o trabalho intitulado *A leitura freudiana da política*, de autoria de Joel Birman (UFRJ), pretende sublinhar a existência da problemática da política no discurso freudiano que, como uma invariante teórica, perpassa esse discurso como um todo. Empreende-se a crítica de um arquivo instituído na tradição psicanalítica pós-freudiana, segundo o qual a problemática da política foi silenciada. Assim, para relançar a relevância dessa problemática nesse discurso, o

autor considerou necessário restaurar no arquivo freudiano outras linhas de força e linhas de fuga para explicitar devidamente o diálogo estabelecido por Freud com a tradição da filosofia política, de forma a evidenciar os registros do laço social, do contrato social e do poder nas suas relações com os registros da pulsão, do inconsciente e da transferência.

O artigo *A pulsão de morte contra a pulsão de morte: a negatividade necessária*, de Marianna T. de Oliveira, Monah Winograd e Isabel Fortes (PUC-Rio), aborda o conceito de pulsão de morte. Tradicionalmente definida como traumática, como o que esgarça a rede representacional e alimenta a compulsão à repetição, levando o psiquismo ao esgotamento e à dissolução, a pulsão de morte apresenta, mais profundamente, uma outra face que é preciso sublinhar e que constitui o objeto central desse artigo. Se ela realiza um trabalho do negativo, a negatividade que ela expressa impulsiona a subjetivação, pois sua atividade e seus efeitos são absolutamente necessários, entre outras coisas, para a construção do duplo limite psíquico (Green) e para a realização do primeiro trabalho psíquico verdadeiro (Rosenberg). Eis o paradoxo que as autoras pretendem investigar: somente através dos desligamentos, dos vazios, das divisões e das separações gerados pela pulsão de morte os processos de simbolização podem proliferar, se enriquecer e o psiquismo pode se complexificar.

O artigo intitulado *A clínica psicanalítica com adolescentes: considerações sobre a psicoterapia individual e a psicoterapia familiar*, de Maíra Bonafé Sei (UEL – Londrina) e Ana Carolina Zuanazzi (USP), destaca a adolescência como um período que demanda a elaboração psíquica de muitas perdas e construção de uma nova identidade. Frente a isso, diversos conflitos podem ser suscitados, sendo relevante o trabalho psicoterápico na promoção e manutenção da saúde emocional do adolescente. Alguns enquadres psicoterápicos podem se dar a partir da demanda identificada, como a psicoterapia em grupo, individual e familiar. Nesse trabalho, pretende-se discutir sobre as estratégias de intervenção empregadas no campo da adolescência a partir de experiências advindas da psicoterapia individual do adolescente e da psicoterapia de família, na qual o adolescente pode estar inserido. Trata-se de um estudo teórico-clínico, empreendido por meio de uma pesquisa qualitativa, com base no referencial psicanalítico e ênfase nas contribuições da teoria winnicottiana.

Finalizando a seção temática, o artigo *Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: interlocuções entre a psicanálise e a educação*, de autoria de Luciana G. Coutinho (UFF) e Cristina Carneiro (UFRJ), é fruto de uma pesquisa realizada na interface da psicanálise com a educação. A partir da perspectiva psicanalítica e entendendo que a educação e a subjetivação humanas se dão no campo

da linguagem, afirma-se que, na transmissão, reedita-se o processo inaugural de nascimento do sujeito, do qual participa sempre um outro/educador. Entretanto, constatando que tal processo é hoje fortemente orientado pelo discurso da ciência em detrimento da palavra autorizada de pais e profissionais da educação, propõe-se uma discussão acerca do referido mal-estar através do estudo de casos de crianças e adolescentes encaminhados ao serviço de psiquiatria (IPUB/UFRJ) pela escola, realizado nos moldes de uma pesquisa-intervenção.

Abrindo a seção livre, apresentamos o artigo *O Caso de Augusto Strindberg: (re)visitando a patografia de Jaspers e a análise fenomenológica de Binswanger*, de Lucas Guimarães Bloc (UNIFOR), Juliana Pita (UNIFOR), Virgínia Moreira (UNIFOR) e Mareike Wolf-Fédida (Université Denis Diderot – Paris 7). Nesse artigo, revisita-se a patografia de Strindberg, apresentada por Jaspers, e a análise fenomenológica, realizada por Binswanger, apresentando suas principais características e como esse caso ilustra as diferentes concepções desses autores. Jaspers se interessava pelos escritos autobiográficos de Strindberg por se tratar de um exemplo daquilo que apresenta acerca da inacessibilidade a uma compreensão psicológica da psicose e da compreensão processual do adoecimento. Binswanger, retornando à fenomenológica genética, realiza a análise da experiência delirante de Strindberg a partir de questões egológicas e corporais. São percursos distintos que, para além da distinção, refletem marcas da utilização inicial de uma lente fenomenológica por Jaspers que se efetivam posteriormente através de autores da Psicopatologia Fenomenológica, como o próprio Binswanger.

A seguir, o artigo *Humanização da justiça ou judicialização do humano?*, das autoras Camilla Felix Barbosa de Oliveira (UniNorte) e Leila Maria Torraca Brito (UERJ), aborda o cenário atual das leis, no qual sentenças e procedimentos jurídicos passam a dar mais ênfase ao que se concebe em termos de valorização dos afetos, da felicidade e dos direitos dos sujeitos. Em nome da garantia desses últimos, edifica-se uma nova forma de operação do sistema de Justiça que, para muitos, seria mais humanizada. Tendo em vista tal conjuntura, o artigo traz os resultados de uma pesquisa na qual se analisou três materiais produzidos por instâncias do sistema de Justiça no ano de 2013: a Cartilha do Divórcio para os pais; a Cartilha da família – Não à alienação parental; e o roteiro Conte até 10 nas escolas. Por meio desse estudo é possível notar que as cartilhas analisadas, além de promoverem a gestão das emoções, dos relacionamentos e dos comportamentos dos sujeitos, têm produzido a judicialização dos atuais modos de subjetivação e de socialização, bem como a transformação dos sentidos dados às vivências cotidianas.

Finalizando a seção livre, o artigo *An exploratory review in dementia and schizophrenia: overlapping, differences and psychodynamic personality*, de autoria de Joana Henriques-Calado e Maria Eugénia Duarte-Silva (Universidade de Lisboa), aborda algumas das sobreposições e diferenças na demência e na esquizofrenia. A análise das diferenças entre uma estrutura psíquica de personalidade e os respectivos diagnósticos é o objeto de exploração dessa revisão. A angústia de fragmentação e a relação de objeto fusional apresentam-se relacionadas com a esquizofrenia e, por seu turno, a angústia de abandono e a relação de objeto anaclítica com a demência. Num *continuum*, a estrutura psicótica surge associada à esquizofrenia e a estrutura borderline à demência.

SEÇÃO TEMÁTICA

Psicanálise: teoria e clínica

Clivagem traumática e processos de simbolização

Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis

A leitura freudiana da política

A pulsão de morte contra a pulsão de morte: a negatividade necessária

A clínica psicanalítica com adolescentes: considerações sobre
a psicoterapia individual e a psicoterapia familiar

Infância, adolescência e mal-estar na escolarização:
interloquções entre a psicanálise e a educação

CLIVAGEM TRAUMÁTICA E PROCESSOS DE SIMBOLIZAÇÃO

TRAUMATIC CLEAVAGE AND SYMBOLIZATION PROCESSES

CLIVAJE TRAUMÁTICO Y PROCESOS DE SIMBOLIZACIÓN

*Renata Mello**
*Regina Herzog***

RESUMO

O presente trabalho se propõe investigar o modo específico de funcionamento psíquico diante do excesso pulsional, a partir da noção de clivagem em sua dimensão traumática. Inscrita na reviravolta conceitual dos anos 20, a clivagem ganha essa referência a um transbordamento pulsional. Partimos do pressuposto de que as ações da clivagem recaem sobre as experiências psíquicas que não alcançaram o *status* de representação. Discutimos a possibilidade de se pensar os processos de simbolização para além do universo representativo, examinando as formas de insistências dos aspectos clivados da subjetividade.

Palavras-chave: clivagem; trauma; excesso pulsional; processos de simbolização.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to investigate how the psychic apparatus reacts specifically to drive overload from the standpoint of cleavage, in its traumatic dimension. Established during the conceptual turnaround of the 20s, cleavage gains this reference to drive overflow. We begin with the assumption that cleavage actions fall upon psychic experiences that did not achieve representation status. We discuss the possibility of thinking symbolization processes beyond the representative universe, examining the ways in which cleaved aspects of subjectivity persist.

Keywords: cleavage; trauma; drive overload; symbolization processes.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMEN

El presente trabajo se propone a investigar el modo específico del funcionamiento psíquico delante del exceso pulsional, a partir de la noción de clivaje en su dimensión traumática. Inscrito en la inversión conceptual de los años 20, el clivaje traumático se adjudica esta referencia a un desbordamiento pulsional. Partimos de la presunción que las acciones del clivaje recaen sobre las experiencias psíquicas que no alcanzaron el status de representación. Discutimos la posibilidad de pensarse los procesos de simbolización para más allá del universo representativo, examinando las formas de persistencia de los aspectos clivados de la subjetividad.

Palabras clave: clivaje; trauma; exceso pulsional; procesos de simbolización.

Por mais difícil que tenha sido a vida de uma pessoa, por mais objetivas que tenham sido suas frustrações e decepções, é preciso que, em um momento ou outro, o indivíduo tome consciência de que isto é de sua propriedade. Sua propriedade de transformar os dados de dentro e de fora para criar algo que é seu psiquismo.

André Green, 1990.

Sabemos que o divórcio entre a força pulsional e seus possíveis representantes psíquicos traz uma problemática para a questão dos processos de simbolização com a qual se defrontam a teoria e a experiência psicanalíticas nos dias de hoje. A impossibilidade de ligação simbólica da pulsionalidade coloca em xeque a função simbolizante do psiquismo por meio da qual as experiências psíquicas podem ser metabolizadas. Não por acaso, portanto, as sintomatologias contemporâneas, que encerram os ditos sofrimentos narcísicos e estados limites, tais como os adoecimentos psicossomáticos e hipocondríacos, os ataques de ansiedade e pânico, as hiperatividades e as compulsões mais diversas, têm em comum, justamente, a rubrica da efração psíquica. É possível reconhecer, ainda, como o mal-estar vem se apresentando, cada vez mais, no registro do corpo, da ação e das intensidades, contrapartida do excesso que transborda no psiquismo, desafiando os recursos simbólicos do sujeito.

No âmbito dessas considerações, interessa-nos investigar o modo específico de funcionamento psíquico diante do excesso pulsional, a partir da noção de clivagem traumática (Verztman, 2002). Inscrita na reviravolta conceitual dos anos 20, a clivagem ganha essa dimensão na referência a um transbordamento

pulsional. Partindo do pressuposto de que as ações da clivagem recaem sobre as experiências psíquicas que não alcançaram o *status* de representação, pretendemos investigar a possibilidade de se pensar os processos de simbolização para além do universo representativo. Para tanto, vamos valorizar as formas de insistências dos aspectos clivados da subjetividade, atualizadas de modo alucinatório ou agido, no sentido de favorecer sua integração psíquica. Sustentamos a hipótese de que o impacto sensorio-motor perceptivo das experiências precisa ser transformado em representantes psíquicos através do trabalho de simbolização, repercutindo, sobremaneira, na relação que o sujeito estabelece com a sua própria história. Após essa incursão teórica na problemática da clivagem e dos processos de simbolização, acreditamos estarmos mais aptos para refletir sobre as condições necessárias para a instauração de um dispositivo analítico com função simbolizante.

A clivagem diante do excesso pulsional

O termo em alemão *Spaltung*, para o qual se adota o equivalente clivagem, obedece a um longo caminho de desenvolvimento conceitual na obra freudiana, sendo utilizado desde a invenção do inconsciente, passando por variações tais como “clivagem da consciência” ou “clivagem psíquica”, até assumir a especificação *Ichspaltung*, designada como a divisão do eu, no âmbito da reflexão sobre o fetichismo e as psicoses. Nos últimos escritos de Freud, a saber, “Esboço de psicanálise” (1940a [1938]/1996) e “A divisão do ego no processo de defesa” (1940b [1938]/1996), a divisão do eu pela ação da clivagem se institui como um procedimento de defesa válido sob a influência experiências traumáticas. Diante do traumático, portanto, a “natureza sintética” dos processos do eu pode sofrer uma série de alterações, permitindo, então, a coexistência de duas correntes contrárias, uma capaz de acatar a realidade e outra que a nega taxativamente. Configura-se, assim, uma “fenda no eu, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa (Freud, 1940b [1938]/1996, p. 293).

Sustentando o sentido freudiano de corte na operação psíquica da clivagem, vamos investigar a noção de clivagem enquanto defesa privilegiada diante do excesso pulsional com base na perspectiva ferencziana. Para Ferenczi (1990, p. 64), a clivagem é uma das principais consequências da vivência de uma “dor sem conteúdo de representação”. Vamos utilizar, especialmente, a concepção desenvolvida por Roussillon (1999), a qual descreve a clivagem como o processo que divide a subjetividade entre uma parte representada e outra não representável. Convém precisar que tal concepção se distancia, em certa medida, da clivagem

evocada por Freud (1940b [1938]/1996), que circunscreve a divisão do eu entre duas cadeias representativas opostas.

De acordo com Roussillon (1999), a clivagem corresponde a um processo de defesa paradoxal através do qual o sujeito sobrevive psiquicamente ante a ameaça de transbordamento pulsional pelo corte da subjetividade. É importante ressaltar que o aspecto paradoxal se deve ao fato de que o eu se cliva de uma experiência vivida e ao mesmo tempo não constituída como uma experiência do eu, o que suporia que ela tivesse sido representada. Nas palavras de Roussillon (1999, p. 20; tradução nossa): “de um lado a experiência foi ‘vivida’ e então deixou ‘traços mnêmicos’ do que foi experimentado e ao mesmo tempo, de outro lado, ela não foi vivida e apropriada como tal”. Instaure-se, assim, uma dissociação entre um eu que tudo sabe e nada sente e um eu que sente e nada sabe, ou ainda, uma cisão entre o afeto e a objetividade do mundo (Ferenczi, 1933/1992). Dessa perspectiva, as partes que foram clivadas se encontram à espera de processos de simbolização para alcançar uma integração no psiquismo.

A clivagem traumática se inscreve na reviravolta conceitual dos anos 20, marcada, fundamentalmente, por “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1996) e “O ego e o id (Freud, 1923/1996), a partir da qual começa a ser possível considerar algo para além do registro das representações psíquicas e do princípio do prazer. O conceito de pulsão passa a ser relativizado para além de uma referência exclusivamente sexual e a autonomia do campo quantitativo da pulsão, indicada por Freud (1915/1996) em “Pulsões e suas vicissitudes”, assume a sua radicalidade. Até então, preponderava no pensamento freudiano a certeza da ligação originária entre a força pulsional e seus representantes, de forma que a pulsão era necessariamente inscrita no registro da representação como pulsão sexual. Tal certeza, contudo, começa a ser relativizada em prol de um redimensionamento da concepção do trauma, a partir de experiências que se apresentam a despeito do princípio de prazer.

O reconhecimento da extensão dos fenômenos repetitivos não redutíveis seja à realização de desejo, seja à obtenção de satisfação, isto é, a repetição de situações que engendram sofrimento psíquico, institui a emblemática “compulsão à repetição” (Freud, 1920/1996). As situações dolorosas que não se curvam ao princípio do prazer, tais como os sonhos traumáticos ou as brincadeiras infantis que atuam a ausência materna, caso do ilustre jogo *fort-da*, repetindo-se insistentemente em uma tentativa de dominação, supõem a existência de algo “além” do princípio do prazer. Diante disso, Freud reconsidera, então, a sua dominância *a priori*, indicando condições necessárias para a sua vigência. Torna-se indispensável, portanto, um esforço constante de ligação da pulsionalidade no plano repre-

sentacional, caso contrário o excesso pulsional se estabelece, produzindo efeitos traumáticos. Dessa perspectiva, “não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulos que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico” (Freud, 1920/1996, p. 40).

Nesse contexto, a concepção de trauma recebe, então, uma reconfiguração na obra freudiana. O trauma deixa de ser identificado exclusivamente com a ameaça de retorno das representações sexuais recalçadas para se afirmar como excesso pulsional, ou seja, irrupção de quantidades de excitação incontrolável no psiquismo. Sob essa perspectiva, uma experiência se constitui como traumática quando a exigência de trabalho imposta ao psiquismo excede sua capacidade de ligação. Dito de outro modo, o que confere à quantidade um valor de efração é a impossibilidade de ligá-la, ou seja, quanto menor a capacidade de vincular o influxo de energia, mais violentas serão as consequências psíquicas (Freud, 1920/1996). Os efeitos disruptivos do trauma derivam, portanto, da tensão entre a magnitude pulsional e os recursos psíquicos disponíveis, tensão que, no limite, aponta para o colapso do psiquismo. Reportamo-nos aqui às situações arcaicas e às situações limites mais tardias, nas quais o potencial simbólico vacila, colocando em risco a integridade narcísica. Nesses casos, o sofrimento psíquico torna-se equivalente ao irrepresentável, isto é, ao excesso que ultrapassa e fragmenta.

Na linha dessas considerações, acompanhamos Roussillon (1995, p. 1358; tradução nossa), “a clivagem supõe a ação de um ‘além do princípio de prazer/desprazer’, quer dizer, da tentativa e da falha de instauração do seu primado: alguma coisa lhe escapa, o que está na origem de um hiato no funcionamento psíquico”. De acordo com o autor, tal hiato responde, precisamente, aos elementos clivados não subjetivados que estabelecem uma desconexão no coração da experiência psíquica, implicando em um desgarramento interior, em termos freudianos, uma “fenda no eu” (Freud, 1940b [1938]/1996, p. 293). A questão reside na impossibilidade de o traumatismo ser representado posta a interrupção dos processos de simbolização, o que inviabiliza a mediação pelo recalque e a vigência do princípio de prazer.

Com isso, o psiquismo passa a funcionar proeminentemente sob compulsão à repetição submetido pela pressão do retorno das partes clivadas. Tal retorno se efetua pelo reinvestimento dos traços das experiências clivadas, material sensório-motor perceptivo, de modo alucinatório ou agido, atualizando o traumático outrora vivido (Roussillon, 1999). Não se trata, então, de um retorno de natureza representativa, passível de comunicação pela linguagem verbal. Engendra-se aí a sensação de uma espécie de dor sem razão, na medida em que

não se conta com uma representação da experiência, tornando mais árduos os processos de simbolização.

Ora, com efeito, a clivagem incide no funcionamento do aparelho psíquico levando à construção de núcleos clivados, produzindo como efeito a impressão de não acontecimento do traumático. Contudo, é preciso considerar a permanência de um nível de inscrição arcaica do trauma. Essa consideração acarreta a possibilidade de se pensar uma ordenação psíquica dos fenômenos clivados para além do universo representacional. Isso aponta para a existência de processos de simbolização entre a experiência vivida (arcaica e/ou no limite) e o sentido da experiência, processos que, por sua vez, são indispensáveis para transformar a relação do sujeito com o próprio campo experiencial.

Os processos de simbolização na clivagem

Relançando a máxima freudiana de que o sofrimento neurótico do sujeito advém de suas próprias reminiscências (Freud, 1893/1996), nos parece importante avaliar de que ordem é o registro das lembranças que são atualizadas no âmbito da clivagem. Para tanto, há que se levar em conta a perspectiva freudiana de que a memória não se faz presente de uma única tacada, distendendo-se em temporalidade e espacialidade determinadas. Desse modo, vamos abordar os processos de simbolização a partir da transformação das experiências psíquicas por meio dos diferentes níveis de ligação simbólica. Tais níveis comportam uma relação de derivação, mas não de oposição ou exclusão, tendo em vista que a realidade psíquica não apreende de imediato nem uniformemente as experiências, coexistindo, portando, vários níveis de inscrição psíquica. Sendo assim, os processos de simbolização se baseiam em movimentos de transcrição sequencial pelo sistema mnêmico, de acordo com as particularidades da experiência vivida, tais como impacto e frequência. Por esse viés, o trauma implicaria a interrupção desses movimentos em algum ponto.

Seguindo as orientações levantadas pelo “Projeto para uma psicologia científica” de 1895 (Freud, 1950 [1895]/1996), no tocante às modificações dos neurônios diante da ação de fortes excitações provindas de fora, apreciamos o desenvolvimento de uma explicação para a memória. Por analogia, o psiquismo sofreria a ação das experiências vividas, se modificando ao registrar passivamente aquilo ao qual é confrontado. De fato, “todo traço é traço de uma impressão”, como salienta Garcia-Roza (2008). O traço seria, então, a forma pela qual a impressão conserva os seus efeitos. Nesse sentido, o traço pressupõe uma inscrição,

sendo a memória formada pelo conjunto dos traços. É importante ressaltar que os traços podem estabelecer conexões entre si, o que, precisamente, se designa por associação. Nessas circunstâncias, quando ocorre, por exemplo, simultaneidade ou semelhança de impressões, uma relação associativa se estabelece entre os elementos psíquicos.

No âmbito desses enunciados, retomamos as elaborações memoráveis de Freud contidas na “Carta 52” (Freud, 1896/1996) e “A interpretação dos sonhos” (Freud, 1900/1996) acerca dos modos de inscrição dos acontecimentos no aparelho psíquico. Na carta referida, Freud propõe que “a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações” (Freud, 1896/1996, p. 281). Ele nos apresenta aí três registros sucessivos das experiências, a saber: a indicação ou signo de percepção como o primeiro registro das percepções, incapaz de se tornar consciente e disposto conforme associações por simultaneidade; os traços inconscientes tomados em relação de causalidade, passíveis de conscientização; e o terceiro são os traços pré-conscientes ligados às representações verbais. Por essa via, então, ocorre a tradução do material psíquico, o que quer dizer que o signo de percepção se transcreve como traço inconsciente que, por sua vez, é transformado em traço pré-consciente. Logo, a transcrição se efetua por meio dos diferentes traços mnêmicos conforme o nível topográfico. Configura-se, assim, a estratificação sucessiva de inscrições e localizações psíquicas.

Vamos agora nos deter na passagem de um registro para o outro, na medida em que ela implica justamente em um trabalho de simbolização das experiências psíquicas. Avançaremos com base nos ensinamentos de Roussillon (1995, 1999, 2012, 2014a) acerca das modalidades de simbolização. Servindo-se da abertura contida na “Carta 52” (Freud, 1896/1996), o autor formula a hipótese de uma *tripla inscrição mnêmica* indicando três tipos de traços diferentes, mas ligados entre si. Nas suas palavras, “a existência afirmada em 1896 de três traços diferentes da experiência implica então, de fato, a existência de dois tipos de simbolização diferentes: uma primária, outra secundária” (Roussillon, 1995, p. 1479; tradução nossa). Assim, Roussillon (1999) designa “simbolização primária” o processo pelo qual o signo de percepção (traço mnêmico primário) é transformado em traço inconsciente e de “simbolização secundária” o processo pelo qual o traço inconsciente se transforma em traço consciente. A passagem de uma simbolização para a outra implica, portanto, em um percurso de subjetivação da “matéria-prima” da experiência psíquica, aproveitando a expressão utilizada por Freud (1900/1996) ao se referir ao ponto último de regressão nos sonhos.

Tal distinção nos remete, por sua vez, consecutivamente ao que Roussillon (1999) descreve como “traumatismo secundário”, cujo processo se desenrola sob a égide do princípio de prazer, e “traumatismo primário”, o qual se desdobra em um universo aquém da representação. Nesse sentido, o trauma primário interrompe o processo de simbolização primária e o trauma secundário coloca entraves no processo de simbolização secundária. Para circunscrever melhor tal diferenciação, vamos dialogar com algumas reflexões em jogo no contexto de 1900 e após 1920, na medida em que podemos utilizá-las para nos referirmos às duplas simbolização/traumatismo secundários e simbolização/traumatismos primários, respectivamente. A partir desses contextos, podemos apreender o modelo apresentado em “A interpretação dos sonhos” (Freud, 1900/1996) com base na regulação do aparelho psíquico pelo princípio de prazer e, mais tardiamente, com a virada dos anos 20, o modelo indicado pela formulação da pulsão de morte, como modelos organizadores do psiquismo. De um lado, a especificidade da realidade psíquica compõe-se de representações de desejos sexuais recalçados, do outro lado, a especificidade implica a existência de magnitudes pulsionais não ligadas.

Diante disso, fica evidente que as ações da clivagem recaem sobre as experiências psíquicas que não alcançaram o *status* de representação, portanto não passíveis de recalçamento. Nesse sentido, os alicerces conceituais da clivagem encontram um solo mais firme com a possibilidade de se pensar uma simbolização primária e um modo de ordenação psíquica para “além” da representação. Entra em linha de consideração, então, uma série de dados sensório-motores e perceptivos, matéria-prima psíquica antes de ser transformada em representação. Depreende-se daí uma forma de experimentação do mundo não transformada em representação. Podemos dizer que as experiências psíquicas quando clivadas são conservadas em estado “quase” bruto, preservando, assim, em larga escala, suas características originais, tendo em vista a interrupção dos processos de simbolização capazes de transformar o vivido (Roussillon, 1999). Tais experiências, sem grandes repercussões conscientes, sequer constituídas como experiências próprias do sujeito, uma vez não representadas, noticiam-se, especialmente, sob a forma sensório-motora perceptiva. De acordo com Roussillon (2012, p. 37; tradução nossa), “é justamente esta característica que testemunha a dificuldade de sua não integração subjetiva e, ao mesmo tempo, a dificuldade de sua integração atual: ela representa uma forma de arcaicidade que parece estrangeira à subjetividade adulta ou simplesmente posterior”. Isso nos obriga a pensar mais detidamente sobre as formas de atualização das experiências clivadas, no sentido de favorecer clinicamente sua integração subjetiva.

Insistências clivadas

No magistral artigo “O medo do colapso” de Winnicott (1963/2005, p. 71), é possível encontrar sustentação para abordar “o impensável estado de coisas subjacentes à organização defensiva”, avançando no entendimento do que se passa com as experiências que foram clivadas. A reflexão winnicottiana postula que o colapso presente no medo corresponde a um colapso já passado, mas não apropriado subjetivamente. Paradoxalmente, portanto, o colapso aconteceu e não aconteceu. O psicanalista inglês nos adverte que “não é possível lembrar de algo que ainda não aconteceu, e esta coisa do passado não aconteceu ainda, porque o paciente não estava lá para que ela lhe acontecesse” (Winnicott, 1963/2005, p. 74). Cabe retomar que, diante de uma experiência arcaica e/ou limite de transbordamento pulsional, a clivagem se institui como defesa diante do traumático, incidindo na contramão dos processos de simbolização.

Com efeito, o que não encontra meios para ser inscrito nas cadeias de representação irá também retornar, sob uma forma clivada não representativa (Borges & Cardoso, 2011; Roussillon, 2014b). Nesse caso, no lugar do representado, o alucinado e o agido; no lugar do retorno do recalçado, o retorno do clivado. Logo, o vivido traumático clivado, esteja ele ausente, congelado, esquecido ou em negativo, se encontra vivo e à espreita. Dito isso, nos parece evidente a existência de insistências clivadas que buscam retorno pela pressão dos processos de simbolização, repetição simbolizante por excelência, atualizando, assim o traumático. Exiladas e arredias, as experiências clivadas reclamam por simbolização (Pacheco-Ferreira, Mello, & Herzog, 2013). É como se houvesse uma questão deixada pendente, da qual não se tem a mais vaga lembrança (Estellon, 2012). Tais insistências terminam, muitas vezes, por tingir a subjetividade com tons ameaçadores e disruptivos, tal como testemunhamos com a formulação winnicottiana do medo do colapso. Por esse viés, entendemos que se o registro mnêmico das experiências traumáticas foi de natureza representativa, a sua insistência – retorno do recalçado – se fará via representações, *mutatis mutandis*; se o registro foi de natureza sensorio motora perceptiva, a sua insistência – retorno do clivado – se fará via expressões sensíveis. Nesse sentido, o traumatismo se repete necessariamente com o colorido reminescente.

Servindo-nos do modelo da experiência primária de satisfação, no tocante ao alívio das tensões decorrentes do acúmulo de quantidade, podemos acompanhar como se instaura a dinâmica alucinatória constituinte da insistência das experiências traumáticas. Lançando mão do discurso freudiano manifesto tanto em “Projeto para uma psicologia científica” (Freud, 1950 [1895]/1996) quan-

to em “A interpretação dos sonhos” (Freud, 1900/1996), compreendemos que, quando o estado de necessidade surge, procura-se a satisfação inaugural através do reinvestimento da imagem mnêmica do objeto que proporcionou satisfação inicialmente. Isso acontece porque a imagem-lembrança da satisfação se liga à imagem-lembrança do objeto de satisfação (Garcia-Roza, 1991), configurando, assim, a busca alucinatória pela satisfação conforme os moldes da satisfação de outrora, desde sempre perdida.

Colocando essas considerações em perspectiva, apreendemos que a alucinação consiste no investimento dos vestígios mnêmicos (Freud, 1950 [1895]/1996), o que implica certo modo de atualização da memória. Sendo assim, a insistência das experiências traumáticas se encontra intrinsecamente relacionada ao formato das impressões mnêmicas que serão reinvestidas. Nessa medida, levando em conta o caráter alucinatório dos processos psíquicos, podemos entrever um retorno alucinatório através das representações, tal como Freud propõe em 1895, mas também pelas vivências sensoriais, cinestésicas, visuais, auditivas. Em se tratando de traumatismos primários, então, as infiltrações do passado não seriam ocasionadas em função do reinvestimento alucinatório do desejo, mas, sobretudo, pelo registro do corpo, da ação e das intensidades, como por exemplo, nos adoecimentos psicossomáticos e hipocondríacos, ataques de ansiedade e pânico, hiperatividades e compulsões diversas (Maldonado & Cardoso, 2009; Birman, 2006). Marca-se aí uma diferença entre as maneiras pelas quais se pode sofrer de reminiscências, dando expressão a uma memória de natureza representativa e/ou a uma memória de natureza sensível. Em relação a esta última, Botella (2011) refere-se como “memória sem lembranças”, pois, em relação às experiências não representadas, se tornaria inviável o registro por traços mnêmicos representativos. De acordo com suas proposições, tratar-se-ia de marcas memoriais dos traumas não revividas por recordações, mas, precisamente, através do material perceptivo. Certamente, a ausência de conteúdo representado não quer dizer ausência de acontecimento psíquico (Botella & Botella, 1992).

A nosso ver, afirmar a existência de uma outra ordem de reminiscências, em detrimento das representações, implicada nos processos de simbolização primária nos permite a abertura para um campo de expressão multissensorial dos fenômenos psíquicos. Com isso, podemos vislumbrar acesso aos estados clivados, através do material sensorio-motor perceptivo, tão ressonantes no psiquismo quanto o conteúdo recalçado. Para tanto, convém prestigiar outras dimensões subjetivas e recapitulações históricas por meio das quais a noção de clivagem ocupa um lugar de destaque. Efetivamente, diante de sofrimentos psíquicos classicamente

neuróticos não se faz necessária a distinção entre conteúdo representado e não representado, pois o campo de batalha se institui na relação entre os representantes. Porém, com relação aos sofrimentos psíquicos tributários do transbordamento pulsional, situados além da representação, nos parece importante pensar em um aporte analítico que vai do sensível para o sentido e não apenas da representação para o sentido (Gondar, 2010). Do ponto de vista clínico, caberia em meio ao campo das narrativas verbais mais ou menos em operação, se permitir contagiar, especialmente, por uma narrativa gestual, motora, rítmica, sensorial, na medida mesma em que elas também narram sobre o vivido do sujeito (Andrade, Mello, & Herzog, 2012). Com efeito, tais poeiras narrativas configuram-se como brechas para o contato com os psiquismos clivados.

Considerações finais

Não nos restam dúvidas quanto à existência de determinados limites para os processos de simbolização e integração subjetiva. De fato, não existem meios de sabermos *a priori* o que permanecerá no campo do não representado ou sem porto seguro reflexivo e o que poderá ser relançado subjetivamente revestindo-se com outros símbolos. Ainda que não seja possível recapitular as histórias passadas por inteiro, Freud nos autorizou a tarefa de invenção mediante a construção de verdades históricas (Freud, 1937/1996). Certamente, convém não perder de vista a importância da abertura do campo experiencial, via de atribuição de sentido e vitalidade para as experiências do existir.

Valendo-se do nosso conhecimento acerca da natureza associativa do funcionamento psíquico, legado freudiano fundamental, algo necessariamente se produz na contingência dos encontros afora, mesmo com fraca força de vinculação representativa. Considerando que os traumatismos primários estão mais suscetíveis às formas de expressão psíquica no plano sensório-motor perceptivo, um bom livro, uma sessão de cinema, o desamparo alheio, uma caminhada cotidiana, a perda de um ente, uma canção, um dia de sol, uma sensação *déjà vu*, um movimento em falso, uma observação fortuita, um encontro analítico são passíveis de exercer reverberação associativa, despertando o vivido clivado, repondo em curso os processos de simbolização. Isso implica pensar que o excesso pulsional registrado, sobretudo, no corpo e na ação começa a conquistar novos domínios simbólicos. Admitindo que a clivagem traumática implica em experiências apartadas da subjetividade, vislumbra-se aí a potência de múltiplas ligações simbólicas no funcionamento do psiquismo.

Referências

- Andrade, B. M., R. & Herzog, R. (2012). A associatividade na clínica atual: considerações sobre a técnica. In J. Vertzman, R. Herzog, T. Pinheiro, & F. Pacheco-Ferreira (Orgs.), *Sofrimentos narcísicos* (p. 229-250). Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Borges, G. M., & Cardoso, M. R. (2011). Clivagem mortífera e guardiã de Eros. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(4), 599-610.
- Botella, C. (2011). Sur les “limitations” de la méthode freudienne. *Revue Française de Psychosomatique*, 40, 109-132.
- Botella, C., & Botella, S. (1992). La posición metapsicológica de la percepción y lo irrepresentable. *Revista de Psicoanálisis*, 49, 3/4.
- Estellon, V. (2012). Le temps immobilisé. *Cliniques méditerranéennes. La pensée magique*, 85, 131-146.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre adultos e crianças. In S. Ferenczi [Autor], *Psicanálise IV. Obras Completas* (p. 97-106). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. & Breuer, J. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893)
- Freud, S. (1996). Carta 52. (6 de dezembro de 1896). In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). Os instintos e suas vicissitudes. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)

- Freud, S. (1996). Esboço de psicanálise. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940a [1938])
- Freud, S. (1996). A divisão do ego no processo de defesa. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940b [1938])
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950 [1895])
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana 1. Sobre as afasias e o projeto de 1895*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (2008). *Introdução à metapsicologia 2. A interpretação dos sonhos (1900)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gondar, J. (2010). A coisa nas palavras. Ferenczi e a linguagem. *Cadernos de psicanálise/ CPRJ*, 23, 123-132.
- Green, A. (1986). *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago.
- Herzog, R. (2011). Os limites da representação psíquica. In C. A. Garcia, & M. R. Cardoso (Orgs.). *Limites da clínica, clínica dos limites* (p. 77-91). Rio de Janeiro: Cia de Freud/ FAPERJ.
- Pacheco-Ferreira, F., Mello, R., & Herzog, R. (2013). Insistências traumáticas e memória corporal: uma leitura ferencziana. *Estudos da Língua(gem)*, 11(1), 111-128.
- Roussillon, R. (1995). La métapsychologie des processus et la transitionalité. *Revue Française de la psychanalyse*, 5(59), 1351-1522.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2012). On souffre du non approprié de l'histoire: on guérit en l'intégrant. *Le Carnet Psy*, 9(167), 36-41.
- Roussillon, R. (2014a). O trauma narcísico-identitário e sua diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(3), 187-208.
- Roussillon, R. (2014b). L'actualisation de l'archaïque et les conditions de ses après-coups. *Revue française de psychanalyse*, 78(5), 1630-1636.
- Verztman, J. S. (2002). O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5(1), 59-78.
- Winnicott, D. W. (2005). O medo do colapso (*Breakdown*). In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas* (p. 70-76). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1963)

Recebido em 05 de fevereiro de 2015

Aceito para publicação em 04 de março de 2016

DO FETO AO BEBÊ: WINNICOTT E AS PRIMEIRAS RELAÇÕES MATERNO-INFANTIS

FROM FETUS TO BABY: WINNICOTT AND THE FIRST PARENT-INFANT RELATIONSHIP

DE UN FETO AL BEBÉ: WINNICOTT Y LAS PRIMERAS RELACIONES MATERNO INFANTILES

*Sergio Gomes da Silva**

RESUMO

Quando a psicanálise passou a se interessar pelos primórdios da vida psíquica do bebê, esse interesse se concentrava na relação mãe-bebê a partir do advento da natalidade. A partir da teoria das relações objetais, notabilizada pela Escola Inglesa de Psicanálise, alguns autores passaram a repensar o bebê a partir da vida pré e pós-natal e como essas experiências influenciam seu psiquismo. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar as primeiras relações materno-infantis a partir das três proposições teóricas: o trauma do nascimento, a observação de bebês em útero com o advento da ultrassonografia e o método de observação de bebês na prevenção de traumas psíquicos. Essas teorias são analisadas através do referencial teórico de Donald W. Winnicott, a partir da teoria do desenvolvimento emocional primitivo e do conceito de memória corporal, os quais enfatizam as experiências intrauterinas sentidas pelo feto e o contato do bebê com a mãe em termos da fisicalidade dos corpos vivos, após seu nascimento. O autor conclui que as primeiras relações materno-infantis, pré e pós-natais, constituem em si mesmas a via de acesso à saúde psíquica do indivíduo adulto.

Palavras-chave: relação materno-infantil; trauma do nascimento; memórias corporais; desenvolvimento emocional primitivo; Winnicott.

ABSTRACT

When psychoanalysis became interested in the origins of psychic life of the baby, this interest focused on the mother-child relationship and the baby birth.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Some authors from the British School of Psychoanalysis started to reconsider the baby from the pre and postnatal life and how these experiences influence his psyche through the object relations theory. Thus, this paper aims analyzes the first mother-child relationship from the three theoretical propositions: the birth trauma, the observation of babies in the womb, with the advent of ultrasound and the baby observation method in preventing psychological traumas. These theories are analyzed through Donald W. Winnicott theories, named: the theory of emotional development and the concept of body memory which emphasizes intrauterine experiences felt by the fetus and the baby contact with the mother in terms of physicality of alive bodies after his birth. The author concludes that the first mother-child relations, pre and postnatal, is in itself, a way of access to mental health of the adult.

Keywords: parent-infant relationship; birth trauma; body memories; primitive emotional development; Winnicott.

RESUMEN

Cuando el psicoanálisis se interesó en los orígenes de la vida psíquica del bebé, este interés se centró en la relación madre-bebé desde la natalidad. A partir de la teoría de las relaciones de objeto, notada por la Sociedad Psicoanalítica Británica, algunos autores comenzaron a reconsiderar la vida del bebé pre y postnatal y cómo estas experiencias influyen en su psique. En este sentido, este trabajo analiza las primeras relaciones madre-bebé en tres proposiciones teóricas: el trauma del nacimiento, la observación de bebés en el útero con el advenimiento de la ecografía y el método de observación de bebés en la prevención de traumas psicológicos. Estas teorías son analizadas a través de referencia teórica de Donald W. Winnicott, de la teoría del desarrollo emocional y el concepto de memoria del cuerpo que hace hincapié en las experiencias intrauterinas sentidas por el feto y el contacto del bebé con su madre en cuanto a la fisicalidad de cuerpos vivos después de que su nacimiento. El autor concluye que las primeras relaciones madre-bebé, pre y postnatal, es en sí misma, una forma de acceso a la salud mental del adulto.

Palabras clave: relaciones materno infantiles; el trauma del nacimiento; la memoria del cuerpo; el desarrollo emocional primitivo; Winnicott.

Não existe essa coisa chamada o bebê.

Donald W. Winnicott, *Natureza humana*

Introdução

Assim que Donald W. Winnicott surgiu na tradição da Escola Inglesa de Psicanálise, em 1927, como um dos primeiros candidatos à formação no Instituto Britânico de Psicanálise da Sociedade Britânica de Psicanálise (SBP), se notabilizou pelas suas construções teóricas e sua releitura de algumas teses freudianas, trazendo inovações tanto no campo teórico como no campo clínico, fazendo com que muitos analistas contemporâneos reconhecessem nele uma filiação à tradição ferencziana (Dias, 2011; Rache, 2005; Borgogno, 2004; Figueiredo, 2002) ou a teóricos da fenomenologia (Graña, 2002, 2007b; Gondar, 2006; Bezerra Jr., 2007).

Na verdade, Winnicott trouxe para o cerne da teoria psicanalítica aspectos fenomenológicos até então impensáveis para compreender o desenvolvimento humano a partir da relação materno-infantil, da ideia de paradoxo, do conceito de *self*, da transicionalidade e principalmente das relações de objetos. A esse conjunto de conceitos teóricos somaram-se os de outros autores que participaram da formação da SBP a partir da década de 30, aí inclusas as tradições teóricas de Melanie Klein e Anna Freud, fazendo com que a Escola Inglesa fosse notabilizada pela teoria das relações objetais (Ogden, 1992). Winnicott, como sabemos, não pertenceu a nenhuma dessas duas tradições teóricas; pelo contrário insurgiu com um grupo à parte, conhecido como Grupo Independente ou Grupo do Meio (*Middle Group*), não tomando partido nas famosas “controvérsias” dentro da SBP (Rodman, 2003; Phillips, 2006; Kohon, 1994).

Winnicott trouxe, com a sua dialética teórica, contribuições não só para a compreensão da relação mãe-bebê como também para a relação analista-paciente, muitas dessas sob forma de paradoxos insolúveis, malgrado tenha sofrido influências teóricas de Melanie Klein no início dos seus primeiros trabalhos clínicos (Ogden, 2013a, 2013b; Abram, 2013, 2012).

Se há algum conceito que pode ser colocado no núcleo da revisão psicanalítica proposta por Winnicott, ele certamente diz respeito ao paradoxo essencial no início da vida humana e centrado eminentemente na provisão do cuidado ambiental, tão necessário ao desenvolvimento de todo indivíduo a partir do nascimento. Esse paradoxo foi denominado por Winnicott de processo maturacional ou emocional e não começa com o nascimento, e sim com as primeiras relações, as mais primitivas que toda mãe e todo o bebê vão estabelecer, ainda no ventre materno.

As primeiras relações materno-infantis vão se constituir desde o nascimento do bebê até os primeiros anos de vida. É uma relação na qual o par mãe-bebê se comunicará pela relação recíproca que foi desenvolvida desde a concepção, pas-

sando pelo seu desenvolvimento em útero, até o instante do nascimento. A partir daí, uma relação de confiança e mutualidade vai se estabelecendo, caso tudo corra bem. O bebê reconhecerá a voz da mãe e o calor do seu corpo, assim como já vivenciava tudo o que se passava na interioridade do corpo materno. A mãe, por sua vez, desenvolverá uma relação simbiótica com seu bebê e estabelecerá com ele uma comunicação pautada em experiências não-verbais, oferecendo-se como o primeiro ambiente do qual o bebê precisa para se desenvolver emocionalmente. É essa relação que constituirá o psiquismo do bebê, seu mundo interno, seu interior e seu *self*.

O “trauma” do nascimento

Com o advento da psicanálise no início do século passado, as primeiras especulações sobre a relação mãe-bebê começaram a ser pontuadas por Freud e seus herdeiros teóricos. As especulações giravam em torno das vivências pelas quais todos nós passamos durante o nascimento e se essas vivências interfeririam na nossa vida subjetiva tornando-se preponderantes. Otto Rank (1924), por exemplo, afirmava que o nascimento gera um trauma a partir do estado de separação materno-infantil, qual seja, o “trauma do nascimento”, e que este seria mais importante que o próprio Complexo Edípico, posto que a ruptura ou experiência de separação da mãe se constitui como uma angústia que define grande parte da nossa subjetividade. Mover-se em direção à autonomia e superar o desamparo original ocasionado pelo nascimento rumo à maturidade, ou seja, superar a ruptura abrupta própria ao desligamento do corpo da mãe, seria, na acepção de Rank, um esforço que sobrecarregava o aparelho psíquico, constituindo-se no preço a pagar pelo nosso desejo de alteridade.

Ora, Freud (1926 [1925]/1996) criticou a maior parte das teorias de Rank, afirmando que o bebê durante o processo de nascimento jamais poderia experimentar subjetivamente a angústia de separação da mãe pelo simples fato de que ele viveria nesse momento uma experiência totalmente narcísica, inconsciente de sua existência como um objeto. Portanto, não poderia experimentar nem a separação do corpo materno nem a angústia causada por essa separação, apesar de se encontrar ligado biologicamente à mãe durante todo o processo de gravidez.

Winnicott, por seu turno, também questionou essa afirmação em um texto seminal denominado “Recordações do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade” (Winnicott, 1949/1978). Para ele tampouco faz sentido pensar em angústia a partir do nascimento posto que não há, nessa época, nem um incons-

ciente nem um recalque para que se pudesse pensar na experiência de angústia. O que estava em questão do ponto de vista psicanalítico era a ênfase dada por Freud ao “narcisismo” do feto, muito embora lhe faltassem dados e métodos científicos seguros com os quais pudesse corroborar sua afirmação, dando-nos a entender que haveria uma relação bastante primitiva entre a mãe e o feto, o que traria consequências psíquicas ao longo de toda a vida do sujeito, caso o nascimento fosse traumático. Além disso, a clínica psicanalítica, desde os primórdios, ventilou inúmeras hipóteses teóricas sobre a vida subjetiva a partir das experiências de nascimento rememoradas por alguns pacientes adultos. Os pacientes, em sua maioria, faziam referências às mais variadas experiências retidas na memória como traços mnêmicos, tal como já havia enfatizado Freud.

Como sabemos, traços mnêmicos ou mnésicos é uma expressão empregada por Freud (1895 [1950]/1996, 1900-1901/1996) e Freud e Breuer (1893-1895/1996) para designar algumas experiências pelas quais passamos e que ficam inscritas na memória como um traço, uma marca, porém sem registro consciente. Esses registros só são ativados se forem investidos psiquicamente em algum momento da nossa vida (Laplanche & Pontalis, 1986).

Winnicott acreditava que, para compreendermos o desenvolvimento humano, seria necessário partirmos de uma observação do bebê desde o período mais primitivo, leia-se muito antes da experiência do nascimento (em oposição ao “trauma do nascimento”), para então analisarmos a relação do bebê com sua mãe a partir de então. A maior parte de suas contribuições à teoria psicanalítica adveio da sua capacidade de observação e compreensão do “animal humano” em sua relação com o ambiente materno (Winnicott, 1990, p. 25). Além disso, o autor não descartava a hipótese de que tudo o que era vivido no útero tinha vital importância para o que se seguiria após o nascimento. Mas enfatizava que o recém-nascido não tem maturidade para sentir-se ligado à mãe, pois tudo o que ele pode vir a sentir é “segurança” e “continuidade” ou “insegurança” e “descontinuidade” (Winnicott, 1949/1978, p. 324).

Winnicott ressalta ainda a importância das memórias primitivas de todo ser humano, bem como o desenvolvimento biológico saudável do cérebro ou do sistema nervoso central. Com o desenvolvimento do cérebro enquanto órgão em funcionamento começa o armazenamento de memórias corporais vividas ainda em útero, memórias estas que são reunidas para formar um ser humano, cujos movimentos do corpo e momentos de quietude na vida intrauterina não só são significativos como são vividos “de um modo silencioso” (Winnicott, 1990).

De acordo com o autor, muitos pesquisadores, uma vez tendo encontrado evidências das memórias corporais pertencentes ao processo de nascimento,

não acreditam que àquela época existisse um indivíduo capaz de armazenar experiências primitivas. Postulam, ao contrário, um “inconsciente da espécie”, ou seja, um tipo de memória herdada através de inúmeros nascimentos anteriores e passada através dos seus ancestrais, bem próximo do inconsciente coletivo junguiano. No entanto, diz Winnicott, o que não podemos negar é o que a clínica com pacientes regredidos ou a observação de bebês desde o útero até o momento posterior ao nascimento fez acrescentar à teoria psicanalítica e à teoria do inconsciente: os “importantíssimos e interessantíssimos fenômenos do desenvolvimento do indivíduo, e das memórias da experiência pessoal” (Winnicott, 1990, p. 170). Ora, prossegue o autor, o próprio Freud acreditava que cada pessoa retinha memórias corporais durante o seu processo de nascimento, ao menos quando ele observou que “o padrão de ansiedade pode ser determinado (de qualquer forma parcialmente) pelas experiências de nascimento do indivíduo” (Winnicott, 1990, p. 170-171).

O trauma do nascimento só faz sentido caso haja algum problema no curso da gravidez que faça com que o bebê seja ou prematuro ou pós-maturo. O traumático aqui é sempre pensado em termos de processo maturacional desde o útero, não excluindo nem a capacidade de a mãe sustentar o bebê em seu ventre até o momento final da gestação, nem esquecendo possíveis invasões do ambiente externo que venham provocar antecipação ou adiamento do nascimento. O trauma, então, é experienciado como uma invasão, tal qual o exemplo dado por um dos seus pacientes:

No início, o indivíduo é como uma bolha. Se a pressão vinda de fora se adapta ativamente à pressão interior, então a bolha é a coisa mais importante, isto é, o *self* do bebê. Se, no entanto, a pressão ambiental é maior ou menor do que a pressão dentro da bolha, então não é a bolha que é importante mas o meio ambiente (Winnicott, 1949/1978, p. 325).

Para compreendermos as origens do indivíduo, Winnicott ressalta que devemos primeiro investigar quando os bebês foram concebidos mentalmente para que depois possamos investigar quando eles foram concebidos biológica ou fisicamente. Ou seja, antes que um bebê exista, é necessário que ele tenha sido desejado ou, no mínimo, criado na fantasia interna de um dos pais. Em seguida, é necessário que passemos a verificar como e quando esse bebê foi concebido como um “ato físico” entre o casal, mesmo que ele seja fruto de um “pequeno acidente” entre os pais. O momento seguinte é o da provisão do ambiente corporal materno e o desenvolvimento do próprio feto no tocante à qualidade e

vitalidade dos órgãos, com uma certa ênfase na saúde do cérebro como órgão capaz de registrar experiências e acumular dados saudáveis da provisão ambiental para, a partir daí, encontrarmos os sinais de vida e a viabilidade de o bebê nascer no tempo e na hora certa: nem prematuro, nem pós-maturo. Com o desenvolvimento do cérebro enquanto órgão em funcionamento, inicia-se “a estocagem de experiências; as memórias corporais, que são pessoais, começam a juntar-se para formar um novo ser humano. Existem boas evidências de que *os movimentos do corpo na vida intrauterina são significativos, e é plausível que, de modo silencioso, a quietude vivenciada naquele período também o seja*” (Winnicott, 1990, p. 38-39; *italicos nossos*). Por fim, advém o nascimento, que é o momento em que a mãe e o bebê vão viver juntos sua primeira experiência a dois como uma só unidade (Winnicott, 1966/2006).

A partir de então, o pediatra e psicanalista britânico estabelece três condições para o nascimento normal do bebê: primeiro ele é responsável pela interrupção da “continuidade do ser” em útero, pela simples intrusão relativa à mudança de pressão provocada pelo processo de maturação, de modo a construir pontes sobre os abismos da “continuidade do ser” e reagindo às invasões do ambiente externo ao útero (como, por exemplo, o peso da gravidade, a luminosidade, a necessidade de respiração, etc.). Segundo, o bebê já possui fenômenos do próprio *self* (ainda que rudimentares, mas marcados eminentemente na corporeidade), constituído a partir de memórias, sensações e impulsos, e que pertencem a “períodos do ser” ao invés de momentos de reação às invasões do ambiente externo (aqui, referimo-nos a todo o conjunto de vivências da vida pré-natal com relação à interioridade do corpo materno). Por fim, a própria mecânica do parto não pode ser nem precipitada nem excessivamente prolongada, inclusive se for realizado cirurgicamente (Winnicott, 1990).

Do ponto de vista do bebê, a mudança do estado intrauterino para o estado de recém-nascido só pode ser provocada pelo processo maturacional e biológico, o qual prepara o bebê para que as mudanças sejam efetuadas na sua vida. Esse processo é afetado caso haja algum adiamento ou antecipação do nascimento (Winnicott, 1990). Se o nascimento for experienciado como traumático, o bebê e, conseqüentemente, a mãe terão problemas tanto no curso do desenvolvimento quanto na relação materno-infantil, ameaçando a “continuidade da existência” de ambos.

É importante apontar para a dimensão biológica e vitalista dos argumentos do autor: o relacionamento mãe-bebê só será satisfatório, após o nascimento, caso a mãe tenha condições favoráveis durante a gestação e uma capacidade biológica

inata para gerar e sustentar um bebê vivo e íntegro, correspondendo assim à sua capacidade psicológica de lidar com esse bebê após o nascimento.

De acordo com essa asserção, a clínica psicanalítica vem mostrando continuamente que do ponto de vista do bebê nada lhe passa despercebido e cada pormenor do parto fica registrado em sua mente a partir do que Freud denominou de traços mnêmicos ou Winnicott chamou de memória corporal. Muitas dessas evidências foram comprovadas a partir das lembranças vividas por pacientes ainda em útero quando estes ainda eram bebês: virar-se, cair, sensações que dizem respeito à passagem do meio líquido para o território seco, mudanças de temperatura, suprimento de oxigênio e do alimento através do cordão umbilical, capacidade de se alimentar ao seio ou pelo próprio esforço de obter alimento, respiração, propriocepção corporal, etc (Winnicott, 1957/2006, p. 64). Todas essas e outras experiências são relatadas cotidianamente por inúmeros pacientes ao longo de uma análise, trazendo para o discurso do paciente representações as quais não podiam ser compreendidas à época em que foram vividas.

Portanto, falar em trauma do nascimento, desse ponto de vista, não faz sentido. O nascimento não é intrusivo, invasivo e muito menos traumático, nem para a mãe, nem para o bebê. Para este, apenas há uma mudança de um estado para outro que forçosamente provocará uma adaptação a um novo meio ambiente em que passará a viver, de acordo com o seu processo de desenvolvimento. Assim, o que ele experimenta é menos um trauma e mais um “primeiro despertar”, pois em algum momento próximo ao seu nascimento esse “despertar” ocorre e “o bebê sente-se pronto e alerta para o grande mergulho” (Winnicott, 1968, p. 81). Dito em outras palavras, do ponto de vista do bebê, foi ele quem “possibilitou a ocorrência do nascimento porque estava preparado para este evento” (Winnicott, 1964/2006, p. 39-40). Seja por seus próprios esforços, seja por uma necessidade de respirar ou qualquer outro motivo, o nascimento é algo realizado pelo bebê. Esse despertar é responsável pela diferença perceptível entre um bebê nascido prematuramente e um bebê nascido depois do tempo: “O primeiro ainda não está pronto para a vida, e o segundo está sujeito a nascer num estado de frustração por ter sido mantido à espera depois de estar pronto” (Winnicott, 1990, p. 39).

Notemos, então, a sutileza do argumento de Winnicott. Para Freud, as experiências pelas quais passamos no início da nossa vida ficam registradas através de traços mnêmicos, ou seja, marcadas na memória por meio do sistema Percepção-Consciência, e só podem ser acessadas se houver algum investimento psíquico dessas lembranças na vida adulta. Para o pediatra e psicanalista inglês, o bebê retém *memórias corporais*, ou seja, memórias que são marcadas na superfície do

corpo, mas que precisam de um desenvolvimento biológico sadio do cérebro para que se façam presentes na vida adulta, assim como precipitam sua lembrança a partir de alguma experiência vivida quando adulto. Winnicott (1990) afirma que a experiência clínica psicanalítica, sobretudo com sujeitos regredidos, forneceu a maior parte das evidências de que ele necessitava para ter certeza de que essas memórias pertencem a um momento anterior ao nascimento, pois nada daquilo que um ser humano vivencia, mesmo em útero, é desperdiçado.

Avançando para trás

As mães, por outro lado, não são indiferentes a essas experiências vividas com seu bebê. Desde o terceiro ou quarto mês de gravidez, quando a motilidade fetal já é perceptível a partir da apalpação direta da parede abdominal ou através de exames de ultrassonografia, elas até mesmo esperam que muitos dos movimentos que o feto passará a fazer no útero seja um reflexo de uma *comunicação pré-verbal* a ser desenvolvida no período pós-natal e uma resposta a tudo o que ela sente ou vivencia por meio de experiências físicas e emocionais durante a gestação (Piontelli, 1995; Negri, 1997).

Os movimentos do feto são percebidos esporadicamente em ciclos de atividade e repouso e não correspondem exatamente aos mesmos ciclos de atividades da mãe. Do sétimo ao nono mês, essa motilidade vai se constituir como um verdadeiro comportamento do feto e de tudo o que virá após o nascimento (Negri, 1997). Muito dos movimentos desenvolvidos pelo feto são sinal de saúde, enquanto seu desaparecimento ou diminuição é considerado como um sinal de alerta para o sofrimento fetal (Piontelli, 1995).

Tudo o que se passa no corpo da mãe durante esse período, como sabemos, também é percebido e experienciado pelo bebê através da ligação entre dois corpos vivos. Não nos referimos apenas à fisicalidade dos corpos unidos pelo cordão umbilical, mas também à experiência de um corpo vivo sustentando outro corpo vivo unidos pela placenta, pelo alojamento no útero em desenvolvimento através de um meio líquido e produzido pelo corpo materno, pelo compartilhamento de um processo maturacional que se evidencia por tecidos, órgãos, sangue, vasos sanguíneos, células, nervos, músculos, ossos, etc., ou seja, a experiência insofismável de um ser humano desenvolvido e carregado pela visceralidade de um outro corpo que o sustenta, o apoia e o nutre. Por esse motivo, antes mesmo do nascimento, já existe um ser humano capaz de reter experiências, acumular memórias corporais e até mesmo organizar defesas contra possíveis traumas.

Por outro lado, muitas das características do bebê também já são conhecidas pela mãe a partir dos movimentos desenvolvidos em seu ventre. Ou seja, no momento do seu nascimento já houve uma grande soma de experiências, tanto agradáveis quanto desagradáveis, partilhadas por ambos. Até lá o futuro bebê compartilhou o gosto das refeições da mãe, seu sangue já fluiu com maior rapidez quando comeu ou bebeu um café, um chocolate quente ou um chá ou até mesmo quando a mãe teve de acelerar os passos para executar alguma tarefa ou manter uma relação sexual. Sentimentos e sensações tais como ansiedade, tristeza, agitação, raiva, entre outras, também serão passadas para o bebê pelos laços que os unem. Se a mãe é bastante agitada, ele provavelmente se acostumará com os seus movimentos tanto no útero como fora dele, e tem boas chances de ser um bebê agitado. Se a mãe é mais tranquila, o futuro bebê conhecerá a paz e poderá esperar por um colo tranquilo e aconchegante. Até esse momento, é bem possível que o bebê conheça melhor a mãe do que ela a ele e, por consequência, até poder vê-lo, colocá-lo nos braços e acolhê-lo em seu peito, muita troca de experiências já ocorreu entre a dupla (Winnicott, 1965/1982, p. 21).

Nesse sentido o papel da mãe é o de prover, ao longo do tempo, um ambiente no qual o bebê precisa se desenvolver e encarar a tarefa de separação física. No entanto, levará alguns dias até que a mãe e o bebê possam gozar de uma experiência mútua em um meio ambiente comum. Dado a experiência de nascimento ser tão significativa para ambos, é necessário distinguir aquilo que pertence à mãe daquilo que começa a ser desenvolvido no bebê desde muito cedo.

Para Winnicott, há dois tipos de identificação a serem pontuadas nessa relação: “a identificação da mãe com seu filho e o estado de identificação do filho com a mãe. A mãe introduz na situação uma capacidade amadurecida, ao passo que a criança se encontra nesse estado porque é assim que as coisas começam” (Winnicott, 1965/1982, p. 21). O bebê ainda em útero é associado pela mãe sempre a um “objeto interno”, ou seja, um objeto imaginado para ser instalado dentro do seu corpo e ali mantido, apesar de o ambiente externo ser ameaçador para um bebê em desenvolvimento (em nossos dias, com a tecnologia médica, bebês prematuros precisam da ajuda de aparelhos de respiração e alimentação para chegarem à maturidade biológica). Algumas vezes, esse objeto interno pode se constituir como um ser estranho dentro do corpo materno e assumir a forma de um parasita ou um ser invasor, mas, em sua maioria, ela vai considerá-lo como sendo parte do seu próprio corpo (principalmente se conseguir entrar em um estado de maternagem anterior ao nascimento do futuro bebê), e não um corpo invasor ou um corpo dentro do outro.

A identificação aqui se refere ao “começo da criança” enquanto “ser”, como um recém-chegado ao mundo, de modo a experienciar a “continuidade da existência”. Isso não significa que ela se identifique com a mãe, posto que não há nenhum conhecimento consciente dela ou de qualquer outro objeto externo ao *self*, já que este se encontra em formação e não está lá para ser usado pelo bebê na sua experiência subjetiva. O *self* surge apenas como um potencial a ser desenvolvido, pois se encontra completamente fundido tanto ao *self* quanto ao ego da mãe. O que existe é apenas um acúmulo de experiências que o constituirá por meio das memórias e expectativas oriundas dessas experiências iniciais partilhadas pela dupla mãe-bebê, tal como afirma Winnicott: “O *self* de cada criança ainda não se formou, e logo não pode ser visto como estando fundido, *mas as memórias e expectativas podem agora começar a acumular-se e formar-se*. Devemos lembrar que estas coisas só ocorrem quando o ego da criança é forte, por ser reforçado” (Winnicott, 1960/2005, p. 25; itálicos nossos).

A mãe e o bebê vão se sentir, durante muito tempo, participantes de um só corpo, embora ele seja apenas um “hóspede” esperando pela “hora da partida”. Surge, nesse instante, uma série de fantasias narcísicas tanto por parte da mãe quanto por parte do pai ou de seus familiares. O bebê, por outro lado, tem outros significados na fantasia inconsciente da mãe, diz Winnicott, mas é possível que “o traço predominante nesta seja uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio *self* para o bebê” (Winnicott, 1965/1982, p. 21).

É digno de nota, também, que a referência ao trauma do nascimento relaciona-se à mudança de estado pela qual o bebê passa, qual seja, a mudança de um estado de não respiração para o estado de respiração. É justamente a aptidão biológica do bebê em seu processo maturacional que o faz reagir às mudanças do ambiente, ora se adaptando à força da gravidade em um meio seco, ora se adaptando para respirar no momento do nascimento. De acordo com o autor, “não afirmo que o ato de começar a respirar seja essencialmente traumático. O nascimento normal é não traumático devido a sua falta de importância. Na época do nascimento, um bebê não está preparado para uma invasão ambiental prolongada” (Winnicott, 1949/1978, p. 325).

No nascimento dito normal, não há nem antecipação nem adiamento desse processo, mesmo que o nascimento ocorra por meio de uma cesariana – muito embora esse tipo de entrada no mundo traga uma privação da experiência de nascimento comum, ou seja, o nascimento por parto normal (Winnicott, 1990). O que importa é que o sentido de continuidade da existência que já está presente desde o útero seja preservado tanto pelas condições ambientais do corpo da mãe quanto pelas condições ambientais do corpo do bebê. O que será experimentado

como uma invasão externa exigirá do bebê uma adaptação às novas condições, “enquanto na época em que deve nascer o bebê exige uma adaptação ativa do meio ambiente” (Winnicott, 1949/1978, p. 326).

As invasões do meio externo estão, para Winnicott, na etiologia das agonias impensáveis. Para o autor, durante todo o processo de gestação e durante o tempo que marca o momento do nascimento, o “indivíduo está, na verdade, tentando encontrar um novo nascimento, no qual a linha de sua própria vida não seja perturbada por um reagir em maior escala do que aquele que pode ser experimentado sem uma perda do sentido de continuidade da existência pessoal” (Winnicott, 1949/1978, p. 332-333). No entanto, afirma, a sua compreensão sobre o trauma do nascimento refere-se apenas ao “continuar-a-ser” (*going on being*) do bebê e, quando essa interrupção é significativa, “os pormenores do modo como as invasões são sentidas, assim como a reação do bebê a elas, tornam-se, por sua vez, importantes fatores adversos ao desenvolvimento do ego” (Winnicott, 1949/1978, p. 333).

Mas se o processo de nascimento produz essa mudança de estado, o trabalho clínico tem mostrado como o bebê também se torna consciente da respiração da mãe, percebendo seus movimentos abdominais ou as mudanças rítmicas de pressão e ruído. Ora, não esqueçamos que, dentro do útero, o bebê está totalmente em contato com o interior do corpo da mãe, um mundo cheio de sons, ruídos e sensações potencializados pelos batimentos cardíacos, respiração, digestão, circulação sanguínea, etc. Os sons que atravessam a barreira da barriga da mãe também não lhes são indiferentes e é bem possível que ele consiga distinguir as vozes da mãe e do pai, sobretudo se a audição já estiver desenvolvida. Essas experiências favorecem a constituição da relação mãe-bebê no que se refere à temporalidade, que é, em síntese, *primitiva, pré-cronológica e intersubjetiva*, favorecendo o início de uma *comunicação não-verbal*, ou seja, memórias corporais.

As memórias corporais

A comunicação não-verbal pode ser percebida desde os primeiros instantes de vida do bebê. Após o nascimento, não é incomum que ele tenha necessidade de reatar o contato com as funções fisiológicas da mãe, particularmente a sua respiração. Conforme afirma Winnicott (1990, p. 168), os bebês precisam de contato pele a pele com a mãe, de serem movimentados pelo sobe e desce de sua barriga, de sentirem a respiração materna para diminuir a acelerada respiração pós-nascimento, aproximando-se dos batimentos cardíacos da mãe e aprendendo a brincar de ritmos e contra ritmos em uma relação de mutualidade.

O primeiro contato após o nascimento é de extrema importância para a mãe e para o bebê. O que hoje profissionais da saúde, tais como obstetras, pediatras, enfermeiros ou até mesmo parteiras, já admitem como prática, Winnicott não se cansou de chamar a atenção: por um lado, o quão valioso é para a mãe ver e sentir o seu bebê contra o seu corpo imediatamente após o nascimento e, por outro, o quão necessário é para o bebê entrar em contato com o corpo materno, visto a sensibilidade de sua pele estar muito aguçada. O bebê, assim, nasce totalmente não integrado, ou seja, sem nenhuma experiência de contato com a realidade do mundo externo. Dito de outro modo, ele nasce sem o sentido da sua própria corporeidade, sem as dimensões de tempo e espaço, sem conseguir reunir a experiência que viveu em útero com a experiência que passará a viver com a gravidade do seu corpo empurrando-o para baixo e levando-o para o centro do mundo quando não estiver em contato com a pele e o corpo de outra pessoa. As mãos que seguram e sustentam o corpo nu do bebê no momento exato do nascimento são tão importantes quanto a própria experiência de nascimento ou o contato que ele passará a ter com o corpo da mãe a partir de então.

Nestes primeiros estágios há um amplo espaço para a nudez primitiva e para um contato ininterrupto entre o corpo do bebê e o corpo da mãe. Ao que eu saiba, até agora esta questão ainda não foi resolvida. A pesquisa ao longo destas linhas poderia seguir os passos da pediatria em seu trabalho com bebês prematuros, que tem revelado o valor da nudez na técnica da incubadeira. A integração e a manutenção do estado de unidade trazem consigo outros desenvolvimentos de grande importância. A integração significa responsabilidade, ao mesmo tempo que consciência, *um conjunto de memórias*, e a junção de passado, presente e futuro dentro de um relacionamento. Assim, ela praticamente significa o começo de uma psicologia humana [itálicos nossos] (Winnicott, 1990, p. 139-140).

As mães chegam a não tolerar o estado de sonolência que se segue ao parto, a não ser que possam se recuperar de todo o esforço do trabalho empreendido no nascimento do seu bebê. Talvez nem todos os bebês estejam prontos para o encontro com o corpo da mãe assim que vêm ao mundo, pois eles mesmos passaram por uma experiência da qual precisam se recuperar. O certo é que essas experiências pelas quais mãe e bebê passam são sentidas no nível do corpo, constituindo assim memórias que um dia poderão fazer parte do repertório consciente do indivíduo adulto. A melhor prova de que a experiência de nascimento é uma experiência real na vida subjetiva do bebê, é o grande prazer que muitas crianças e

muitos adultos extraem de atividades ou jogos que envolvam a “dramatização de um ou de outro aspecto do processo de nascimento” (Winnicott, 1990, p. 170).

Um bom exemplo disso são os vídeos da enfermeira francesa Sonia Rochel, dentre os quais se destaca o mais famoso deles, “Thalasso Bain Baby”. O vídeo mostra sua técnica de relaxamento criada para reativar a memória corporal do bebê, de até três meses de idade, provavelmente daquilo que foi vivido em útero. Sua técnica consiste em mergulhar inteiramente o corpo do bebê em uma cuba com água a não mais do que 27 graus, deixando, às vezes, apenas seus lábios fora d’água. O bebê começa desperto e aos poucos vai sendo embalado pela fala da enfermeira, pela forma com que ela toca todo o seu corpo, pela sensação da água morna em sua pele, de modo a provocar-lhe relaxamento e sono. O banho não dura mais do que quinze minutos. Na sequência, Sonia retira o bebê da cuba, enrola-o numa toalha, enxuga-o e faz uma massagem em toda a extensão do seu corpo, dirigindo-lhe palavras afetuosas, afirmando o quanto ele é querido e amado por sua mãe. A massagem, por sua vez, produz uma excitação autoerótica no bebê, indicada pela introdução do polegar na boca¹. Não é por acaso o fato de que, em francês, “mar” e “mãe” apresentam-se com a mesma sonoridade: “*la mer*” e “*la mère*”, o que nos leva a afirmar e depreender que o mar (*la mer*) no qual o bebê se banha é constituído pelo corpo da mãe (*la mère*) que se oferece como um continente de acolhimento às necessidades físicas, corporais e emocionais do bebê.

Isso é reforçado pelo pensamento do próprio Winnicott. Em seu texto “A localização da experiência cultural”, ao retomar a célebre frase do poeta Tagore, “On the seashore of endless worlds, children play” (“Nas margens de mundos infinitos, crianças brincam” – nossa tradução), o pediatra inglês afirma que essa frase sempre o intrigou e que durante toda a sua adolescência ele nunca soube o que significava, apesar de sua marca ter permanecido nele até se tornar psicanalista. Quando descobriu Freud, soube o que ela significava:

O mar e suas margens representavam uma relação infinita entre o homem e a mulher, e a criança emergiu dessa união, para dispor de um breve momento antes de se tornar adulta ou pais. Depois, como um estudioso do simbolismo inconsciente, eu *soube* (sempre se *sabe*) que o mar é a mãe e em suas margens a criança nasce. Os bebês surgem do mar e são vomitados sobre a terra, como Jonas o foi da baleia. Assim, as margens era o corpo da mãe, após a criança nascer, e a mãe e o bebê, agora viável, estavam começando a se conhecer mutuamente [itálicos do autor] (Winnicott, 1967/1971, p. 95-96)².

Se Winnicott tivesse prestado mais atenção aos escritos do seu mestre, teria feito referência ao “sentimento oceânico” que o psicanalista vienense aborda em “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930 [1929]/1996). Trata-se de um sentimento ou sensação de eternidade, de algo ilimitado e sem fronteiras, portanto, “oceânico”, e que só pode ser experimentado no auge do sentimento amoroso, no qual as fronteiras entre o ego e o objeto quase desaparecem. Esse sentimento pode ser experimentado tanto no apaixonamento entre um casal como na fusão do bebê com a mãe, constituindo uma unidade indiferenciada durante a dependência absoluta a partir dos cuidados maternos. O próprio Winnicott destacou a importância dos cuidados ambientais para o bebê no que se refere ao manejo (*handling*) e ao toque em toda a superfície do corpo do bebê, tais como na hora do banho:

Se mostrarmos por que é importante que um bebê goste do seu banho, estamos mostrando também por que é importante que as crianças tomem banho de mar e por que é importante que as deixemos tomar banho e que as deixemos nadar e mergulhar e usar sabonetes, etc. mais tarde. Isso não é algo novo, mas algo que se associa à importância do banho, no início (Winnicott, 1948/1997, p. 46).

Há todo um conjunto de experiências pelas quais o bebê passa em relação ao cuidado que pode ser exposto do seguinte modo: a mãe que o leva ao seio para amamentá-lo; a mãe que põe o bebê após a amamentação para liberação dos gases; a troca de roupas no cuidado e higiene com o bebê; a hora do banho e a forma como a mãe toca o corpo nu do bebê em toda a sua superfície; o enxugar e vestir o corpo do bebê; o momento em que o pai ou a mãe embalam o bebê para pô-lo para dormir, ou seja, uma gama de experiências expostas diretamente a partir do cuidado ambiental e expressa através do processo de relação materno-infantil que fazem com que a mãe e o bebê tenham uma experiência única vivida a dois, e na total ausência de comunicação verbal.

Cabe-nos ressaltar que a relação materno-infantil se dá através da percepção e da consciência (*awareness*) intra e extrauterinas da respiração da mãe e da percepção e consciência da própria respiração do bebê. É por essa razão que após o nascimento o infante precisa de um ambiente que o acolha o mais próximo possível do ambiente intrauterino (*la mer de la mère*). Nesses casos, diz Winnicott, “*parece haver uma necessidade bastante frequente de estar no colo em silêncio após o nascimento*. É provável não só que a pele seja muito sensível às mudanças de textura e temperatura, mas que a mesma afirmação possa ser feita em termos psicológicos gerais” (Winnicott, 1990, p. 169; *itálicos nossos*).

Seria necessário postularmos, então, um estágio pertencente à vida intrauterina, na qual a força da gravidade ainda não entrou em cena, na qual os cuidados com o bebê só poderão ser expressos através de cuidados físicos.

O amor ou o cuidado só podem ser expressos e reconhecidos em termos físicos, através de uma adaptação do ambiente proveniente de todas as direções. Uma das mudanças provocadas pelo nascimento é a de que o recém-nascido precisa adaptar-se a algo absolutamente novo, à vivência de estar sendo empurrado de baixo para cima, em vez de ser contido em toda a sua volta. O bebê muda da condição de ser amado por todos os lados para a condição de ser amado somente de baixo para cima. As mães reconhecem esse fato pela maneira como seguram seus bebês e às vezes os enrolam de alto a baixo em roupas bem apertadas: elas procuram dar tempo ao bebê para que ele se acostume ao novo fenômeno (Winnicott, 1990, p. 151).

Desde que a psicologia do desenvolvimento ou a psicanálise passaram a estudar a relação mãe-bebê, desenvolvimentistas e analistas dispõem de métodos diferentes para alcançarem seus objetivos. Na medida em que só era possível chegar a algumas hipóteses a partir da observação direta do bebê com suas mães após o nascimento, a psicologia do desenvolvimento se interessava pelos aspectos cognitivos e de aprendizagem da vida infantil, enquanto a psicanálise buscava, na vida primitiva, uma relação com o inconsciente. Mas qual o melhor cenário para que essas observações fossem realizadas? A vida cotidiana do bebê em sua própria casa e em seu próprio meio ambiente? Seu comportamento a partir de experiências controladas em laboratório? A instituição escolar ou a partir das consultas pediátricas de rotina? Para Winnicott, não era essa a questão que estava posta, e sim encontrar um sentido para o olhar do observador na relação materno-infantil, ou então submeter ao ônus da prova as reminiscências verbais com pacientes regredidos no transcorrer do tratamento analítico (Winnicott, 1990).

Ora, sem acesso ao que acontecia no ventre materno por falta de recursos tecnológicos, o bebê se convertia em um verdadeiro segredo a ser descoberto na hora do parto pela mãe, pelo pai e suas famílias. Até o início da segunda metade do século passado, em cada gravidez não era possível saber se o bebê seria menino ou menina, se teria saúde ou se nasceria com algum problema ou ainda se o processo maturacional do feto chegaria ao fim no tempo certo ou seria antecipado (Winnicott, 1960/1999).

Tivemos de esperar anos para que as hipóteses psicanalíticas sobre a vida pré e pós-natal pudessem ser confirmadas a partir do advento da ultrassonografia, que corroborou muitas dessas especulações, definindo o que entendemos hoje como o início da vida primitiva dos bebês.

A observação de bebês: uma contribuição à psicanálise

Desde que a psicanálise se interessou pela vida pré e pós-natal dos bebês muito tempo se passou até que ela assimilasse as contribuições oriundas da tecnologia médico-científica ao seu arcabouço teórico. Uma das pioneiras nesse assunto foi a médica, obstetra e psicanalista italiana Alessandra Piontelli, que chegou em Londres na década de 70 objetivando fazer formação na Sociedade Britânica de Psicanálise (SBP). Seu percurso começa em um encontro com a também psicanalista britânica Martha Harris, em 1971, na Clínica Tavistock, clínica na qual alguns analistas da SBP trabalhavam e desenvolviam muitas de suas pesquisas. Martha Harris ensinava desde 1964, entre outras teorias, o método de observação de bebês criado por Esther Bick, também da Sociedade Britânica³. Esse método era baseado na etologia, ecologia e antropologia aplicadas à psicanálise (Bick, 1962/2002, 1964/2002, 1968/2002, 1986/2002). Bick também foi professora de Piontelli, que logo se interessou em aprender seu método de observação de bebês e aplicá-lo às observações de fetos através da ultrassonografia. Em que se constitui o método de observação de bebês e qual o seu objetivo?

A observação de bebês, segundo Bick e seus colaboradores, consiste em um treino para o psicanalista de crianças e adultos em formação. Concebendo a experiência de nascimento como desorganizadora para o recém-nascido, a experiência de observá-lo no contato direto com sua mãe promove uma forma de continência das suas primeiras experiências de vida e do modo como a mãe sustentará essa relação (Bick, 1962/2002, 1964/2002; Piontelli, 1995; Chatellier, 1997; Magagna, 1997; Housel, 1997a, 1997b; Perez-Sanchez, 1997a; Symington, 1997).

O observador, por sua vez, não é neutro. Ele afeta tanto a dupla mãe-bebê como é afetado por ela e deve estar consciente dos sentimentos que passará a experimentar a partir do seu trabalho. E o que se observa? Observa-se uma família dentro da qual o bebê nasceu, a relação materno-infantil, o início de um desenvolvimento humano, possíveis falhas maternas, as primeiras aparições do que Winnicott chamou de agonias impensáveis ou primitivas, a interação entre a mãe e o bebê, possíveis intervenções nessa relação, bem como uma comunicação sem verbalização. Além disso, o observador demarca um *setting* diferente

do *setting* clássico – as observações são feitas com hora marcada, uma vez por semana, durante os dois primeiros anos (mas se estendendo até o quarto ano de vida da criança, sendo que a partir do terceiro ano as sessões de observação começam a ficar mais espaçadas – bimensal, trimestral e semestral), na casa da dupla mãe-bebê e a partir de metodologia psicanalítica, em oposição às observações experimentais que se dão em laboratório (Bick, 1962, 1964; Chatellier, 1997; Perez-Sanchez, 1997; Piontelli, 1986/2004, 1995).

As observações do tipo experimental se definem por oposição às observações psicanalíticas enquanto método de trabalho e pesquisa. As primeiras têm por objetivo evidenciar este ou aquele fenômeno previsto pela hipótese teórica construída pelo observador e definida como referência para o experimento que se quer realizar. Há ainda uma relação de causa e efeito no fenômeno observado por meio de condições previamente existentes, cujo enquadre é definido pelo seu conteúdo e não pelo acaso da própria observação. Por fim, no tipo experimental, o observador deve ser neutro e não entrar em contato nem se deixar afetar pela observação, seguindo os parâmetros da ciência positivista. Dito de outro modo, o observador não se comunica verbalmente com sua amostra. A observação psicanalítica, por outro lado, é definida eminentemente pelos limites contratuais que equivalem à regra fundamental da psicanálise e cujos limites psíquicos, da mãe, do bebê e do próprio observador, por sua vez, definem o enquadre e as capacidades de receptividade do observador, ou seja, sua capacidade de *rêverie* (acolhimento da demanda da dupla mãe-bebê) e a impossibilidade de sua neutralidade durante sua observação.

Esse treino objetiva investigar também uma relação dual, na qual se busca o máximo de detalhes a ser relatado. Observa-se, assim, o contexto da relação mãe-bebê, os seus corpos, os olhares de um em direção ao outro, a respiração, o ambiente, como ela o toca, como o leva ao seio, as palavras expressas para entrar em contato com o infante, etc. (Piontelli, 1995).

Com o advento da ultrassonografia nos anos setenta, Piontelli (1986/2004, 1995) buscou encontrar alguma relação entre o que era vivido no ventre materno e o que poderia ser observado na relação materno-infantil após o nascimento a partir do método de Esther Bick. Suas pesquisas, através da observação de fetos gemelares ou não, demonstraram que o que era vivido em útero produzia algum impacto no desenvolvimento futuro do indivíduo, havendo, portanto, uma interação precoce entre o inato e o adquirido, entre o pré e o pós-natal, sem que algum deles fosse preponderante, levando-nos a crer que o que chamávamos de primitivo referia-se a algo bem anterior ao nascimento, corroborando as hipóteses teórico-clínicas de Winnicott.

Há mais de quarenta anos, portanto, sabia-se muito pouco sobre a vida fetal. Tudo o que era pensado até aquela época era considerado a partir de hipóteses de um mundo vivido totalmente à parte, como se a vida realmente começasse apenas com o nascimento do bebê. O feto, visto sob essa ótica, era concebido como uma tábula rasa sem nenhum *a priori* e nenhum *a posteriori*. Todas as impressões da vida mental fetal eram baseadas em especulações adultomorfas selvagens, ou seja, a experiência do feto “sempre era comparada com a vida do sujeito humano adulto e qualquer reconstrução da sua vida e funcionamento mental assumia uma via retrogressiva” (Piontelli, 1995, p. 21).

Foi graças à ultrassonografia que algumas teses psicanalíticas puderam ser comprovadas a partir de imagens geradas pela tecnologia médica. O que essa tecnologia de imagem revelou foi a individualidade do feto por um lado, e o modo como ele se relacionava com a mãe, por outro, fazendo com que eles estabelecessem uma comunicação, ainda que simbiótica e no nível pré-verbal. Muitas dessas interpretações e imagens faziam com que os pais, ou até mesmo os obstetras, “antropomorfizassem” ou “adultomorfizassem” o feto, atribuindo-lhes sentimentos, intenções e volições, ressaltando ainda mais o narcisismo dos pais, o qual se evidencia em frases tais como “ele é muito nervoso”, “ela será uma bailarina”, “ele (ou ela) tem a cara do pai (ou da mãe)”, “este aqui vai ser jogador de futebol”, “como ela é pensativa!”, “ele vai ter um bom caráter”, “ele é preguiçoso”, entre outras (Chazan, 2000, 2005, 2008, 2011; Piontelli, 1995). O que ficou mais evidente, principalmente em fetos mais desenvolvidos a partir de seis meses de gestação, foi a necessidade de reconhecê-los como pessoas ou sujeitos humanos, pois “os bebês são humanos desde o início” (Winnicott, 1964/2006, p. 32).

Considerações finais

As observações de bebês para Winnicott já era uma realidade desde o início dos anos quarenta, quando passou a examiná-los em suas consultas pediátricas junto às mães (Winnicott, 1941/1978). Nessas consultas, o pediatra inglês utilizava-se de uma brincadeira com o bebê que consistia em analisar seu interesse por uma espátula e como isso poderia ser interpretado na relação materno-infantil, dando-lhe pistas acerca do desenvolvimento emocional do bebê. A criança podia ver naquele objeto algo do seu interesse ou apenas largá-lo após um momento, sem estabelecer relação alguma com objetos internos na figura do pediatra ou da sua mãe.

Como vimos, desde o início do seu trabalho clínico Winnicott buscava compreender o desenvolvimento da relação do bebê com a mãe (ou com o pai) através da constituição de um objeto interno, fruto da influência que sofreu de Melaine Klein no início dos seus primeiros estudos e publicações. O jogo da espátula apenas demonstrou a forma como o bebê guarda dentro de si a imago paterna ou materna com as quais ele se relaciona e como se estabelecem relações parciais ou totais de objetos no mundo interno do bebê.

Conforme afirma o pediatra inglês, a psicanálise tinha muito o que aprender com a observação direta de crianças junto às mães e em seu ambiente natural (o que fez com que Esther Bick desenvolvesse seu método, por partilhar de muitas das observações de Winnicott à sua época, e, conseqüentemente, Alessandra Piontelli investigasse a vida pré-natal). Não foi por acaso que a observação de bebês nasceu na Escola Inglesa de Psicanálise.

No entanto, afirma o autor, a observação direta não é por si só capaz de estabelecer uma psicologia do infante, a não ser que observadores e analistas possam correlacionar os dados do que foi observado com os dados do que foi lembrado pelos pacientes, assim como possam correlacionar o que é profundo em análise e o que é precoce no desenvolvimento da criança. “*Em duas palavras: o lactente humano precisa percorrer certa distância do começo para ter a maturidade para ser profundo*” (Winnicott, 1957/1983, p. 105; itálicos do autor).

Winnicott quer chamar a atenção para as definições do que ele chama de profundo e precoce no âmbito da psicanálise e da sua teoria do desenvolvimento emocional. Para o autor, “profundo não é sinônimo de precoce porque o lactente necessita de um certo grau de maturidade [*maturity*, em inglês, no original, em oposição à tradução “amadurecimento” em português] para ir se tornando gradativamente capaz de ser profundo. Isto é óbvio, quase lugar-comum, e ainda assim acho que não recebeu atenção suficiente” [acréscimo nosso] (Winnicott, 1957/1983, p. 103). Para o autor, “profundo” é uma questão de uso, enquanto que “precoce” é uma questão de fato, ou, dito de outro modo:

É mais profundo citar relacionamentos mãe-criança do que relacionamentos triangulares, referir-se à ansiedade persecutória interna do que à sensação de perseguição externa; mecanismos de *splitting*, desintegração, e uma incapacidade de estabelecer contato me parecem mais profundos do que pode ser a ansiedade em um relacionamento [itálicos do autor] (Winnicott, 1957/1983, p. 103).

O que Winnicott chama de profundo, são processos que só são adquiridos durante a transição da fase da dependência relativa para a independência, con-

forme sua etiologia do desenvolvimento infantil. Assim, a palavra “profundo”, nessa acepção, indica profundidade na fantasia interna e inconsciente do bebê ou do paciente ou na sua realidade psíquica, nas quais estão envolvidas a mente e a imaginação do paciente durante uma análise.

Os estudos sobre bebês ainda em útero, com ou sem o recurso da tecnologia médica, puderam afirmar e confirmar o *status* de unidade estabelecido entre a mãe e o bebê. Mais do que isso: até o nascimento, não havia como decidir o momento preciso em que o feto se torna um ser humano ou uma pessoa, a ser estudado psicologicamente, com sentimentos e sensações que pudessem ser lembradas seja em momentos de análise, seja através da observação em útero. O que Winnicott afirmou foi que uma criança pós-madura mostra sinais de permanência excessiva no útero, assim como uma criança prematura se mostrou pouco capacitada para viver e ter experiências como ser humano e com outro ser humano, a mãe. Sendo assim, a saúde do bebê normal só pode ser pensada em termos relacionais, tanto na vida pré-natal quanto na vida pós-natal, antes e depois do nascimento.

Os pais passaram a considerar o bebê como uma pessoa, vendo nele muito mais do que ali estava – um homenzinho ou uma mulherzinha. Isto inicialmente foi rejeitado pela ciência, que afirmava que a criança não é um pequeno adulto, e por muito tempo os observadores consideraram objetivamente as crianças como seres muito pouco humanos, até que começassem a falar. Recentemente, entretanto, descobriu-se que os bebês são, de fato, humanos, embora adequadamente infantis (Winnicott, 1957/2006, p. 63).

Apesar de a ciência médica ter chegado a grandes avanços fisiológicos, genéticos e neurológicos, a psicanálise não lida com a fisicalidade dos corpos sem nenhuma relação com a representação desta no inconsciente. A psicanálise, do ponto de vista da teoria do desenvolvimento maturacional ou emocional, preocupa-se com o ser humano desde a concepção e, como tal, prossegue na sua investigação através da vida intrauterina, do nascimento, verificando como o feto se transforma em uma criança viva que alcança a maturidade na adolescência, ocupando o seu lugar no mundo na idade adulta, até chegar à velhice e à morte (Winnicott, 1990, p. 51). Apesar de a saúde física do bebê (com relação à fisiologia, bioquímica e hematologia do corpo) ser de responsabilidade do pediatra que o acompanha, o interesse pela saúde emocional do infante não tem suscitado maiores interesses por parte deste profissional. Quando se trata de crianças recém-nascidas, a saúde não é o começo, mas o fim. O desenvolvimento saudável do bebê não é uma ques-

tão da fisicalidade dos corpos e sim uma questão do desenvolvimento emocional primitivo (Winnicott, 1990, p. 133). É a partir da sua entrada no mundo e do momento em que ele começa a se relacionar com o seu ambiente materno que uma nova etapa no curso de seu desenvolvimento tem início.

Referências

- Abram, J. (2013). The evolution of Winnicott's theoretical matrix: a brief outline. In J. ABRAM (ed), *Donald Winnicott today*. London and New York: Routledge/The New Library of Psychoanalysis, 73-112.
- Abram, J. (2012). On Winnicott's clinical innovations in the analysis of adults. *The International Journal of Psychoanalysis*, 93(6), 1461-1473.
- Bezerra Jr., B. (2007). Winnicott e Merleau-Ponty: o continuum da experiência subjetiva. In Benilton B. Jr., & Ortega, F. (Orgs.), *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 35-65.
- Bick, E. (2002). Child analysis today. In A. Briggs (Ed.). *Surviving space: papers on infant observation* (p. 27-36). London: The Tavistock Clinic Series. (Trabalho original publicado em 1962)
- Bick, E. (2002). Notes on infant observation in psycho-analytic training. In A. Briggs (Ed.). *Surviving space: papers on infant observation* (p. 37-54). London: The Tavistock Clinic Series. (Trabalho original publicado em 1964)
- Bick, E. (2002). The experience of skin in early object relations In A. Briggs (Ed.). *Surviving space: papers on infant observation* (p. 55-59). London: The Tavistock Clinic Series. (Trabalho original publicado em 1968).
- Bick, E. (2002). Further considerations on the function of the skin in early object relations. In A. Briggs (Ed.). *Surviving space: papers on infant observation* (p. 27-36). London: The Tavistock Clinic Series. (Trabalho original publicado em 1986).
- Borgogno, F. (2004). Ferenczi e Winnicott: contatos (de almas) próximos. *Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 6(2), 283-297.
- Briggs, A. (Ed.). (2002). *Surviving space: papers on infant observation*. London: The Tavistock Clinic Series.
- Chatellier, A. M. (1997). Observação e psicanálise. In M.-B Lacroix, & M. Monmayrant. (Orgs.). *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 49-55). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chazan, L. K. (2000). *Fetos, máquinas e subjetividade: um estudo sobre a construção social do feto como pessoa através da tecnologia de imagem*. (Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, RJ).

- Chazan, L. K. (2005). *Pessoa fetal mediada pela ultrassonografia: um estudo etnográfico em clínicas de imagem na cidade do Rio de Janeiro*. (Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, RJ).
- Chazan, L. K. (2008). “É... tá grávida mesmo! E ele é lindo!” A construção de “verdades” na ultra-sonografia obstétrica. *História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, 15(1), 99-116.
- Chazan, L. K. (2011). “O aparelho é como um automóvel; a pista é a paciente”. Para além do ensino de tecnologia no pré-natal. *Physis*, 21(2), 601-627.
- Dias, E. (2011). *Sobre a confiabilidade e outros estudos*. São Paulo: DWW Editorial.
- Figueiredo, L. C. (2002). A tradição ferenciana de Donald Winnicott: apontamentos sobre regressão e regressão terapêutica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36(4), 909-927.
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930[1929])
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895[1950])
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900-1901)
- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926 [1925])
- Freud, S. e Breur, J. (1996). Estudos sobre a histeria: casos Clínicos. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Gondar, J. (2006). Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. *Ágora*, 9(1), 103-117.
- Graña, R. B. (2002). Donald W. Winnicott e Maurice Merleau-Ponty: pensando a psicanálise sob o signo da fenomenologia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36(4), 929-947.
- Graña, R. B. (2007b). *Origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Housel, D. (1997a). Observação de bebês e psicanálise, ponto de vista epistemológico. In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 87-94). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Housel, D. (1997b). Uma aplicação terapêutica da observação dos lactentes. In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 193-207). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kohon, G. (1994). *A Escola Britânica de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lacroix, M.-B., & Monmayrant, M. (Orgs.). (1997). *A observação de bebês: os laços do encantamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1986). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Magagna, J. (1997). O diálogo entre a mãe e seu bebê. In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 45-48). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Negri, R. (1997). Observação da vida fetal. In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 113-129). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ogden, T. H. (1992). *A matrix of the mind: object relations and the psychoanalytic dialogue*. New York/London: Karnac Books/Maresfield Library.
- Ogden, T. H. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ogden, T. H. (2013b). Reading Winnicott. In J. Abram (Ed.), *Donald Winnicott today* (p. 213-234). London and New York: Routledge/The New Library of Psychoanalysis.
- Ogden, T. H. (2013a). The mother, the infant and the matrix: interpretations of aspects of the work of Donald Winnicott. In J. Abram (Ed.), *Donald Winnicott today* (p. 46-72). London and New York: Routledge/The New Library of Psychoanalysis.
- Perez-Sanchez, M. (1997). A observação de bebês, segundo Esther Bick, uma pauta musical In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 57-60). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Phillips, A. (2006). *Winnicott*. Aparecida/SP: Ideias e Letras.
- Piontelli, A. (2004). *Backwards in time: a study in infant observation by the method of Esther Bick*. London: The Clunie Press/Karnac. (Trabalho original publicado em 1986)
- Piontelli, A. (1995). *De feto a criança: um estudo observacional e psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rache, E. (2005). O fio de Ariadne: de Winnicott a Ferenczi. *Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 7(1), 41-60.
- Rank, O. (1934). *O traumatismo do nascimento: influência da vida pré-natal sobre a evolução da vida psíquica individual e coletiva*. Rio de Janeiro: Mariza Ed. (Trabalho original publicado em 1924)
- Rodman, F. R. (2003). *Winnicott: life and work*. Cambridge, MA: Da Capo Press/London: Karnac.
- Symington, J. (1997). A observação do latente. In M.-B. Lacroix, & M. Monmayrant (Orgs.), *A observação de bebês: os laços do encantamento* (p. 17-32). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1971). The location of cultural experience. In D. W. Winnicott [Autor], *Playing and reality*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1967)
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1978). A observação de bebês em uma situação estabelecida. In D. W. Winnicott [Autor], *Textos escolhidos: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1941)

- Winnicott, D. W. (1978). Recordações do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade. In D. W. Winnicott [Autor], *Textos escolhidos: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1949)
- Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1983). Sobre a contribuição da observação direta da criança para a psicanálise. In D. W. Winnicott [Autor], *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1957)
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1997). Introdução primária à realidade externa: os estágios iniciais. In D. W. Winnicott [Autor], *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1948)
- Winnicott, D. W. (1999). O que irrita? In D. W. Winnicott [Autor], *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (2005). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In D. W. Winnicott [Autor], *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (2006). A contribuição da psicanálise à obstetrícia. In D. W. Winnicott [Autor], *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957)
- Winnicott, D. W. (2006). O recém-nascido e sua mãe. In D. W. Winnicott [Autor], *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964)
- Winnicott, D. W. (2006). As origens do indivíduo. In D. W. Winnicott [Autor], *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966)
- Winnicott, D. W. (2006). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In D. W. Winnicott [Autor], *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968)

Notas

¹ Sonia Rochel disponibiliza a maioria dos seus vídeos na internet em seu site pessoal: www.soniarochel.com. O mais famoso encontra-se no link: <<https://goo.gl/3TF6AP>>.

² Preferimos utilizar nossa tradução da citação do original em inglês à tradução corrente da edição brasileira da Imago, para reforçarmos a ligação entre os termos “margens” (“*seashore*”) – da citação de Tagore, “mar” (“*sea*”) e “mãe” (“*mother*”). Na tradução da Imago, o termo “*seashore*” (costa, margem, litoral) aparece como “praia”, termo que não enfatiza adequadamente o que Winnicott quer dizer nesse trecho. Remetemos, portanto, o leitor a Winnicott (1971a/1975, p. 133-134), na edição em português, para suas próprias conclusões.

³ A obra de Esther Bick não é extensa. Durante os anos em que exerceu sua prática clínica, escreveu apenas seis artigos, mas foi fundamentalmente como supervisora que viu a maior parte de suas ideias florescerem. Remetemos o leitor ao conjunto de trabalhos organizados por Lacroix e Monmayrant (1997) e Briggs (2002), para melhor compreensão de suas ideias.

Recebido em 22 de fevereiro de 2015

Aceito para publicação em 06 de maio de 2016

A LEITURA FREUDIANA DA POLÍTICA

THE FREUDIAN READING OF THE POLITICS

LA LECTURA FREUDIANA DE LA POLÍTICA

*Joel Birman**

RESUMO

A intenção deste ensaio é a de sublinhar a existência da problemática da política no discurso freudiano, que como uma invariante teórica perpassa esse discurso como um todo. Pretende assim empreender a crítica de um arquivo instituído na tradição psicanalítica pós-freudiana, segundo a qual a problemática da política foi silenciada. Assim, para relançar a relevância dessa problemática no discurso freudiano, necessário foi restaurar no arquivo freudiano outras linhas de força e linhas de fuga para explicitar devidamente o diálogo estabelecido por Freud com a tradição da filosofia política, de forma a evidenciar os registros do laço social, do contrato social e do poder nas suas relações com os registros da pulsão, do inconsciente e da transferência.

Palavras-chave: poder; laço social; pulsão.

ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the existence of political concerns in the Freudian discourse, which as a theoretical invariant pervades this speech as a whole. Thus intends to undertake the review of a file set in post-Freudian psychoanalytic tradition, according to which the issue of policy was silenced. So, to revive the relevance of this problem in the Freudian discourse, was necessary to restore the Freudian file other power lines and drain lines to properly explain the dialogue established by Freud with the tradition of political philosophy, in order to highlight the records of the social bond, the social contract and power in its relations with the drive records, the unconscious and transfer.

Keywords: power; social bond; drive.

RESUMEN

La intención de este trabajo es poner de relieve la existencia de preocupaciones políticas en el discurso freudiano, que como invariante teórico impregna este discurso en su conjunto. De esta manera tiene la intención de llevar a cabo la revisión de un archivo creado en la tradición psicoanalítica post-freudiana, según la cual fue silenciado el tema de la política. Así que, para revivir la relevancia de este problema en el discurso freudiano, era necesario restaurar los archivos freudiana otras líneas de alta tensión y líneas de drenaje para explicar adecuadamente el diálogo establecido por Freud con la tradición de la filosofía política, a fin de destacar los registros del vínculo social, el contrato social y el poder en sus relaciones con los registros de transmisión, el inconsciente y la transferencia.

Palabras clave: poder; vínculo social; la unidad.

I. Interdisciplinaridade

Neste ensaio, pretendo aproveitar a comemoração recente do Centenário de “Totem e tabu”, obra de Freud (1913/1975), que foi publicada inicialmente em 1913 como se sabe, para pensar não apenas sobre a hipótese inicial de Freud sobre a *origem do laço social* pela realização efetiva da *morte do pai da horda originária* pelos filhos reconhecidos num movimento de revolta contra a *onipotência do pai* originário (Freud, 1913/1975, Capítulo IV), mas também para poder refletir rigorosamente sobre a *problemática* da inserção da psicanálise no campo da pesquisa e do diálogo *interdisciplinar*. Com efeito, se na sua composição teórica e na estruturação de sua escrita Freud lançou mão de múltiplas referências oriundas dos discursos teóricos da sociologia, da antropologia social e da teoria das religiões (Freud, 1913/1975, Capítulo IV), em contrapartida essa obra de Freud teve uma *recepção* (Jauss, 1978) marcadamente crítica nos campos dessas diferentes disciplinas, desde o momento da sua publicação. Essa obra de Freud foi objeto de múltiplas críticas, como se sabe, principalmente oriundas do discurso da antropologia social. No entanto, é preciso dar o devido destaque de que a produção teórica dessa obra de Freud se inscreveu inequivocamente, desde o início, no campo da interdisciplinaridade, daí decorrendo como necessária a recepção de que ela foi objeto em diferentes disciplinas do campo das ciências humanas.

Além disso, é preciso destacar ainda que se a hipótese central de Freud (1938/1986), enunciada em “Totem e tabu”, foi retomada de uma outra maneira na obra intitulada “O homem Moisés e a religião monoteísta” no final de seu percurso teórico, como uma verdade que seria de *ordem histórica* e não de *ordem*

material (Freud, 1938/1986), não resta qualquer dúvida que o debate da *interdisciplinaridade* é crucial e que se acentua mais ainda na atualidade pela inscrição da psicanálise na estrutura da Universidade. Com efeito, a psicanálise não pode mais evitar esse debate na contemporaneidade como ela o fez outrora, ao se posicionar face às críticas a ela dirigidas de que seriam todas da ordem da *resistência* à psicanálise. Essa formulação não se sustenta mais hoje, pois inscrita no campo social da Universidade a psicanálise está submetida necessariamente ao diálogo e ao discurso crítico com as demais disciplinas teóricas, como ocorre aliás com todos os demais discursos teóricos. Enfim, com essa inserção efetiva no campo da Universidade a psicanálise tem que se deslocar decisivamente do registro privado e até mesmo secreto das instituições psicanalíticas para o registro do espaço público.

Daí porque retomar na atualidade a leitura de “Totem e tabu” implica em pensar necessariamente sobre a “Psicanálise e interdisciplinaridade no século XXI”. Pretende-se com isso não apenas sublinhar a dimensão interdisciplinar presente na composição teórica dessa obra de Freud, mas também enfatizar a interdisciplinaridade como campo e destino inevitável para a circulação do discurso psicanalítico na contemporaneidade, em decorrência da inscrição desse discurso na estrutura da Universidade. Isso porque se esta se centra cada vez mais no ideário da pesquisa que orienta as suas práticas de ensino, principalmente a investigação interdisciplinar, a psicanálise não pode escapar disso por essa nova inserção institucional. Estaria delineado então, por esse novo viés, o futuro inequívoco da psicanálise no século XXI, destinando-a à interdisciplinaridade.

II. Filosofia política

O enunciado célebre de Freud nessa obra, do assassinato do pai da horda originária pelos filhos conjugados em revolta, foi considerado por Lévi-Strauss (1949) como sendo uma formulação da ordem do *mito*, na obra intitulada “As estruturas elementares do parentesco”. Além disso, Lacan formulou ainda que se esse mito era certamente genial, esse mito era original, pois foi o único forjado no século XX. Contudo, é preciso dizer desde já que neste texto não vou me voltar para a questão do mito em Freud, mesmo que considere que esta seja teoricamente interessante, já que o meu propósito aqui é de outra ordem.

Assim, é preciso enunciar que o meu propósito neste ensaio é o de buscar apreender e de delinear devidamente a interlocução do discurso freudiano com a tradição da filosofia política e do pensamento político de sua época histórica, tanto em “Totem e tabu” quanto em outras obras ditas culturais e sociais, que

foram publicadas por Freud ao longo de seu percurso teórico. Dessa maneira, a questão do *contrato social* e daquilo que lhe é correlato, qual seja, a articulação íntima existente entre os registros do *individual* e do *social*, estará assim no centro do desenvolvimento teórico que pretendo problematizar neste ensaio. É a questão do laço social que estará então no centro das proposições que vou apresentar esquematicamente ao longo deste ensaio.

A minha hipótese fundamental nesta incursão teórica é que Freud (1915/1981) enunciou uma primeira formulação sobre essa problemática justamente em “Totem e tabu”, mas que ele começou a colocar decididamente em questão essa proposição no ensaio intitulado “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, e que ele sistematizou a crítica de sua formulação inicial em 1921, com a publicação do ensaio intitulado “Psicologia das massas e a análise do eu” (Freud, 1921/1981). Isso implica em dizer que com o enunciado decisivo da existência do conceito de pulsão de morte, no ensaio “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1981), que subverteu a sua teoria anterior das pulsões, novos impasses teóricos sobre o laço social e sobre o contrato social foram imantados pelo discurso freudiano, relançando e complexificando assim bastante a sua leitura sobre a estrutura da sociedade e sobre as relações estabelecidas entre o sujeito e os outros.

Por isso mesmo, com esta incursão eminentemente crítica quero eloquentemente destacar como fundamental a presença da problemática da política no discurso freudiano, que foi francamente negligenciada e mesmo esquecida na tradição psicanalítica pós-freudiana, como se a dita problemática fosse não apenas ausente no discurso freudiano, mas também no discurso psicanalítico em geral. Vale dizer, se a psicanálise pretende ter um futuro e um lugar importante no campo da interdisciplinaridade do século que se inicia, necessário é destacar e colocar devidamente em evidência a problemática da política no discurso freudiano, para reinscrever a problemática da política no campo da psicanálise contemporânea.

III. Arquivo

Assim, para situar devidamente a *legitimidade* teórica da problemática da política no discurso freudiano é necessário empreender alguns comentários preliminares sobre os textos ditos sociais e culturais de Freud, que devem assumir um caráter ao mesmo tempo teórico e metodológico. Dessa maneira, estes comentários delineiam uma leitura epistemológica da psicanálise, na medida em que a epistemologia desta se transforma de ponta-cabeça com a inclusão ou a

exclusão da problemática da política no campo psicanalítico. A minha intenção com isso é a de incidir decisivamente no *arquivo* instituído oficialmente na psicanálise, para retomar um conceito forjado por Derrida (1995) no ensaio intitulado “Mal de arquivo”, para desbloqueá-lo e relançá-lo numa outra direção teórica e ética, destacando a existência nesse arquivo de outras *linhas de força* e *linhas de fuga* que foram silenciadas e francamente congeladas pela tradição psicanalítica pós-freudiana.

Nessa perspectiva, é preciso dizer que o dito arquivo foi historicamente instituído por Jones (1970), no terceiro volume de sua célebre biografia de Freud, onde enunciou de maneira peremptória que os ensaios culturais e sociais forjados por Freud foram enunciados apenas quando este tinha já desenvolvido a totalidade da teoria psicanalítica e que aqueles evidenciariam afinal das contas as reflexões sobre a humanidade em geral de um sábio e que era já então um homem com a idade avançada (Jones, 1970).

Assim, pode-se constatar facilmente que essa formulação de Jones não é teoricamente consistente e não se sustenta dos pontos de vista cronológico e empírico. Uma rápida consulta das datas de publicação dos textos ditos sociais e culturais de Freud evidencia isso com clareza. Contudo, é preciso ir além dessa constatação factual, pois essa modalidade de leitura empreendida por Jones foi constitutiva dos arquivos do discurso freudiano e da psicanálise, no qual a problemática da política foi não apenas silenciada, mas também eliminada do campo psicanalítico. Em decorrência disso, o discurso teórico da psicanálise e da experiência analítica, representados aqui pelos registros da pulsão, do inconsciente e da transferência, ficou completamente sem fundamento, pela então eliminação da problemática da política do campo da psicanálise.

É preciso destacar que se essa formulação teórica de Jones teve a intenção de sublinhar que a experiência psicanalítica era o campo empírico por excelência da pesquisa metapsicológica de Freud, por um lado, ela pretendeu afirmar ainda que a dita experiência ficava restrita ao registro do *indivíduo* e não se expandia para o registro da *sociedade*, pelo outro. Dessa maneira, Jones relançou nesse contexto as mesmas questões que já lançara outrora no célebre debate que estabeleceu com o antropólogo Malinovski (1963) sobre a universalidade ou não do complexo de Édipo, quando aquele publicou a obra intitulada “A sexualidade e sua repressão nas sociedades primitivas”. Naquela ocasião Jones sustentou uma leitura teórica da psicanálise inteiramente centrada no registro do indivíduo, de forma a não considerar nem o registro das relações sociais nem das formas culturais. Enfim, Jones eliminou com isso os campos da sociedade e da cultura do registro do aparelho psíquico, reduzindo assim a psicanálise ao registro do indivíduo, de forma a transformá-la numa mera psicologia.

Foi pela constituição desse arquivo oficial, assim constituído, que o discurso psicanalítico foi reduzido a ser uma simples técnica de tratamento dos indivíduos, na qual o campo dos laços sociais foi efetivamente silenciado. Com isso, a psicanálise foi posteriormente psicologizada e medicalizada, transformada que foi numa técnica terapêutica e até mesmo numa escola psiquiátrica. Enfim, foi pelo viés decisivo das marcas constitutivas desse arquivo oficial que o discurso psicanalítico pós-freudiano foi decididamente normalizado, de forma a perder inapelavelmente as suas especificidades teórica e ética, ao mesmo tempo.

Contudo, é preciso por isso mesmo empreender a desconstrução radical desse arquivo forjado pelo movimento psicanalítico pós-freudiano, retomando devidamente aquilo que estava presente no discurso freudiano, para relançar efetivamente as suas linhas de força e de fuga. Para isso, no entanto, necessário é retomar criticamente os ensaios escritos por Freud sobre os registros da cultura e da sociedade, para colocar em devido destaque a problemática da política no corpo do discurso freudiano.

Assim, Freud enunciou, no ensaio intitulado “Psicologia das massas e análise do eu”, que a leitura do aparelho psíquico realizada pela psicanálise tinha como alvo não apenas os *processos psíquicos narcísicos*, em que o indivíduo estaria voltado apenas para si mesmo no registro psíquico do eu, mas também os *processos psíquicos alteritários*, em que o sujeito estaria voltado para as relações com demais sujeitos (Freud, 1921/1981). Isso implica em dizer, portanto, que os laços sociais do sujeito com os outros são fundamentais na leitura psicanalítica do aparelho psíquico. Além disso, é preciso dizer ainda que no campo teórico do discurso freudiano não existe qualquer oposição possível entre a psicologia individual e a psicologia coletiva, mesmo que Freud tenha empreendido a crítica contundente do conceito de inconsciente coletivo, que foi forjado por Jung, em “Totem e tabu” (Freud, 1913/1975), pelo viés da proposição da existência do inconsciente estrutural.

Parece-me ainda que quando Lacan enunciou, no longo ensaio intitulado “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, que foi publicado em 1953, que o registro psíquico do inconsciente seria de ordem estritamente *transindividual* e que seria preciso, além disso, opor radicalmente os registros do sujeito (*Je*) e do indivíduo (*moi*) (Lacan, 1953/1966), ele retomou a mesma leitura de Freud acima destacada, para impedir epistemologicamente qualquer redução teórica do discurso da psicanálise ao campo da psicologia, numa mesma operação conceitual que se repetiu inúmeras vezes ao longo de seu percurso teórico, de maneira irrevogável.

IV. Mal-estar

Seria em decorrência desse pressuposto teórico que a problemática do *mal-estar na civilização* perpassa a totalidade do discurso freudiano, como uma invariante fundamental, de forma que Freud forjou, aliás, duas versões diferentes, mas não necessariamente opostas, do dito mal-estar ao longo de seu percurso teórico.

Assim, se no ensaio publicado em 1908 e intitulado “A moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa dos tempos modernos” (Freud, 1908/1973), Freud enunciou nessa primeira versão sobre o mal-estar que este estaria centrado no recalque das pulsões sexuais, no ensaio intitulado “Mal-estar na civilização”, em contrapartida, a nova versão de Freud (1930/1971) sobre a problemática em pauta estaria fundada na economia da pulsão de morte.

Entretanto, é preciso enfatizar ainda que a leitura freudiana da problemática do mal-estar situa este no âmbito histórico da modernidade, como evidência, aliás, o título do ensaio de 1908 acima citado. Portanto, pela categoria do mal-estar, centrado ora no registro da sexualidade ora no registro da pulsão e da morte, o discurso freudiano se refere sempre à modernidade e jamais a um referencial de ordem trans-histórica e transcultural. Vale dizer, seria nas bordas sempre conflitiva entre os processos psíquicos narcísicos e os processos psíquicos alteritários, na tensão estabelecida da relação do sujeito consigo mesmo e com os outros, que a experiência do mal-estar faz a sua emergência, implicando sempre, pois, a relação do sujeito e do Outro, nos registros social e histórico, ao mesmo tempo. Daí porque se enuncia então a presença ofuscante e eloquente do horizonte da modernidade na leitura freudiano do mal-estar.

Além disso, se a problemática do mal-estar é o solo teórico por excelência que norteia todas as leituras de Freud nos ensaios sobre a cultura e a sociedade, a referência à *figura do pai* está também sempre presente, mas os contextos de suas problematizações não são sempre as mesmas, mas diversas. Contudo, no que tange a isso são as variações e as diferenças que são efetivamente significativas.

Assim, se no livro “Totem e tabu” (Freud, 1913/1975) o discurso freudiano procurou colocar em destaque a morte do pai originário pelos filhos em rebelião, para pensar a oposição cortante existente entre a sociedade fraternal (moderna) e a sociedade pré-moderna, na obra “Psicologia das massas e análise do Eu” (Freud, 1921/1981) o discurso freudiano procurou enfatizar a regulação realizada pela figura do líder e do discurso políticos na organização da massa, no âmbito do espaço social da modernidade. O que estaria aqui em pauta é a maneira pela qual o político ordena ostensivamente a massa na modernidade, no exercício efetivo da *governabilidade*, pela regulação do mal-estar.

Contudo, no ensaio intitulado “O futuro de uma ilusão” (Freud, 1920/1973), a questão que foi sublinhada pelo discurso freudiano foi a da religião, pela mediação da qual o mal-estar poderia ser regulado pela *ilusão* religiosa e pela proteção realizada pelo pai do *desamparo* dos filhos, que seria a fonte maior do mal-estar engendrado na modernidade. Em contrapartida, no ensaio sobre “O homem Moisés e a religião monoteísta”, Freud (1938/1986) sustentou a hipótese radical de que existiria a operação da *repetição* no âmbito da história e na longa duração temporal, retomando assim os efeitos diferenciais ao longo da história e das formas ocidentais de religiosidade, fundando-se para isso na tese formulada em “Totem e tabu” sobre a morte do pai da horda originária pelos filhos em revolta, motivada pela onipotência daquele.

Entretanto, não se pode jamais perder de vista que a referência fundamental à figura do pai, nos diferentes textos acima referidos e nos seus diversos contextos diferenciais, remete inequivocamente à figura emblemática da *autoridade simbólica* e à eminente figura do *poder* no discurso freudiano, ao mesmo tempo. Seria assim por este viés evidente que as problemáticas da política e do laço social fazem então a sua emergência teórica ostensiva no discurso freudiano. É isso que vamos examinar em seguida, de maneira esquemática, mas também sistemática.

V. Interdição de matar, culpa e piedade

O discurso freudiano se confrontou inicial e sistematicamente com estas problemáticas em “Totem e Tabu” (Freud, 1913/1915). Pode-se afirmar assim que nessa obra a hipótese freudiana fundamental, do assassinato do pai da horda originária pelos filhos em revolta (Freud, 1913/1975), esboçou a leitura inicial de Freud sobre a constituição da modernidade política e social no Ocidente. Com efeito, se a figura do *pai onipotente* representaria a figura da *soberania absoluta*, os novos laços sociais estabelecidos entre os filhos delinearíamos, em contrapartida, os alicerces da sociedade moderna centrada nos registros da *igualdade*, da *fraternidade* e da *liberdade*, que foram enunciados pela revolução francesa e que foram inscritos na Declaração dos Direitos do Homem.

Além disso, se enunciou ainda na leitura de Freud a formulação de que estaria interdito desde então aos irmãos a ocupação da anterior posição de soberania absoluta exercida pela figura do pai, sob a ameaça nefasta e a iminência de ter o mesmo destino deste, qual seja, a morte (Freud, 1913/1975). Uma nova ordem política e social foi assim meticulosamente esboçada sob essas coordenadas até então inéditas, que se desdobravam no registro ético que fundaria

o *sujeito* e no registro propriamente da política, que seria assim constitutiva da figura do *cidadão*.

Portanto, por essa transformação radical a condição anterior do *animal de horda* foi suspensa e até mesmo abolida, na leitura enunciada por Freud, na constituição da sociedade. A indagação que se impõe aqui é por qual mecanismo e dispositivo essa suspensão e abolição efetivamente se empreenderia. Evidentemente o que se impõe é a ameaça de morte dos indivíduos pela interdição, que se enuncia de maneira eloquente, de qualquer um dos cidadãos que pretenda ocupar a posição da soberania absoluta exercida anteriormente pelo pai originário onipotente. Contudo, um outro dispositivo mais sutil foi então enunciado pelo discurso freudiano para evidenciar o que estaria aqui em questão, qual seja, a *culpa* (Freud, 1913/1975). Por esse viés, o sujeito seria o alvo fundamental para a incidência do dispositivo da culpa. Este seria certamente, com efeito, um mecanismo de *subjetivação* (Freud, 1913/1975) bem mais sutil e flexível, pois não implicaria abertamente no uso ostensivo da *força sobre os indivíduos e os corpos* para empreender assim efetivamente a regulação política dos laços sociais.

No que concerne a isso, é preciso evocar que na leitura realizada por Freud dos processos de subjetivação que ocorreram após o assassinato do pai primordial, os filhos foram tomados ostensivamente pela culpa, de tal maneira que a invenção do *totem* pela comunidade dos irmãos representaria ao mesmo tempo a evocação da *filiação* e da culpa pelo ato de assassinato do pai da horda (Foucault, 1976). Portanto, a ritualização regular da festa totêmica, pela comunidade constituída pela aliança estabelecida entre os filhos, condensaria ao mesmo tempo a evocação da filiação, do ato de assassinato e da culpa pelo ato perpetrado pelos filhos face ao pai da horda originária.

Entretanto, é preciso destacar ainda como essa formulação teórica de Freud, sobre a culpa dos irmãos/filhos face ao pai morto, retomava diretamente a tese pela qual Freud pensava nesse contexto teórico e metapsicológico tanto a *pulsão de domínio* quanto as relações entre o *sadismo* e o *masoquismo*, como formulara inicialmente nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1962).

De que maneira o discurso freudiano esboçou, nesse contexto metapsicológico, a transformação da pulsão? Assim, existiria no corpo do infante um movimento inaugural da pulsão de domínio em direção ao outro e ao objeto, que teria como consequência inesperada no corpo do outro a produção da dor. Em decorrência disso, no retorno da força da pulsão do registro do *fora* para o do *dentro* a figura do *infans* se culpabilizaria, transformando então o sadismo em masoquismo (Freud, 1905/1962). Portanto, nesse contexto teórico do discurso freudiano o sadismo seria então primário e o masoquismo sempre secundário.

Enfim, a figura do sujeito esboçado inicialmente pela metapsicologia freudiana seria a de um sujeito fundamentalmente masoquista, atravessado que ele seria pela culpa, que o regularia do ponto de vista moral.

Contudo, é preciso reconhecer ainda que esse modelo metapsicológico enunciado por Freud é bastante próximo e até mesmo idêntico ao modelo teórico de Rousseau (1973), tal como este o desenvolveu na sua antropologia filosófica e que enunciou no “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (Rousseau, 1973). Nesse contexto teórico decisivo, com efeito, Rousseau enunciou como o dispositivo da *piedade* seria crucial para suspender o combate potencialmente mortal entre os indivíduos no registro estrito da Natureza, conduzindo-os assim para o estabelecimento da sociedade pela constituição do *contrato social*. Em decorrência disso, seriam constituídas assim as sociedades civil e política.

Pode-se dizer então que o dispositivo da piedade no discurso da filosofia política de Rousseau se articularia diretamente com o movimento inicial da pulsão de domínio e a produção da culpa pela inversão da força da pulsão no discurso freudiano, na versão inicial deste sobre a constituição da sociedade moderna, na qual a interdição de matar seria um imperativo fundante para a formação dos laços sociais. Enfim, existiria assim uma similaridade estrutural evidente entre os dispositivos da culpa e da piedade, numa conjunção teórica importante entre o discurso metapsicológico de Freud e a antropologia filosófica de Rousseau, em que essa se articula com o seu discurso sobre a filosofia política, de fundamento contratualista.

VI. Interdição e autorização para matar

Contudo, com a eclosão da primeira Guerra Mundial, a hipótese inicial de Freud (1915/1981), enunciada em “Totem e tabu”, foi colocada radicalmente em questão, pois a interdição de matar seria pertinente apenas nos tempos de *paz* e não nos de *guerra*. Com efeito, se o Estado interditava o assassinato em situação de paz, ele o autorizava, em contrapartida, no contexto da guerra, de maneira ativa e deliberada. No ensaio intitulado “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, Freud estava certamente perplexo diante da violência e da disseminação da morte realizadas pelos representantes maiores da civilidade Ocidental, quais sejam, a França, a Inglaterra e a Alemanha. No que concerne a isso, as populações civis não eram poupadas e o discurso da ciência promoveu a invenção de novos instrumentos bélicos de combate e de morte, que eram anteriormente inexisten-

tes. Enfim, entre os registros da paz e da guerra a interdição de matar, formulada como universal em “Totem e tabu”, se transformaria inequivocamente em autorização de matar, proclamada e norteadada pelo Estado.

Em decorrência desse novo panorama bélico na cena europeia, o discurso freudiano colocou em questão o discurso de *evolucionismo*, pois passou a afirmar que as sociedades ditas primitivas seriam muito mais evoluídas em termos civilizatórios do que as ditas sociedades civilizadas, pois respeitariam certos códigos éticos que seriam francamente desrespeitados pela barbárie moderna. Com efeito, existiria um respeito pela figura do morto e pela experiência da morte nas sociedades primeiras que não mais existia nas sociedades modernas, não obstante estas serem consideradas sociedades mais civilizadas. Portanto, a barbárie estaria no campo da civilização avançada e não das sociedades primeiras, pela disseminação da violência e da morte que aquela realizava sem qualquer pudor. Enfim, a interdição do matar seria assim sempre relativa e circunstancial nos diferentes tempos de paz e de guerra, variando de acordo com os imperativos maiores da política dos Estados-Nação, que nos tempos de guerra autorizava ostensivamente a morte dos inimigos.

Vale dizer, os dispositivos éticos da culpa (Freud) e da piedade (Rousseau) não poderiam regular o interdito de matar, sendo, pois, dispositivos eminentemente frágeis para se contrapor aos poderosos imperativos de matar, enunciados pelo Estado nos tempos de guerra.

VII. Guerra e política

Parece-me que foi como consequência disso, de a culpabilidade em matar não poder mais regular efetivamente a violência e a crueldade entre os indivíduos e as comunidades, que Freud enunciou inicialmente, em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1981), a hipótese da existência da *pulsão de morte* e da *pulsão de destruição* como uma de suas derivações.

Em seguida, no ensaio sobre “A psicologia das massas e a análise do eu” (Freud, 1921/1981), Freud enunciou de maneira radical que o homem seria um *animal de horda* e não um *animal de massa*, retomando a metáfora da proximidade dos porcos enunciada por Schopenhauer, de forma que estes se repeliriam se estivessem muito próximos, devendo então estar numa certa distancia entre si para não se combaterem e no limite se matarem. Portanto, o discurso freudiano enunciava que a culpa e a piedade, como reguladores morais que seriam, não poderiam mais suspender e colocar à distância de maneira efetiva a condição fundamental de horda, que caracterizaria decididamente o sujeito humano.

É preciso enunciar então que dessa maneira radical o discurso freudiano empreendia a *desconstrução* teórica da leitura inicial sobre a organização social e política realizada em “Totem e tabu”, pela qual o fantasma da condição da horda do sujeito seria definitivamente afastado e descartado pela culpa e pela interdição de matar. Vale dizer, o discurso freudiano sobre a política se transformou de ponta-cabeça nesse novo contexto teórico e histórico.

Nessa perspectiva, é preciso dizer que em “A psicologia das massas e a análise do eu” (Freud, 1921/1981) o discurso freudiano radicalizou mais ainda a tese enunciada inicialmente no ensaio “Considerações atuais sobre a guerra e a paz” (Freud, 1915/1981). Com efeito, se neste Freud opunha a interdição de matar à autorização de matar nos diferentes contextos da paz e da guerra, que seriam assim bem delimitados no espaço e no tempo, no ensaio “A psicologia das massas e a análise do eu” Freud, em contrapartida, enuncia como os imperativos de matar como o do exercício da violência permeariam o espaço social permanentemente, de forma que não seria mais a oposição entre guerra e paz o que estaria em pauta.

Com efeito, com o enunciado do conceito do *narcisismo das pequenas diferenças*, o discurso freudiano formulava que a dificuldade maior presente no espaço social da modernidade se centraria no confronto com a *diferença*, na medida em que indivíduos, segmentos, etnias e classes sociais não suportariam o convívio com tudo aquilo que fosse diferente de si (Freud, 1921/1981). Portanto, a violência e a crueldade se disseminaram na modernidade de maneira vertiginosa e perigosa, pois em diferentes registros dos laços sociais a relação com o Outro seria marcada de forma agonística, na qual a figura do diferente seria transformado não apenas na figura do *adversário*, mas principalmente na do *inimigo*.

Foi nesse contexto teórico, nos textos dos anos 20 e 30, que o discurso freudiano fez referências repetidas ao discurso filosófico de Hobbes, na obra intitulada “Leviatã”, no qual se enuncia que “o homem seria o lobo do homem” (Hobbes, 1651/1972) de maneira que Freud se afasta decisivamente da formulação teórica de Rousseau. Entretanto, não obstante isso é preciso enunciar ainda que Freud não era certamente um teórico hobbesiano, pois não acreditava efetivamente que a construção de um Estado onipotente, representado em Hobbes pela figura do monstro Leviatã, seria capaz de evidenciar e suspender a condição de horda da condição do sujeito humano.

É preciso evocar ainda que foi precisamente nesse contexto metapsicológico que o discurso freudiano promoveu a inversão entre os registros do sadismo e do masoquismo, oferecendo uma outra compreensão para essas duas noções. Se em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1962) o sadismo era primário e o masoquismo secundário, com o ensaio “O problema econômico do masoquis-

mo” (Freud, 1924/1973) Freud formulou que o masoquismo seria agora primário e o sadismo secundário, sendo essa a decorrência necessária da tese da existência da pulsão de morte e de um além do princípio do prazer (Freud, 1924/1973). Seria por esse viés ainda que o narcisismo das pequenas diferenças tomaria corpo e forma, na medida em que o sadismo e a violência face ao outro seriam formas assumidas pelo sujeito para se proteger da morte e do perigo agonístico representado pelo outro.

Contudo, a tese fundamental enunciada por Freud, em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/1981), de que o homem não seria um animal de massa mas um animal de horda, implica em dizer também que não seria possível *domesticar* e *disciplinar* a pulsão, que estaria agora no centro nevralgico da nova leitura freudiana do mal-estar na civilização. Foi em decorrência disso que, no ensaio de 1937 (1985) intitulado “Análise com fim e análise sem fim”, Freud pôde dizer que existiriam três práticas sociais *impossíveis*, quais sejam, *educar*, *governar* e *psicanalisar*, pois a pulsão não seria disciplinada e não poderia ser domesticada, de forma que seria impossível transformar o homem da condição de animal de horda na condição de animal de massa.

Portanto, pode-se afirmar efetivamente que no final de seu percurso teórico o discurso freudiano enunciou uma outra leitura sobre a política que se opôs radicalmente à tese inicial formulada em “Totem e tabu”, na medida em que a problemática da guerra estaria permanentemente presente nas relações entre os homens, tanto nos tempos de paz quanto nos da guerra, permeando assim então os laços sociais estabelecido entre os homens. Enfim, a figura metapsicológica da pulsão, como sendo algo que não seria da ordem do disciplinável e do domesticável, seria então o signo eloquente que garantiria que o homem seria um animal de horda e não um animal de massa.

No que concerne a isso, é preciso dizer ainda que Freud subverteu assim as relações que foram estabelecidas na aurora da modernidade entre os registros da guerra e da política, tal como foi anunciado por Clausewitz (1996) na clássica obra intitulada “Da guerra”, já que não seria a guerra que seria a continuação da política em outras bases, mas sim a política que seria a continuação da guerra sob outras formas. Com efeito, a política não elimina a questão da guerra, mas, na verdade, a perpetua.

De uma maneira inesperada a formulação de Freud se encontra com o que foi formulado por Foucault no curso intitulado “Em defesa da sociedade” (Foucault, 1976/1997), no qual Foucault critica em uma só penada as formulações de Hobbes e de Clausewitz, sobre as relações entre a guerra e a política. Enfim, na sua leitura sobre a política Freud se apresenta assim, no final do seu percurso teórico, como um autor de bastante atualidade, como se pode reconhecer na sua leitura sobre essa problemática.

Referências

- Clausewitz, C. V. (1996). *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes.
- Derrida, J. (1995). *Mal d'archive*. Une impression freudienne. Paris: Galilée.
- Foucault, M. (1997). *Il faut défendre la société*. Paris: Gallimard/Seuil. (Trabalho original publicado em 1976)
- Foucault, M. (1976). *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1962). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1973). La morale sexuelle “civilisée” et la maladie nerveuse des temps modernes. In S. Freud [Autor], *La vie sexuelle*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (1975). *Totem et tabou*. Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1981). Considérations actuelles sur la guerre et sur la mort. In S. Freud [Autor], *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1981). Au-delà du principe du plaisir. In S. Freud [Autor], *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1920). *L'avenir d'une illusion*. Paris, PUF, 1973. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (1981). Psychologie des foules et analyse du moi. In S. Freud [Autor], *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1973). Le problème économique du masochisme. In S. Freud [Autor], *Névrose, psychose, perversion*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1924)
- Freud, S. (1971). *Malaise dans civilisation*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1985). L'analyse avec fin et l'analyse sans fin. In S. Freud [Autor], *Résultats, Idées, Problèmes*, v. II. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (1986). *L'homme Moïse et la religion monothéiste*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1938)
- Freud, S. (1973). *La vie sexuelle*. Paris: PUF.
- Hobbes, T. (1972). *Léviathan: Traité de la matière, de la forme et du pouvoir de la république ecclésiastique et civile*, 1a parte. Paris: Sirey. (Trabalho original publicado em 1651)
- Jauss, M. R. (1978). *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard.
- Jones, E. (1970). *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud*, v. II. Paris: PUF.
- Lacan, J. (1966). Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In J. Lacan [Autor], *Écrits*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lévi-Strauss, C. (1949). *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF.
- Malinowski, B. (1963). *La sexualité et sa répression dans les sociétés primitives*. Paris: Payot.
- Rousseau, J.-J. (1973). *Discours sur l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Aubier Montaigne.

Recebido em 28 de maio de 2015

Aceito para publicação em: 14 de dezembro de 2015

A PULSÃO DE MORTE CONTRA A PULSÃO DE MORTE: A NEGATIVIDADE NECESSÁRIA

*THE DEATH DRIVE AGAINST THE DEATH
DRIVE: THE NECESSARY NEGATIVITY*

*LA PULSIÓN DE MUERTE CONTRA LA PULSIÓN
DE MUERTE: LA NEGATIVIDAD NECESARIA*

*Marianna T. de Oliveira**
*Monah Winograd***
*Isabel Fortes****

RESUMO

Tradicionalmente definida como traumática, como o que esgarça a rede representacional e alimenta a compulsão à repetição, levando o psiquismo ao esgotamento e à dissolução, a pulsão de morte apresenta, mais profundamente, uma outra face que é preciso sublinhar e que constitui o objeto central deste artigo. Se ela realiza um trabalho do negativo, a negatividade que ela expressa impulsiona a subjetivação, pois sua atividade e seus efeitos são absolutamente necessários, entre outros, para a construção do duplo limite psíquico (Green) e para a realização do primeiro trabalho psíquico verdadeiro (Rosenberg). Eis o paradoxo que pretendemos investigar: somente através dos desligamentos, dos vazios, das divisões e das separações gerados pela pulsão de morte os processos de simbolização podem proliferar, se enriquecer e o psiquismo pode se complexificar. Iniciamos analisando a pulsão de morte como força disruptiva para, em seguida, nos determos nas noções de ligação e de desligamento. Finalmente, demonstramos a necessidade de pensar a negatividade como necessária e fundamental para os processos de subjetivação.

Palavras-chave: pulsão de morte; trabalho do negativo; negatividade; trauma.

* Mestre em Psicologia Clínica – Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Professora Associada – Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*** Professora Adjunta – Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ABSTRACT

Traditionally defined as traumatic, as what frays apart representational network and feeds the compulsion to repeat, taking the psychism to exhaustion and dissolution, the death drive presents another face which must be stressed and that is the central object this article. If it performs the work of the negative, the negativity it expresses boosts subjectivation because its activity and its effects are absolutely necessary, among others, for the construction of the double psychic limit (Green) and the achievement of the first real psychic work (Rosenberg). This is the paradox that we intend to investigate: only through the shutdowns, the emptinesses, the divisions and separations generated by the death drive, the symbolization processes can proliferate, enrich themselves and the psyche can complexify. We start analyzing the death drive as a disruptive force. Then we describe the notions of linking and unlinking. Finally, we demonstrate the need to think negativity as necessary and fundamental to the subjective processes.

Keywords: death drive, work of the negative; negativity; trauma.

RESUMEN

Tradicionalmente definida como traumática, como lo que deshilacha la red de representaciones y alimenta la compulsión a la repetición, teniendo el agotamiento y disolución psíquicos, la pulsión de muerte presenta, más profundamente, otra cara que debe ser estresada y que es el objeto central de este texto. Si ella realiza un trabajo de lo negativo, la negatividad que ella expresa estimula la subjetivación porque su actividad y sus efectos son absolutamente necesarios, entre otros, para la construcción del doble límite psíquico (Green) y para llevar a cabo el primer trabajo psíquico real (Rosenberg). Esta es la paradoja de que tenemos la intención de investigar: sólo a través de las paradas, los vacíos, las divisiones y las separaciones generadas por la pulsión de muerte, los procesos de simbolización pueden proliferar, enriquecer y la psique puede complejizar-se. Comenzamos con el análisis de la pulsión de muerte como una fuerza disruptiva para, a continuación, nos detenernos en las nociones de conexión y desconexión. Por último, demostramos la necesidad de pensar la negatividad como una condición necesaria y fundamental para los procesos subjetivos.

Palabras-clave: pulsión de muerte; trabajo de lo negativo; negatividad; trauma.

Tradicionalmente definida como traumática, como o que esgarça a rede representacional e alimenta a compulsão à repetição, levando o psiquismo ao esgo-

tamento e à dissolução, a pulsão de morte apresenta, mais profundamente, uma outra face que é preciso sublinhar e que constitui o objeto central deste artigo. Se ela realiza um trabalho do negativo, a negatividade que ela expressa impulsiona a subjetivação, pois sua atividade e seus efeitos são absolutamente necessários, entre outros, para a construção do que Green (1982) chamou de duplo limite psíquico e para o que Rosenberg (1995) entendeu como o primeiro trabalho psíquico verdadeiro. Eis o paradoxo que pretendemos investigar aqui: somente através dos desligamentos, dos vazios, das divisões e das separações gerados pela pulsão de morte os processos de simbolização podem proliferar, se enriquecer e o psiquismo pode se complexificar. Positividade nascida da negatividade, condição de sua existência.

Retomemos um pouco da história do conceito. Ao lermos o Freud de 1920, percebemos que a ideia da autonomia da pulsão de morte relativamente a libido o afligia profundamente, pois sustentar uma destrutividade não derivada das pulsões sexuais seria de difícil aceitação à época (Garcia-Roza, 1990). Não por acaso, ele precisou esperar dez anos, para propor que a destrutividade fosse pensada como uma disposição pulsional independente, autônoma, originária e não mais necessariamente referida a um componente erótico (Freud, 1930/1996). Parece-nos que a aflição de Freud estava justamente em relativizar a ideia de uma disruptividade libidinal, tornada moeda corrente na teoria psicanalítica, apesar do escândalo inicial provocado pela sexualidade perversa e polimorfa. Agora, uma nova ruptura se fazia necessária: ao lado da potência disruptiva da sexualidade, era preciso considerar a operação demoníaca das pulsões de morte cuja energética era sem nome e cuja processualidade acontecia além e aquém do princípio de prazer.

Sabemos que essa passagem da primeira para a segunda teoria pulsional estava intimamente relacionada à centralidade impressa ao conceito de narcisismo em 1914. Nas palavras de Safatle (2007, p. 160), enquanto “unidade sintética que fornece o princípio de ligação do diverso da experiência sensível”, o narcisismo primário foi proposto como um catalisador de Eros, chamado a investir constantemente o Eu para manter sua unidade. A introdução desse conceito teve duas consequências: além de fragilizar o primeiro dualismo pulsional, o conceito de narcisismo domesticou, em boa parte, a disruptividade da pulsão sexual, agora profundamente envolvida nos processos de constituição e de conservação do Eu. De tal modo que a reconstrução do dualismo pulsional em termos de pulsões de vida e pulsões de morte parecia responder à necessidade de um novo destino para a potência disruptiva de uma energia livre, inicialmente característica da libido. Era preciso encontrar um novo lugar teórico para essa força capaz de, ao mesmo tempo, inaugurar e curto-circuitar profundamente a dinâmica psíquica ao dizer

respeito à disjunção entre o nível das excitações somáticas e o nível de suas representações psíquicas, resultando sempre em um resto não recoberto psiquicamente e sem registro. Mas será que o destino disso que não se inscreveu e que é capaz de desfazer as ligações estabelecidas apontaria exclusivamente para uma mortificação produtora, entre outros, de esclerose e asfixia psíquicas?

Pulsão de morte: força disruptiva e motor do novo

Em sua leitura da pulsão de morte, Safatle (2006) entendeu que o programa freudiano era, em última instância, o de ligar a compulsão à repetição para que ela se tornasse a mola da rememoração, melhor dizendo, da inscrição e/ou articulação psíquicas de um excesso intensivo traumático – projeto que seria válido até o fim da obra, mesmo que Freud tenha encontrado limites para a sua eficácia. Como se esse resto não simbolizado devesse ou pudesse deixar de restar, pelo menos, enquanto ideal de projeto terapêutico. Na mesma direção, Lippi (2013) nos lembra que o inventor da psicanálise, desde os “Estudos sobre a histeria” (Freud, 1893-1895/1996), já identificava no excesso de excitação – naquele momento, entendida principalmente como resultando da penetração no psiquismo por uma intensidade associada a qualquer evento exterior que trouxesse uma ameaça disruptiva – seria o fator patogênico principal, o perigo extremo para o indivíduo. Esse tema da exterioridade ameaçadora teria conduzido Freud a centrar teoricamente a estratégia de defesa e de sobrevivência do psiquismo não em suas possibilidades de acolhimento dos corpos estranhos que se apresentam e das intensidades dispersas que o atingem, mas na necessidade de baluartes que servissem de barragem contra as excitações excessivas. Para Lippi (2013), esse seria o sentido profundo da imagem da vesícula viva e de seu escudo protetor do “Além do princípio de prazer” (Freud, 1920/2006): a função de para-excitação seria mais importante que a de recepção de estímulos. Como se a imagem de homem de Freud se organizasse em torno de defesas em favor de um psiquismo muito frágil, pronto para se precipitar em um abismo frente a qualquer intensidade maior que a habitual. Defender-se do que se apresentasse seria, portanto, a palavra de ordem freudiana, posto que deixar-se penetrar pelo estranho ou abrir-se para o novo seria um perigo a ser evitado a todo custo. E quando a defesa não fosse possível, a compulsão à repetição teria a função de tornar-se inscrição e memória, domesticando o invasor (endógeno ou exógeno) e esvaziando sua força. De modo similar, Schneider (1977) também apontou como o princípio do prazer apresentar-se-ia como um dispositivo que levaria o psiquismo a se proteger

contra o excesso das excitações que porventura pudessem inundar o aparelho. A formulação desse princípio revelaria o quanto as excitações se apresentariam, para Freud, como uma espécie de ameaça contra a qual seria necessário um princípio que as regulasse.

Se, de um lado, essa leitura faz sentido, de outro, porém, Freud (1915/1996) repetiu, por diversas vezes, que as pulsões são forças fundamentais justamente porque exigem que o psiquismo trabalhe, ou seja, constituem “[...] as verdadeiras forças motrizes por detrás dos progressos” (Freud, 1915/1996, p. 126). Em outras palavras, só haveria trabalho psíquico a partir de uma tensão (Freud, 1915/1996), contra a qual, contraditoriamente, seria preciso fazer barragem. Mas a contradição seria apenas aparente: para que o psiquismo trabalhe, seria preciso que a circulação energética se desse de modo constante e que sua intensidade estivesse abaixo de certos limites absolutamente singulares. Assim, a tensão capaz de impulsionar o trabalho psíquico sem causar grandes transtornos deveria se dar em doses suportáveis, pois, diante de intensidades muito grandes, o psiquismo curto-circuitaria até essa quantidade ser processada minimamente. Contudo, devemos perguntar: se nada pudesse romper essa estabilidade energética e ultrapassar os limites conhecidos, haveria trabalho psíquico para além da manutenção de uma mesma forma estabelecida, haveria processos de criação e de diferenciação?

Foi particularmente em dois textos: “Construções em análise” e “Análise terminável e interminável”, ambos de 1937, que Freud (1937a/1996 e 1937b/1996) aprofundou a discussão sobre a questão dos limites: limites da clínica e limites da própria psicanálise enquanto teoria. Neles, Freud se mostrou bastante cético quanto à eficácia da análise, apresentando posicionamento oposto ao que assumira nos artigos técnicos de 1912 e 1914 (Freud, 1912/1996 e 1914/1996). Dentre os obstáculos à análise e ao seu sucesso, apontou a força constitucional das pulsões, a relativa fraqueza do Eu devido, entre outros, à fadiga ou a causas fisiológicas como a puberdade, a menopausa e as doenças físicas e, por fim, o mais importante e incontrolável deles, a pulsão de morte (Freud, 1937b/1996). Suas reflexões culminaram na pergunta inevitável: seria possível domesticar as forças pulsionais, seria possível sobrepujar a compulsão à repetição própria da pulsão de morte? Lida como pessimista, a resposta de Freud foi ser o objetivo da análise capacitar o Eu a revisar antigos recalques para construir novos a partir de material mais sólido. Se o recalque é como uma represa que controla a pressão da água (a força da pulsão), quanto melhor construída, mais controle a represa teria sobre a intensidade da água. Portanto, para ele, o trabalho de uma análise consistiria na correção *a posteriori* do processo de recalque originário, “[...] correção que põe fim à dominância do fator quantitativo” (Freud, 1937b/1996, p. 243), ou seja, à

força efetiva da pulsão. Mas, eis toda a problemática: isso não se aplicaria à pulsão de morte, pois, sendo sem representação, não teria sofrido os efeitos do recalçamento e, portanto, não haveria correção *a posteriori* possível.

De modo que devemos reconhecer que se, por um lado, Freud (1937b/1996) supôs a necessidade do amansamento das pulsões, por outro, por diversas vezes, sublinhou a infinitude da força pulsional, apontando para a ideia de que a simbolização não pode dissolver a repetição inerente à pulsão de morte. Não haveria como domar a fera selvagem que a ideia de pulsão de morte representa. Mas, em vez de tomarmos o ceticismo de Freud em “Análise terminável e interminável” (1937b/1996) como expressão de pessimismo e de desilusão relativamente à eficácia da clínica, preferirmos ler suas palavras como a manifestação do entendimento de que haveria uma força disruptiva em operação nos corpos e nos psiquismos que não só impediria a concepção da psicanálise como uma espécie de ortopedia psíquica, como seria o que alimenta a produção de diferenças e a criação do novo. Justamente aí estaria a complexidade do pensamento freudiano: ao mesmo tempo que produziu a ideia de elaboração psíquica como meta, através do modelo representacional (Safatle, 2006), construiu o conceito de pulsão de morte como expressão da insistência do irrepresentável e de uma força disruptiva impossível de ser amansada ou domesticada. De tal modo que, diversamente do que entendeu Safatle (2006), talvez o projeto de tudo elaborar para que não haja mais resto ou de ligar a compulsão à repetição, não fosse o paradigma freudiano verdadeiro¹.

Depois de Freud, Lacan (1966) ajudou a compreender esse elemento disruptivo como motor da cura, pois, para ele, o problema clínico não consistiria em limitar a destrutividade da pulsão de morte para permitir que a vida operasse processos cada vez mais amplos de unificação. Ao contrário, o objetivo seria produzir justamente uma ruptura dessa unidade imaginária almejada por Eros, pois, para ele, o caráter unificador de Eros seria expressão da potência do Um, ou seja, da tentativa de submissão do outro ao poder colonizador do Imaginário com seus mecanismos narcísicos de introjeção e projeção. Assim, se Lacan teria conservado a ideia da pulsão como retorno em direção à morte, o próprio conceito de morte teria sido transformado, uma vez que não se trataria mais do retorno ao inanimado, mas da morte simbólica. Nesse caso, o negativo teria a função ontológica de destacar o que haveria de Real no sujeito, sem necessariamente apontar exclusivamente para o desejo bruto de morte (Safatle, 2006). Dito de outro modo, não se trataria da morte concreta do indivíduo, mas de desestabilização da coerência imaginária do Eu que, em seu esforço em se manter idêntico, recusaria a diferença necessária para tornar-se outro. Como propôs Deleuze (1968/2006),

a morte procurada pela pulsão “[...] designa o estado das diferenças livres quando elas já não estão submetidas à forma que lhe dava um Eu, [...]. Há sempre um ‘morre-se’ mais profundo do que o ‘eu morro’” (Deleuze, 1968/2006, p. 167). Foi bem nesse sentido que Lacan propôs a positivação da ideia de pulsão de morte, entendendo-a não como vontade de destruição direta em forma de agressividade – o que seria algo da ordem de seu efeito –, mas como vontade de novos começos, vontade de diferença, “vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 255). Zaltzman (1994) seguiu direção similar ao propor o conceito de pulsão anarquista para destacar o que seria o aspecto principal da pulsão de morte, a saber, a abertura de saídas vitais quando uma situação demasiadamente aglutinante tivesse se fechado sobre o sujeito, asfixiando-o pelo excesso de Eros. Nas palavras da autora: “o que marca Thanatos é a carga afetiva que induz ou acompanha o gosto pela mudança, pela errância, pela marginalidade; é o valor de luta que estas mudanças têm contra organizações de vida aprisionantes” (Zaltzman, 1994, p. 33). Contra o mesmo que serializa e provoca uma submissão insuportável, a pulsão de morte comportaria uma dimensão de protesto vital, de luta.

É claro, porém, que, se é possível caracterizar a pulsão de morte e seus efeitos como força disruptiva, protesto vital e abertura para a diferença, não se pode perder de vista o solo de desestruturação sobre o qual isso está assentado. Ao entendermos, como propôs Green (1984/1986), a pulsão de morte como força de desinvestimento e como destrutividade, mais que como ataque ou agressividade (manifestações secundárias), é preciso considerar os níveis de desinvestimento em jogo em cada caso (Urribarri, 2010). Em sua forma primordial, o desinvestimento incide sobre os processos de ligação e seus movimentos para, em seguida, atingir seus componentes (as representações e os objetos) – o que não só não é necessariamente danoso ao psiquismo, como se mostra absolutamente necessário para a sua constituição e para a construção dos limites intra e intersubjetivos. Contudo, os movimentos pulsionais de morte e as desobjetalizações que eles promovem podem chegar, não raro, a afetar os próprios alicerces organizadores do psiquismo, engendrando o desinvestimento do próprio investimento, com efeitos importantes na construção da unidade narcísica primária, e redundando no que Green (1966-1967/1988) chamou de narcisismo de morte ou negativo (Urribarri, 2010). Aqui, estaríamos no terreno do traumatismo psíquico (precoce, mas não só) e de seus diversos efeitos mortíferos.

Dito de outro modo, se a pulsão de morte é fundamental para a construção dos limites internos e externos e, portanto, para a estruturação do psiquismo, bem como para as produções de diferença, ela também pode gerar empobrecimentos

e paralisias psíquicas importantes, caso não haja ou não tenha havido a retaguarda oferecida por um objeto primário suficientemente bom (Green, 1988/2010). Como umas das funções do objeto primário é contribuir para a intrincação pulsional, suas falhas, se excessivas seja na presença seja na ausência, podem provocar uma desfusão que favorece a intensificação da pulsão de morte e amplificação de seus efeitos (Urribarri, 2010).

Aquém do princípio do prazer

O caráter disruptivo da pulsão de morte pode ser entendido através da tese de Freud (1920/2006) segundo a qual a pulsão de morte consistiria em uma energética livre produtora de desligamentos, por oposição à pulsão de vida que operaria através da ligação. Contudo, em uma leitura original e singular, Green (1966-1967/1988) entendeu que, ainda que as ideias de ligação e desligamento sejam fundamentais, elas seriam insuficientes, pois a pulsão de vida poderia admitir a coexistência desses dois movimentos, assim como a pulsão de morte não comportaria apenas o desligamento (Green, 2002). Daí ele ter proposto que a meta essencial das pulsões de vida fosse operar a função objetualizante, enquanto a pulsão de morte realizaria a função desobjetualizante (Green, 1966-1967/1988). Ou seja, as pulsões de vida não só seriam o combustível dos vetores de investimento nos objetos como transformariam as estruturas em objetos de investimento. Mais profundamente, além de operar as ligações, as pulsões de vida seriam o próprio princípio de investimento, o próprio movimento de investir. Já a pulsão de morte realizaria a função desobjetualizante, atacando as relações com o objeto e com todos os substitutos deste, desfazendo as ligações existentes e, com isso, atacando a própria atividade potencial de investir. Ela representaria, desse modo, o princípio de desinvestimento (Green, 1966-1967/1988).

Nesse ponto, parece importante analisar as ideias de ligação e de desligamento, uma vez que sua relação com as duas pulsões fundamentais apareceu mais explicitamente nos últimos anos da obra de Freud. De modo geral, a ligação pode ser referida à operação psíquica que tende a limitar o livre escoamento das excitações, através da articulação entre os traços mnêmicos, para compor as representações, e entre as próprias representações, para produzir significações. Ou seja, trata-se da constituição e da manutenção de formas relativamente estáveis. Laplanche e Pontalis (2001) apontaram pelo menos dois momentos da metapsicologia freudiana nos quais a ideia de ligação/desligamento desempenhou um papel importante, apresentando-se de formas diversas: em 1895 e em 1920.

No “Projeto para uma psicologia científica” (Freud, 1895/1996), a ligação (*bindung*) designava o movimento da energia no aparelho psíquico ao passar do estado livre para o ligado ou, ainda, o fato de a energia no aparelho psíquico se encontrar em estado ligado. Essa atividade de ligação era pensada como estando estreitamente relacionada à atividade do Eu, entendido como uma massa de neurônios constantemente investidos ou ligados entre si (Freud, 1895/1996). Mas, além de ser o resultado das ligações entre certos neurônios, o Eu exerceria um efeito de inibição ou de ligação em outros processos. Ou seja, quando o pensamento encontrasse uma “imagem mnêmica ainda indomada” (Freud, 1895/1996, p. 436), produzir-se-ia uma sensação de desprazer e uma tendência à descarga que interromperia o curso do pensamento, atrapalhando o bom funcionamento do sistema. Seria função do Eu “domar” essa recordação e adquirir poder sobre ela através de uma “ligação especialmente considerável e reiterada para contrabalançar essa facilitação para o desprazer” (Freud, 1895/1996, p. 437). Freud falava, aqui, da produção de uma rede de representações capaz de processar o desprazer produzido pelo excesso carregado pela representação indomada. Quanto ao desligamento (*entbindung*), este foi pensado como um processo de liberação brusca de energia, ou seja, o aparecimento repentino de uma energia livre que tenderia de forma incoercível para a descarga.

Em 1895, portanto, eram propostas duas formas de escoamento energético ou duas lógicas de operação psíquica: (1) através do princípio de inércia, modo de funcionamento primário do aparelho psíquico, segundo o qual a energia tenderia para uma descarga imediata e o mais completa possível – bastante próximo da operação da pulsão de morte para além do princípio de prazer – e (2) pela tendência à constância, processo secundário em que a energia seria ligada e represada em sistemas neurônicos – como, por exemplo, o Eu – e que corresponderia à lógica da representação e do princípio de prazer, mais próxima das pulsões de vida. Ocorre que, no contexto do “Projeto” (1895/1996), o desligamento se referia a qualquer aumento brusco de energia, tanto pela liberação de prazer como de desprazer, contradizendo a ideia de que o prazer consistiria na diminuição da tensão, enquanto o desprazer constituir-se-ia como o aumento da mesma (Laplanche & Pontalis, 2001). Nessa época, Freud já havia proposto que qualquer liberação energética, quer se fizesse como aumento ou como diminuição da tensão em circulação, prejudicaria o nível relativamente constante do Eu e ameaçaria a ordem do princípio de prazer: tanto um prazer quanto um desprazer intenso comprometeriam o balanço energético do aparato psíquico. Não por acaso, a dimensão da sexualidade foi considerada traumática (Freud, 1896a/1996 e 1896b/1996), pois a liberação de uma excitação de ordem sexual seria disruptiva e exigiria processos

de ligação. Em resumo, qualquer intensidade acima de certo nível era tomada como problemática do ponto de vista do Eu, responsável pela preservação da via reativa através da busca da homeostase própria ao trabalho do princípio de prazer e da evitação da abertura para intensidades capazes de transformar a experiência e complexificar a vida.

Em 1920 (Freud, 1920/2006), entretanto, outro modo de conceber o funcionamento psíquico foi formulado, para além da estabilidade do princípio de prazer, e a problemática da ligação foi sofisticada, pois não era mais possível sustentar a concepção do “Projeto” (Freud, 1895/1996) segundo a qual um sistema forte e constantemente investido seria sempre capaz de ligar psiquicamente o excesso energético. Lembremos que, nessa época, Freud estava às voltas com a questão da repetição, particularmente nos casos em que uma efração extensa do escudo protetor do psiquismo afetasse os limites e a consistência do Eu. A hipótese freudiana era a de que, frente a uma inundação energética, seria preciso dominar a excitação e tentar ligá-la psiquicamente. Essa seria a função da compulsão à repetição.

Mas, se, como revelavam as neuroses traumáticas e as neuroses de destino, a compulsão à repetição expressaria a reunião de forças necessária (e nem sempre exitosa) para a ligação de um excesso de excitação que rompeu a tessitura egoica e curto-circuitou o funcionamento psíquico, isso significaria que, antes mesmo da consolidação do aparato psíquico e do Eu, esse mecanismo já estaria presente, sendo mesmo sua condição de possibilidade. Em outras palavras, se, até aqui, a ligação era concebida majoritariamente como a influência do Eu sobre os processos primários, a partir de agora a ligação das excitações foi concebida também como mais originária, constitutiva do psiquismo, do próprio Eu e preparatória para a entrada em cena do princípio de prazer. Em outras palavras, a lógica das formulações iniciais do texto de 1920 foram se invertendo ao longo do próprio texto: era a própria necessidade de ligação primária que detonaria à compulsão à repetição e circunscreveria a marca do pulsional enquanto excesso sem representação, não o inverso. De tal modo que seriam dois os momentos dessa ligação primária que responderiam ao excesso de energia livre: enquanto manobra para reencontrar certa homeostase psíquica diante de um trauma que incidiu sobre um aparato já constituído e como processo originário de constituição psíquica, anterior e necessário à instauração do princípio de prazer (Green, 2002).

Relativamente a essa anterioridade ao princípio de prazer, Figueiredo (1999) propôs a ocorrência de um trabalho fora dos moldes representacionais, um processo primário que, contudo, pressuporia já estruturas de contenção e de limite. Pois, se, por um lado, não haveria escudo protetor contra as estimulações internas, por outro lado, sem alguma contenção não seria possível pensar o

desprazer como acúmulo de energia livre e o prazer como redução gradual desta energia. Sem barreiras de nenhuma ordem, portanto, não haveria acúmulo nem escoamento, desprazer nem prazer. Ou seja, seria necessária uma estrutura de contenção que pudesse acumular energia até certo ponto e descarregá-la em certas circunstâncias. Portanto, além do escudo protetor que defende o psiquismo contra as intensidades exteriores, o psiquismo deve conservar uma reserva de energia ligada, amortecida e disponível para contrapor-se às invasões de energia livre endógenas, ligando-as. Por isso, Figueiredo (1999) supôs que processo primário e secundário não fossem entendidos segundo uma cronologia desenvolvimentista: “nem o processo primário pode ser primeiro em relação ao secundário, nem, em contrapartida, a ‘primeira tarefa’ pode ser primeira em relação à experiência de perturbação promovida pela energia livre” (Figueiredo, 1999, p. 79).

Mas o que seriam essas reservas de energia ligada e estrutura de contenção, supostas por Figueiredo (1999) e que operariam no processo primário? Green (1966-1967/1988) não considerava o narcisismo primário apenas como estado ou fase do desenvolvimento libidinal, mas como estrutura fundamental do aparelho psíquico. Com efeito, o psicanalista egípcio propôs que estas ligações primárias seriam a condição de possibilidade da produção do que ele chamou de estrutura enquadrante, espécie de matriz organizadora resultante do narcisismo primário e efeito de um trabalho do negativo que permitiria a separação necessária da unidade fusional composta pelo bebê e pela mãe. Dito de outro modo, se Freud (1920/2006) desenhou a ideia de uma ligação primeira como fundamento para a instauração do princípio de prazer, a hipótese de Green (1966-1967/1988) foi ser o narcisismo primário o agente necessário desse processo. Assim, o Eu seria o agente e o resultado da ligação primária (tal como foi formulada em 1920) para a qual, paradoxalmente, a pulsão de morte e a compulsão à repetição exerceriam papel fundamental, sendo mesmo sua condição de possibilidade.

A negatividade necessária

No texto “A negativa”, de 1925, Freud apresentou uma das funções do juízo de negação na estruturação de algumas frases de seus analisandos: permitir que um conteúdo recalçado penetrasse na consciência, mas que o contato com ele se desse somente na esfera intelectual (Freud, 1925/1996). Nesses casos, ocorreria uma suspensão do recalque, sem que isso implicasse em uma aceitação do recalcado. Essa relação entre o recalque e a negativa conduziu o metapsicólogo a se perguntar sobre a origem psicológica dos juízos de negação ou afirmação do

conteúdo dos pensamentos. O passo seguinte foi articular a origem do pensamento à ação das pulsões de vida e de morte: “A afirmação – como um substituto da união – pertence a Eros; a negativa – o sucessor da expulsão – pertence ao instinto de destruição” (Freud, 1925/1996, p. 268). Ou seja, as duas pulsões se expressariam também sob a forma da expulsão e da atração através (1) do juízo de atribuição, em que aquilo vivido como bom é incorporado ao Eu e o que é vivido como mau é expulso e (2) do juízo de existência que permite decidir se alguma coisa existe ou não na realidade, ou seja, se a representação feita do objeto é ou não uma percepção.

Inspirado no texto de Freud de 1925, Green (1984/1986) desenvolveu o conceito de trabalho do negativo para designar as diferentes maneiras de construir limites nas quais a negativa tem função primordial. Aqui, a pulsão de morte, força de desinvestimento, teria lugar central na medida em que poria em movimento um conjunto de operações psíquicas que exerceriam a função de negativização do excesso e de proteção do psiquismo, tais como a negação, a excorporação, o desmentido, a forclusão, a clivagem, entre outras, e cujo protótipo é o recalque (Green, 1988/2010). Dito de outro modo, esses mecanismos de defesa seriam acionados e alimentados pela pulsão de morte, visando negativizar a positividade excessiva das pulsões para que o psiquismo pudesse se constituir, perseverar e funcionar plenamente. Vejamos como.

Em um momento mítico inaugural, anterior ao “não” da linguagem, a negativa se expressaria no nível das moções pulsionais orais, através de um julgamento de atribuição feito por um Eu-prazer originário que responderia sim ao que fosse bom e prazeroso e não ao que fosse mau e desprazeroso: eu gostaria de comer ou de cuspir isso? (Freud, 1925/1996). Em verdade, não seria legítimo falar ainda em um Eu, uma vez que só haveria o movimento de expulsão para o mais longe possível, ainda sem limites que estabeleceriam um dentro e um fora. Segundo Green (1988/2010), seriam justamente as consequências dessa expulsão que permitiriam, em um momento seguinte, uma delimitação inicial do Eu: “A expulsão do mau permite a criação de um espaço interno no qual o Eu como organização pode nascer para a instauração de uma ordem fundada no estabelecimento de ligações relacionadas a experiências de satisfação” (Green, 1988/2010, p. 292). Do mesmo modo, o julgamento de atribuição determinante do movimento de cuspir/excorporar não produziria ainda o reconhecimento pleno do objeto enquanto unidade separada do sujeito, havendo apenas a inauguração de um espaço externo para onde se destinariam os produtos ejetados (Green, 1988/2010).

Mas, se é assim, como o psiquismo poderia se livrar daquilo que o perturbasse apenas pondo-o no exterior? Para esse autor, a excorporação só poderia ser

sustentada se houvesse a assistência de um objeto primário (mesmo que ainda não reconhecido como tal, mas que fosse capaz se reconhecer a si próprio) que se ocupasse continuamente do Eu da criança, não somente descarregando-o do excessivamente desagradável, mas também substituindo o espaço indiferenciado para recolher o que fosse lançado para fora e restituí-lo à criança. De modo que o objeto já estaria lá, mesmo que, nesse momento inicial, não fosse percebido como tal (Green, 1988/2010). Seja como for, vê-se o quanto a pulsão de morte tem um papel importante ao engendrar a negativa que se manifesta através do juízo de atribuição, limite originário da constituição da externalidade que se faz simultaneamente ao início da individuação do sujeito.

Entretanto, segundo Freud (1925/1996), é necessário ainda outra operação, complementar ao juízo de atribuição, que distinga o bom do mau: é preciso que advenha o trabalho de distinção entre o real e o alucinado através do juízo de existência. Mais uma vez, trata-se da diferenciação entre o interno e o externo, mas agora em referência ao que existe ou não existe, ao que é uma representação subjetiva ou uma percepção objetiva. Dito de outro modo, o eu-realidade definitivo deve decidir se a distinção interno/externo corresponde à diferença subjetivo/objetivo (Green, 1988). Portanto, não se trata mais de saber se o que foi percebido será ou não integrado ao eu, mas se uma representação pode ser redescoberta também na percepção (Freud, 1925/1996, p. 267). Para Green (1990) esse julgamento de existência já indicaria um trabalho ativo do pensamento, pressupondo a representação como elemento psíquico e a renúncia à satisfação pela via alucinatória. Diria respeito, portanto, a um passo a mais: além da necessidade de um objeto de satisfação considerado bom, que pudesse ser integrado ao eu, seria preciso que esse objeto estivesse no mundo externo, de modo que fosse possível apossar-se dele sempre que preciso (Freud, 1925/1996).

Mas, até que o juízo de existência vigore, outros processos precisam ocorrer, ao menos no que diz respeito à constituição dos limites e das representações, as quais dependem de dois modos específicos do trabalho do negativo: o recalçamento e a alucinação negativa. O recalçamento é imprescindível na medida em que, como escreveu Green (1982/1990, p. 257), “o ato de exorcismo que expulsou o mau para fora do corpo não está absolutamente resolvido”. É preciso ainda dominar o retorno dessas primeiras impressões psíquicas sob a forma de lembranças de experiências dolorosas – eis a função do recalque em seu movimento de construção dos limites intrapsíquicos que determinam aquilo que pode ser admitido pré-conscientemente e aquilo que é preciso evitar.

Entre esse jogo das representações e o nascimento do que Green (1982/1990) chamou de pensamento propriamente dito deve se instituir uma

alucinação negativa da representação do objeto primário para que possa advir a representação das relações internas a uma representação e entre as mesmas. A alucinação negativa caracteriza-se pela “não-percepção de um objeto ou de um fenômeno psíquico perceptível” (Green, 2002, p. 267), ou seja, o apagamento daquilo que deveria ser ou foi percebido. Assim, a alucinação negativa “não é ausência de representação, como sugere a ausência de imagem no espelho, mas representação da ausência de representação” (Green, 1988/2010, p. 297), ou seja, um conceito teórico que é pré-condição de toda teoria da representação, do sonho à alucinação. Esse mecanismo deriva do trabalho do negativo estruturante – promotor do espaço necessário para o surgimento dos pensamentos – através da instauração de um vazio impulsionador das ligações que constituem as representações e abstrações do pensar, ou seja, promovendo a constituição da estrutura enquadrante (Green, 2002, 1988/2010, entre outros).

Ora, esse processo revela que, assim como é necessário o movimento da pulsão de morte que alimenta o trabalho do negativo, para que esse trabalho persista e produza seus efeitos estruturantes, é fundamental que o objeto absolutamente necessário possa se fazer esquecer; portanto, que a pulsão de morte não apenas promova o estabelecimento dos limites interno/externo e entre as instâncias, mas que ela circule entre o sujeito e o objeto. Ou seja, trata-se de um duplo trabalho: para que a pulsão de morte cumpra sua função estruturante através das operações negativizantes que aciona é preciso que o objeto seja suficientemente mau, isto é que a pulsão de morte também opere nele não mais nem menos que suficientemente. Assim, quando o objeto se ausenta nos momentos em que deveria estar presente ou quando se impõe em vez de deixar-se esquecer, algo funciona mal e o trabalho do negativo fracassa pela impossibilidade do objeto de falhar, enganar-se, negativizar-se. O objeto absolutamente necessário falha paradoxalmente em sua função de ser falível (Green, 1988/2010).

Essa falibilidade desejável do objeto diz respeito à qualidade da sua presença do objeto, a um modo de estar presente que permita, como apontaram Figueiredo e Cintra (2004), um duplo movimento de negação. De um lado, o objeto deve ser negado internamente, sendo esquecido e podendo assim converter-se em estrutura enquadrante, vazio interno que é a base do processo de pensamento e da vida desejante. De outro lado, ele também deve ser negado fora, deixando-se perder e distanciar para que outros objetos possam ser encontrados. Nas palavras de Green, (1988/2010, p. 301) “a função intrínseca do objeto é paradoxal: o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la”, mas ele também está lá para permitir a concepção de uma noção capital, a saber, que “há mais de um objeto” (Green, 1988/2010, p. 301).

A partir disso, Figueiredo e Cintra (2004) propuseram a distinção de dois tempos do objeto. O primeiro tempo diria respeito a sua dupla função de estimular e conter a pulsão, portanto, seria um tempo pulsionalizante sem o qual os movimentos pulsionais não seriam despertados e nem contidos. O segundo tempo se referiria à possibilidade de o objeto se permitir ser negado e posto à distância para que possa ser desdobrado em uma multiplicidade de objetos substitutivos e contingentes. Para tanto, como vimos, deve ocorrer sua alucinação negativa, condição de sua transformação em estrutura enquadrante – base de tolerância para todas as ausências, distâncias e inadequações dos objetos substitutivos (Figueiredo & Cintra, 2004). Para que esse segundo tempo possa acontecer, entretanto, é preciso que o primeiro tempo tenha sido cumprido. Este último depende da qualidade da presença do objeto, que diz respeito principalmente à possibilidade de este se colocar como uma presença ausente.

Toda a problemática se desenvolveria entre esses dois tempos, pois se o objeto não se deixar esquecer – se não for negativado pela ação da pulsão de morte – não poderá ser introjetado como função enquadrante. Vê-se como a alucinação negativa do objeto primário é fundamental para a constituição narcísica da estrutura enquadrante do Eu, considerada por Green (1990) como etapa intermediária e necessária da evolução do Eu-prazer purificado para o Eu-realidade definitivo. Dito de outro modo, entre o juízo de atribuição e o juízo de existência, Green (1966-1967/1988) introduziu um momento intermediário: a constituição de uma organização narcísica primária a partir da relação com o objeto marcada pelo trabalho do negativo. Se o objeto falha em ser falível, a estrutura enquadrante igualmente se fragiliza e as pulsões não conseguem ser suficientemente contidas. Como resultado, o objeto se torna tanto excessivo e intrusivo em suas funções estimulantes e de continência, quanto impossível de ser negativado e alucinado negativamente. Não por acaso Green propôs a noção de um objeto-trauma, cujo poder de romper a frágil organização do Eu é enorme (Green, 1988/2010). Vemos assim a inegável e estreita relação entre fracasso do objeto primário, fragilidade narcísica e excesso pulsional contra os quais a única defesa possível é o esforço em executar o trabalho do negativo inacabado. Evidentemente, as consequências são enormes, pois, chamada a operar intensamente, a pulsão de morte desvincula-se e se sobrepõe à pulsão de vida, produzindo desintegrações ao invés de diferenciações e singularizações.

Por isso, entendemos que a ação desestruturante de Thanatos seja pensada como uma espécie de efeito colateral do esforço em sobreviver, em absorver e integrar o traumático e não como um princípio autodestrutivo inerente ao organismo ou como uma inclinação ao aniquilamento. Como propôs Ferenczi

(1934/1990), seria inaceitável que não houvesse resistência ou protesto vital diante da comoção psíquica: “numa relação de forças sem saída, só uma resistência nascida das próprias fontes pulsionais de morte pode afrontar a ameaça de perigo mortal” (Zaltzman, 1994, p. 64).

Considerações finais: a pulsão de morte contra a pulsão de morte ou a morte a favor da vida

Se pensarmos o trauma como excesso sem representação que surpreende e invade um psiquismo despreparado, parece evidente que tanto maior será seu efeito desestruturante e desorganizador quanto mais cedo no processo de constituição psíquica for sua incidência. Frente a tal desorganização, os efeitos são bem conhecidos e articulados entre si: clivagem do Eu, compulsão à repetição e desfunção pulsional. Esta última responderia à necessidade de intensificação da pulsão de morte que, por sua vez, atacaria a função objetualizante (Eros) na medida em que a dimensão de investimento comportaria um perigo potencial. Complementarmente, ocorreria um movimento de retração narcísica na tentativa de garantir minimamente a unidade psíquica ameaçada pelos sentimentos de intrusão relativos tanto aos objetos quanto às pulsões – narcisização tão mais intensa quanto mais o objeto investido tiver decepcionado (Green, 1988/2010).

Talvez o maior problema desse movimento seja que, paradoxalmente, essa retração narcísica por efeito do desinvestimento operado pela pulsão de morte acabaria por incidir sobre a própria estrutura narcísica primária, desfazendo as ligações necessárias para a manutenção da integridade do Eu. De tal modo que a redução radical da função objetualizante caminharía junto do empobrecimento egoico em particular e da vida em geral, caracterizando o que Green (1984/1986) chamou de narcisismo negativo ou de morte e o que Roussillon (1999) nomeou como neutralização energética. Como se fosse necessária uma forte redução da unidade psíquica, uma organização mínima em termos de ligação e de circulação energética, para viabilizar a sobrevivência, uma vez que qualquer investimento apresentaria o risco de um novo traumatismo. Essa unidade psíquica mínima funcionaria, ao mesmo tempo, como resultante e como operadora dos dois outros processos cujo objetivo apontaria para uma tentativa de redução do dano traumático: a compulsão à repetição e a clivagem. Se a primeira fracassaria enquanto tentativa de captura e domínio do excesso, ela seria bem-sucedida enquanto operação de evacuação, descarga e esvaziamento do psiquismo. Embora impeça a elaboração, esse movimento de descarga e de exorcismo, alimentado pela pulsão de

morte, livraria momentaneamente o psiquismo do excesso, podendo ser pensado também como tentativa (fracassada, é bem verdade) de instalação *a posteriori* do vazio que não pode ser instaurado, obstaculizando a constituição de uma estrutura enquadrante mais robusta (Green, 2002; Scarfone, 2013). Por isso, Figueiredo (2008) pode afirmar que a descarga comporta uma dimensão de conservação do próprio, na medida em que aniquila o excesso acachapante, destruindo as diferenças experimentadas como ameaças de desintegração. Diante de um psiquismo lutando para sobreviver, a novidade ainda não teria lugar. Esse apego ao mesmo seria justamente o que apontaria para a insistência da vida através da busca incessante de um objeto primordial suficientemente bom (Figueiredo, 2008). É a pulsão de morte operando contra a pulsão de morte.

Por sua vez, a clivagem narcísica – também alimentada pela pulsão de morte – sacrificaria pedaços do Eu em nome de um todo cada vez mais reduzido (Ferenczi, 1933/1990; Winnicott, 1960/2008; Roussillon, 1999). Assim como na descarga, a clivagem também apresentaria essa dimensão de preservação de algo de si mesmo, ainda que às custas da destruição de partes do Eu. Pois, se o Eu não pode capturar e dominar a excitação excessiva, ele deve modificar-se para suportá-la sem sucumbir. Para Ferenczi (1933/1990), uma das formas dessa modificação necessária seria justamente a fragmentação como garantia de uma economia de energia. Assim, se, por um lado, a operação de fragmentação testemunharia o fracasso do trabalho do negativo como estruturante do psiquismo, por outro lado demonstraria o sucesso da operacionalidade desse trabalho ao ser acionada como dispositivo negativizante. Basta lembrar que a clivagem é um mecanismo de defesa, ainda que primário e radical, contra o colapso e a aniquilação totais. Assim, se pode perceber como a (auto)destruição envolvida nas reações psíquicas ao trauma, alimentada pela pulsão de morte, é mais complexa que uma simples ação mortífera, pois revela o objetivo maior de sobrevivência global do psiquismo, como uma morte em favor da vida. Foi isso que Zaltzman (1994) entendeu ser o protesto vital da pulsão de morte cujo objetivo seria abrir saídas quando situações críticas desabam sobre o sujeito, destinando-o à morte. Às vezes é preciso se proteger da vida, reduzindo-a ao máximo para garantir sua persistência.

Vimos como, fora da conjuntura traumática, o protesto vital da pulsão de morte vigoraria de modo diferente. Sua ação seria fundamental para garantir o apagamento do objeto primário, redundando na constituição da estrutura enquadrante, matriz do narcisismo primário. Nesse sentido, operaria em favor da constituição narcísica, aliada do processo de individuação, se o trabalho do negativo constitutivo do psiquismo fosse levado a cabo com sucesso, o que dependeria em grande parte das vicissitudes do objeto. Afora isso, a pulsão de morte

introduziria a diferença no psiquismo, enquanto representante de energia livre sem representação: para um Eu robusto e fora de perigo, ela seria uma espécie de incômodo necessário à mudança e à desestabilização da cultura do mesmo. Sem rupturas thanáticas, também haveria ameaça à vida, pois Eros em excesso causaria alienação, imobilidade e indiferenciação. Por isso não devemos reduzir as pulsões de morte a um negativo das pulsões de vida. Elas expressam a negatividade necessária tanto para a constituição e a transformação do psiquismo e do pensamento, quanto para a luta contra o aniquilamento.

Referências

- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal. (Trabalho original publicado em 1968)
- Ferenczi, S. (1990). Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. In S. Ferenczi [Autor], *Obras completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)
- Ferenczi, S. (1990). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi [Autor], *Obras completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934)
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo, Escuta.
- Figueiredo, L. C., & Cintra, E. U. (2004). Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In M. R. Cardoso (Org.), *Limites* (p. 13-58). São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2008). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1996). A hereditariedade e a etiologia nas neuroses In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 3. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896a).
- Freud, S. (1996). Carta 52. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896b).
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

- Freud, S. (1996). Os instintos e suas vicissitudes. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996). A negativa. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937a)
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In S. Freud [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937b)
- Freud, S. (2006). Além do princípio de prazer. In S. Freud [Autor], *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. II: 1915-1920. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1920).
- Garcia-Roza, L. A. (1990). *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Green, A. (1986). Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In D. Widlöcher (Org.), *A pulsão de morte* (p. 57-68). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1984)
- Green, A. (1990). *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (1988). Narcisismo primário: estrutura ou estado? In A. Green [Autor] *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1966-1967)
- Green, A. (1990). La double limite. In A. Green [Autor], *La folie privée*. Paris: Gallimard. Trabalho original publicado em 1982)
- Green, A. (2002). *Time in psychoanalysis: some contradictory aspects*. Londres: Free Association Books.
- Green, A. (2010). Anexo III: seminário sobre o trabalho do negativo. In A. Green [Autor], *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1988)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1959-1960)
- Lacan, J. (1966). *Écrits*. Paris: Seuil.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lippi, S. (2013). *La décision du désir*. Toulouse: Érès.
- Rosenberg, B. (1995). Le sources pulsionelles de la négativité. In A. Green, B. Favarel-Garrigues, J. Guillaumin et al. (Orgs.), *Le négatif* (pp.187-198). Paris: L'Esprit du Temps.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.

- Safatle, V. (2006). *A paixão do negativo*. São Paulo: Unesp.
- Safatle, V. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, 36, 149-151.
- Scarfone, D. (2014). *O impassado, atualidade do inconsciente. Relatório para o Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa*. Montreal (Trabalho original de 2014).
- Schneider, M. (1977). Freud et le plaisir: du principe à l'expérience. *Topique: Revue Freudienne*, 20, 87-114.
- Winnicott, D. W. (2008). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro "self". In D. W. Winnicott [Autor], *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1960)
- Urribarri, F. (2010). André Green: paixão clínica, pensamento complexo. *Contemporânea*, 10, 11-43.
- Zaltzman, N. (1994). *A pulsão anarquista*. São Paulo: Escuta

Nota

¹ Evidentemente que um excesso de irrepresentável é traumático, intensificando a pulsão de morte através da desintração pulsional e engendrando a compulsão à repetição com a possibilidade de sérios danos ao aparelho psíquico e a seu funcionamento. Entretanto, nos parece haver diferenças entre considerar o irrepresentável como desafio ou como obstáculo. O próprio Freud (por exemplo, em 1925) não parece ter entendido a negatividade como momento intransponível de um processo, embora não tenha se esquivado de observar e teorizar essa dimensão demoníaca.

Recebido em 25 de junho de 2016

Aceito para publicação em 18 de julho de 2016

A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM ADOLESCENTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PSICOTERAPIA INDIVIDUAL E A PSICOTERAPIA FAMILIAR

*THE PSYCHOANALYTICAL CLINIC WITH
ADOLESCENTS: CONSIDERATIONS ON THE INDIVIDUAL
PSYCHOTHERAPY AND FAMILY PSYCHOTHERAPY*

*LA CLINICA PSICOANALÍTICA CON ADOLESCENTES: CONSIDERACIONES
DE LA PSICOTERAPIA INDIVIDUAL Y LA PSICOTERAPIA FAMILIAR*

*Maira Bonafé Sei***

*Ana Carolina Zuanazzi*****

RESUMO

A adolescência demanda a elaboração psíquica de muitas perdas e construção de uma nova identidade. Frente a isso, diversos conflitos podem ser suscitados, sendo relevante o trabalho psicoterápico na promoção e manutenção da saúde emocional do adolescente. Alguns enquadres psicoterápicos podem se dar a partir da demanda identificada, como a psicoterapia em grupo, individual e familiar. O presente estudo almeja, assim, discutir as estratégias de intervenção empregadas no campo da adolescência a partir de experiências advindas da psicoterapia individual do adolescente e da psicoterapia familiar, na qual o adolescente pode estar inserido. Trata-se de um estudo teórico-clínico, empreendido por meio de uma pesquisa qualitativa, pautada no referencial psicanalítico, com ênfase nas contribuições da teoria winnicottiana. Como resultados, pode-se indicar que o envolvimento da família, direta ou indiretamente, no processo psicoterápico é fundamental para um bom desenvolvimento de um processo analítico que possa favorecer a autonomia e saúde dos jovens.

Palavras-chave: psicanálise do adolescente; Winnicott; família; psicoterapia psicanalítica.

* Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina (PR), Brasil.

** Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (SP), Brasil.

ABSTRACT

The adolescence requires psychic elaboration of many losses and the construction of a new identity. Faced with this, several conflicts can be raised, being relevant the psychotherapeutic work to promote and maintain the emotional health of adolescents. Some psychotherapeutic framings may occur from the identified demands, such as group psychotherapy, individual and family. The present study thus aims to discuss intervention strategies employed in the field of adolescence, stemming from experiences of individual psychotherapy of the adolescent and family psychotherapy, in which the teen may be inserted. This is a theoretical and clinical study, undertaken through a qualitative research based on psychoanalytic approach with emphasis on the contributions of Winnicott's theory. As a result, it can be indicated that family involvement directly or indirectly in the psychotherapeutic process is critical to a successful development of the analytical process, which may favor the autonomy and health of young people.

Keywords: adolescent psychoanalysis; Winnicott; family; psychoanalytical psychotherapy.

RESUMEN

La adolescencia envuelve la elaboración psíquica de muchas pérdidas y la construcción de una nueva identidad. Frente a esto, muchos conflictos se pueden plantear, con el trabajo psicoterapéutico relevante en la promoción y mantenimiento de la salud emocional de los adolescentes. Algunos encuadres psicoterapéuticos se pueden dar de la demanda identificada, como la psicoterapia de grupo, individual y familiar. Así, el presente estudio tiene como objetivo discutir las estrategias de intervención empleadas en el campo de la adolescencia, derivadas de experiencias de la psicoterapia individual del adolescente y de la familia psicoterapia, en la que se puede insertar el adolescente. Se trata de un estudio teórico y clínico, llevado a cabo a través de una investigación cualitativa basada en el enfoque psicoanalítico con énfasis en las aportaciones de la teoría de Winnicott. Como resultado, es posible indicar que la participación de la familia directa o indirectamente en el proceso psicoterapéutico es fundamental para un desarrollo exitoso del proceso de análisis, lo que puede favorecer la autonomía y la salud de los jóvenes.

Palabras clave: psicoanálisis del adolescente; Winnicott; familia; psicoterapia psicoanalítica.

A adolescência

A adolescência pode ser compreendida como uma fase de transição na qual o indivíduo passa da infância para a idade adulta. Entretanto, os limites cronológicos propostos para esse período apresentam grandes variações. Assim, a Organização Mundial de Saúde concebe a adolescência como o período entre 10 e 19 anos, diferentemente das Nações Unidas, que compreendem que adolescentes são aqueles que possuem idade entre 15 e 24 anos de idade (Eisenstein, 2005). Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), ele indica a adolescência como a fase entre os 12 e os 18 anos de idade.

Um aspecto comum, contudo, centra-se na diferença entre adolescência e puberdade. A última refere-se a fenômenos de ordem biológica que instauram mudanças morfológicas e fisiológicas (Eisenstein, 2005), enquanto que a concepção de adolescência se situa mais no campo social (Jover & Nunes, 2005; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias, & Silvas, 2010; Santos & Pratta, 2012), com diferenças a partir do contexto cultural no qual a pessoa está inserida.

Autores clássicos da psicanálise apontam para a adolescência enquanto um momento de elaboração de lutos pela perda do corpo infantil, da identidade e dos pais da infância (Aberastury & Knobel, 1981). Contudo, visões mais recentes (Endo, 2009, p. 83) questionam qual é o papel que o adolescente assumirá, tendo em vista o contexto social atual marcado por fenômenos como o consumismo e a violência, indicando que o “adolescente nada é, mas tudo se espera dele”. Ademais, observa-se o fenômeno de uma adolescência sem fim, vista a ausência de meios adequados para a finalização desse momento de vida, com o jovem permanecendo sem responsabilidade, porém sem autonomia (Ávila, 2011).

Com isso, é compreensível a necessidade de intervenções psicológicas junto ao público adolescente para que ele consiga lidar com o sofrimento psíquico suscitado nessa etapa de vida. A psicoterapia poderia, a partir de suas diferentes modalidades, desempenhar um papel na promoção da saúde emocional desses jovens.

Estratégias psicoterapêuticas na adolescência

Como exposto, o adolescente pode necessitar de um espaço, como a psicoterapia, de elaboração das questões relativas à adolescência. Nesses casos, deve-se inicialmente verificar de quem é a demanda para o atendimento e o que motiva a busca pelo mesmo. Nesse sentido, Schoen-Ferreira, Silva, Farias e Silvas (2002)

mapearam o perfil e as principais queixas de adolescentes encaminhados para um serviço de atendimento psicológico e perceberam que as queixas mais presentes nos prontuários se referiram a problemas escolares e desobediência. Já Verceze, Sei e Braga (2013) perceberam que a visão acerca da demanda pela psicoterapia de adolescentes se diferencia entre pais e filhos. Enquanto os pais demonstram uma grande preocupação com questões comportamentais e um foco em problemas de ordem acadêmica dos filhos, ligadas ao desempenho escolar destes, os adolescentes situam suas problemáticas como mais próximas às questões emocionais, ressaltando-se quadros depressivos que implicam na necessidade de um cuidado psicoterapêutico e, por vezes, psiquiátrico.

Quando há um efetivo desejo pela psicoterapia, deve-se refletir sobre qual a modalidade da intervenção adequada diante das diversas estratégias terapêuticas possíveis. Para alguns autores, a psicoterapia de grupo seria a mais indicada (Zimmerman, 2000), dada a identificação dos jovens com seus pares, que facilitaria o compartilhamento de sentimentos a partir de vivências semelhantes. O grupo com adolescentes pode, assim, promover autoconhecimento, compreensão e alívio emocional (Moretto, 2012), além de conter as emoções e favorecer a diminuição no uso de *actings*, com melhora na expressão dos sentimentos (Verzignasse & Térzis, 2008).

A psicoterapia individual também se mostra como uma via para acolher o sofrimento psíquico dos adolescentes. Segundo Jordão (2008), os profissionais que atuam na clínica psicanalítica com adolescentes devem ter condições de lidar com questões primitivas, ter capacidade para atentar para a contratransferência e descargas emocionais intensas características do trabalho com esse público. Precisam estabelecer uma aliança terapêutica que inclua o adolescente, seus pais e o terapeuta, indicando a influência da família para o adolescente. Considera fundamental a atenção “às projeções parentais e aos consequentes alienamentos subjetivos, facilitando a individuação e a diferenciação do adolescente” (Jordão, 2008, p. 170).

Quanto aos objetivos da análise com adolescentes, Kupermann (2007), a partir das contribuições de Winnicott, defende que o final do atendimento pode acontecer quando o adolescente adquire a “capacidade de estar só”. Deve, assim, ter autonomia em relação aos pais, percorrendo o caminho rumo à independência, com possibilidade de estar sozinho, mas sem uma vivência de abandono.

No que se refere à dinâmica de comunicação do adolescente, Braga (2012) discorre sobre a necessidade de se comunicar e o desejo do adolescente de se manter isolado. Em consonância, Santos, Santos e Oliveira (2008) destacam que o silêncio frequentemente presente nas sessões não deve ser compreendido apenas

como decorrente de resistências. Reiteram o apontamento sobre o uso de *actings* pelo adolescente e indicam que o silêncio pode adquirir diferentes facetas, como em situações de caráter regressivo, retomando os apontamentos de Winnicott sobre a capacidade de estar só, e em outros momentos nos quais o silêncio tem uma função elaborativa, para que o paciente reflita e integre os conteúdos trabalhados no atendimento.

Observa-se, assim, a importância do manejo do terapeuta de adolescentes, com o desenvolvimento de recursos e estratégias para a psicoterapia. Como exemplo, tem-se Arenales-Loli, Abrão, Parré e Tardivo (2013) que abordam o uso do “Jogo Túnel do Tempo”. Organiza-se como um recurso mediador que facilita o processo terapêutico ao favorecer o material associativo e ocupar um lugar entre o lúdico da infância e a linguagem verbal característica do adulto.

De maneira próxima, Sei, Oliveira e Braga (2014) desenvolveram um estudo no qual propõem a técnica “Jogo da Escrita”, inspirada no procedimento de “Desenho-Estória”, de Trinca, e no “Jogo do Rabisco”, de Winnicott. Esse recurso, desenvolvido para uso na psicoterapia de adolescentes, favoreceu o estabelecimento do vínculo terapêutico e o manejo das resistências dos jovens no contexto terapêutico. Percebe-se, assim, que variados autores indicam que o uso da mediação (Zanetti, 2013) e de recursos artístico-expressivos (Sei, 2011), pode colaborar para a expressão e elaboração de questões emocionais. Tais propostas expressivas se apresentam, então, como elementos facilitadores do desenvolvimento do processo psicoterapêutico.

Adolescência, família e psicoterapia

Tendo em vista a importância da família na saúde mental de seus componentes, pode-se optar pela realização da orientação de pais no cuidado do adolescente. Esta pode ocorrer em espaços de instituições educativas, sócio-educativas (Furtado & Braga, 2011), instituições de saúde, como forma de acompanhamento da psicoterapia do adolescente (Hiluey, 2010) ou no formato de grupos multifamiliares organizados a partir da psicoeducação (Nicoletti, Gonzaga, Modesto, & Cobelo, 2010).

De forma complementar, há situações clínicas nas quais “a sintomatologia da criança reflete doença em um ou em ambos os pais ou na situação social, sendo isso que necessita de atenção” (Winnicott, 1984, p. 16). Uma das formas de intervir, então, é por meio da psicoterapia familiar, com a participação de todos os familiares, contemplando-se o grupo como um todo, com retirada do foco do

membro sintomático. Essa mudança nem sempre é fácil, haja vista que mesmo famílias que buscam a psicoterapia familiar por vezes indicam que a queixa se localiza em apenas um dos familiares (Souza & Sei, 2014).

Ressalta-se, entretanto, que variadas são as abordagens em psicoterapia psicanalítica familiar, sendo que no Brasil nota-se a influência das vertentes inglesa, francesa e argentina, organizando-se como um campo ainda em construção no país (Gomes & Levy, 2009). Para essa prática, são consideradas as influências dos conteúdos transmitidos ao longo das gerações, seja de forma consciente e elaborada, seja por meio de elementos transmitidos inconscientemente de forma bruta (Magalhães, & Féres-Carneiro, 2004) e dá-se atenção para a transferência e contratransferência no *setting* terapêutico (Melo, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2014; Zuanazzi & Sei, 2014). Por meio da psicoterapia familiar, é criado um espaço potencial que favorece o crescimento e o encontro de recursos para a resolução dos conflitos (Polity, 2002).

Diante desse panorama, almeja-se discutir, por meio de um estudo teórico-clínico, duas modalidades de intervenção com adolescentes: a psicoterapia individual e a psicoterapia familiar. Ambas as modalidades de intervenção se pautaram no referencial psicanalítico, com ênfase na teoria winnicottiana no que diz respeito ao manejo do terapeuta no *setting* terapêutico, à importância da espontaneidade para o viver saudável, tendo em vista o papel atribuído por Winnicott à família na promoção da saúde de seus membros.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Turato, 2005), empreendida por meio de um estudo teórico clínico (Souza, Sei, & Arruda, 2010; Telles, Sei, & Arruda, 2010). Como tal, almeja ilustrar e discutir duas estratégias de intervenção empregadas no campo da adolescência: a psicoterapia individual do adolescente e a psicoterapia familiar, na qual o adolescente pode estar inserido.

Tal proposta insere-se em um projeto de pesquisa que almejou pesquisar a psicoterapia psicanalítica no serviço-escola de Psicologia, para compreensão de processos e fenômenos implicados no atendimento psicológico. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, a partir do parecer nº 017/2014, com assinatura do consentimento livre e esclarecido, bem como se procedeu à alteração de dados dos participantes com a finalidade de preservação do anonimato de pessoas envolvidas.

Participantes

Participaram deste estudo dois adolescentes, ambos com 12 anos, somados aos pais de um destes jovens, atendidos em psicoterapia psicanalítica pela mesma psicoterapeuta. Essa escolha dos participantes foi feita de forma intencional, haja vista a contribuição destes para a discussão do tema proposto (Turato, 2005).

Procedimentos

Foi empreendida a psicoterapia psicanalítica, de frequência semanal e duração aproximada de dois anos, em um serviço-escola de Psicologia. A prática foi embasada no referencial winnicottiano, aporte teórico também utilizado para a análise dos dados. Os atendimentos diferiram quanto aos participantes, sendo que um adolescente foi atendido em psicoterapia individual, por meio de estágio curricular, enquanto o segundo foi inserido na psicoterapia familiar a partir de um projeto de extensão (Sei & Zanetti, 2014). Nas duas situações estavam disponíveis materiais gráficos como lápis de cor, canetas, papéis diversos, material de recorte e colagem, proporcionando a possibilidade de comunicação por meio da linguagem expressiva no *setting* psicanalítico.

Resultados e discussão

Serão apresentados dois casos clínicos, um de psicoterapia familiar e um de psicoterapia individual, que ilustram, assim, duas possibilidades de atendimento clínico frente a queixas localizadas em adolescentes, entendendo-se a família como promotora de um ambiente facilitador do desenvolvimento emocional saudável.

Júlio

Júlio, 12 anos, passou pelo processo de avaliação psicológica por meio do qual foi indicada a psicoterapia familiar, visto que seus conflitos emocionais se ligavam à dinâmica familiar. Apresentou-se como um adolescente simpático e educado, porém logo se notou que sua polidez era acompanhada de sentimentos de ansiedade e angústia frente a diversas situações, especialmente, nas quais precisava lidar com emoções mais intensas.

Ilustra-se tal ponto com uma passagem em que Júlio, frequentemente chamado de “chorão” no colégio, se irritou com as provocações de um dos colegas e

o agrediu fisicamente. Nota-se, dessa forma, que o adolescente já era apontado pela turma como aquele que chorava frequentemente, o “chorão”, com alta frequência de episódios nos quais Júlio se emocionou diante de situações escolares diversas. Tinha-se, ademais, uma agressividade mal direcionada de sua ação. Ao ser provocado, não conseguiu manejar seus sentimentos e, sem encontrar recursos mais elaborados, restou-lhe apenas a agressão física para expressar seu descontentamento frente à situação.

Havia sempre estudado em colégio público até a constatação de que apresentava altas habilidades cognitivas e recebeu a oferta de uma bolsa integral em um colégio da cidade. Os pais ficaram muito contentes e atribuíram ao menino o mérito dessa conquista, entretanto tal reconhecimento foi acompanhado de uma intensa cobrança presente no discurso dos pais. Ao mesmo tempo que diziam que o menino se esforçou para conseguir a merecida bolsa, apontaram que a mesma equivaleria, simbolicamente, a um salário, como se o adolescente tivesse sido “contratado” para tirar boas notas e ter um desempenho “ótimo”. Ele deveria, portanto, se esforçar ainda mais para manter as expectativas de seus “empregadores”, correndo o risco de ser “demitido” caso não cumprisse com o esperado.

Conseqüentemente, receava perder o benefício financeiro caso apresentasse algum comportamento inadequado ou tirasse uma nota aquém do esperado em avaliações quinzenais do colégio. Os pais relataram que era frequente o adolescente chorar na véspera de suas avaliações, além de ficar extremamente ansioso na espera dos resultados destas, sempre prevendo um baixo desempenho. Essa cena se repetia em todas as provas. Mesmo Júlio apresentando uma das melhores notas da sala, seu desempenho nunca era considerado satisfatório, nem pelo menino, e por vezes, nem por seus pais.

Ressalta-se que as disciplinas nas quais o adolescente apresentava notas menores – mas ainda assim acima da média da sala – eram matérias que exigiam reflexão e criatividade, como filosofia e artes, respectivamente. Ou seja, nas disciplinas que trabalham justamente o *pensar sobre*, que não têm uma regra a ser seguida, que exploram o criativo, o imprevisto, Júlio ia “mal”, sem conseguir se “soltar” do aprendido, do pré-concebido e explorar suas capacidades criativas, fato que aponta para uma possível organização falso *self* (Winnicott, 1960/1983). Tinha-se uma submissão a demandas externas e perda de contato com o mundo subjetivo, de modo que uma abordagem mais criativa da vida acabava por não acontecer (Winnicott, 1975).

Júlio havia sido submetido no passado a um tratamento com metilfenidato, para melhora da sua “concentração” e “desempenho” em sala de aula. Em determinado período da psicoterapia familiar, a família cogitou a possibilidade de

retorno ao tratamento farmacológico, visto que ele dizia ter grandes dificuldades de concentração e fixação dos conteúdos vistos em sala. Aliado a isso, Laura, mãe de Júlio, solicitava que o mesmo fizesse repouso diários de 15 minutos após o almoço, acreditando que isso “estimularia” seu cérebro, “aumentando” sua capacidade de reter os conteúdos de sala.

João, pai de Júlio, encontrava-se em seu segundo casamento, tendo duas filhas do primeiro. Na infância (dos 10 aos 12 anos) enfrentou uma doença grave, fazendo longos tratamentos com corticoides. Isso o impediu de desfrutar plenamente parte da infância/início da adolescência por ter que ficar em casa, inclusive se ausentando da escola. Após o tratamento, João relatou sofrer *bullying* dos colegas por ter ficado com algumas sequelas do uso de corticoides (inchaço). Passou, ademais, toda a adolescência trabalhando para o pai, o que também contribuiu para que o mesmo não tivesse oportunidade de conviver com pessoas de mesma idade, prejudicando suas interações sociais. Ao longo dos atendimentos, essa questão surgiu algumas vezes como um movimento de identificação do pai em relação ao sofrimento vivido pelo filho.

Laura, por sua vez, relatou ter aproveitado muito sua infância e adolescência, sempre cercada de amigos e namorados. Sua adolescência foi um período marcante para o relacionamento com sua mãe. Apesar de recordar-se saudosamente desse período da vida, dizia-se entristecida por não ter mantido suas amizades, por vezes sentindo-se desprezada/ignorada por suas amigas.

Laura assumia um papel de organizadora do lar e da rotina familiar, cuidando, inclusive, de questões financeiras da família. Por vezes, ela se colocava à parte do sintoma familiar, resgatando o quanto sua infância e adolescência foram agradáveis. Em outros momentos, quando Laura conseguia se perceber fazendo parte de uma dinâmica que causava sofrimento, dizia-se infeliz e não realizada e, em certo momento, disse que sentia que, por esse motivo, acabava exigindo mais do filho.

João, logo nas primeiras sessões, mostrou-se solidário ao sofrimento do filho e, por vezes, dizia sentir-se responsável pelas dificuldades de Júlio, pois ele próprio não soube tomar outro rumo na vida. Em outros momentos, dizia que o se o garoto não exigisse de si e se mobilizasse, não seria bem-sucedido na vida, sendo isso o que importava.

Esses exemplos ilustram um pouco da dinâmica da família que veio para atendimento. Pais que sobrecarregavam o adolescente de expectativas extremamente idealizadas, impossibilitando um desenvolvimento emocional saudável em que o adolescente pudesse testar seu ambiente e construir sua identidade a partir dele.

Júlio encontrava-se pressionado a desempenhar papéis com necessidade de superar cada vez mais suas próprias capacidades e limites, temendo a rejeição. Pensa-se que a família de Júlio precisava da psicoterapia familiar para o desenvolvimento da capacidade de *holding*, por parte dos pais do garoto, sem invasões que comprometessem a “continuidade de ser” do filho (Winnicott, 2001).

Quanto à psicoterapia familiar, compareciam aos atendimentos a mãe Laura, o pai João e Júlio. A dinâmica apresentada pela família no início do processo terapêutico revelava o uso de diversos mecanismos de racionalização e negação. A família se mostrava bastante resistente a iniciar terapia no serviço-escola, partindo do princípio de que os terapeutas, por serem estudantes, seriam inexperientes. Por outro lado, também não se disponibilizavam a procurar clínicas particulares, mesmo apresentando condições financeiras para tal.

Antes mesmo do início da psicoterapia, a família já expôs suas expectativas em relação a quem os atenderia: deveria ser experiente, mesmo sabendo que estavam em um serviço-escola, cujo objetivo é de ensino da prática clínica ao discente, ainda em fase de aprendizado. Logo na primeira sessão, a família questionou a terapeuta sobre sua experiência em atendimentos e, em muitas outras situações, tentou colocar à prova seus conhecimentos.

A princípio, trouxeram uma queixa bastante centralizada e exclusiva em Júlio, “estamos aqui para o bem de Júlio” (sic). Para transformação da queixa depositada no paciente identificado para uma demanda centrada na relação familiar foram utilizados, durante as sessões, recursos artístico-expressivos com temas bastante focalizados na família como um todo, estimulando a inserção e participação de todos os membros. De tal forma, foram realizadas atividades expressivas como o genograma familiar (Franco & Sei, 2015), a linha da vida, o desenho da família, o jogo do rabisco coletivo (Liebmann, 2000), entre outros.

Objetivou-se com os recursos artístico-expressivos, abrir outra via de comunicação, que permitisse o diálogo menos racionalizado, mais voltado para expressão inconsciente, menos defensiva (Sei, 2011). Pode-se, assim, favorecer um contato com aspectos criativos, propiciando a emergência de um gesto espontâneo, mais consoante com um funcionamento pautado no verdadeiro *self*. Para Winnicott (1949/1994), os recursos artístico-expressivos somados à presença do terapeuta permitem a construção de pontes entre o mundo subjetivo e a realidade objetiva.

Tem-se, também, a possibilidade de reflexão sobre a dinâmica familiar, com a linguagem expressiva gerando produtos concretos que podiam ser visualizados pela família e suscitar reflexões independentes das possíveis interpretações

efetuadas pela terapeuta. Desta forma, permitiu-se que a própria família chegasse a uma compreensão, algo positivo por não implicar em uma submissão do paciente aos apontamentos do terapeuta. Solicita-se a permissão do terapeuta para o paciente ser criativo na análise, sendo que essa criatividade “pode ser facilmente frustrada por um terapeuta que saiba demais” (Winnicott, 1975, p. 83-84).

Apesar deste aspecto criativo advindo das propostas expressivas, observava-se que a família e principalmente os pais mostravam-se resistentes, muitas vezes reclamando da “complexidade” da tarefa proposta, ou então questionando seus objetivos. Essa resistência para as atividades mais “lúdicas” aponta para a própria dificuldade da família, especialmente dos pais, em se expressar mais livremente. Transformar as palavras em imagens, simbolizar por meio de outros recursos que não a fala, era visto como algo muito “complexo” e “desestimulante”. Nesse sentido, lembra-se da ideia de Winnicott (1975) de que a psicoterapia pode ter a função de possibilitar o brincar do paciente quando ele ainda não é capaz de fazê-lo, algo que não apenas está presente no atendimento infantil (Felice, 2003), mas serve como um modelo para o tratamento psicanalítico (Fulgencio, 2008).

Quanto às produções advindas do uso da linguagem expressiva, destaca-se a linha de vida de Júlio, delineada na forma de um círculo fechado por meio do apoio de um CD, com indicações das atividades estritamente ligadas ao contexto escolar, ilustrando as escolas pelas quais já havia passado e finalizando com a frase “hoje eu fiz prova”. Não havia indicações de outras situações de sua vida, como viagens da família à propriedade rural da mesma ou atividades de lazer e outros interesses que pudessem permear o viver do menino.

Na mesma proposta, João desenhou figuras espalhadas que representavam seus desejos (tranquilidade), suas conquistas (filhas, casa própria), seus interesses (carros). Em sua fala sobre a atividade, indicou que teve oportunidade de refletir sobre tudo o que sempre quis na vida e sobre o que tem. Relatou que estava muito feliz com sua vida e permaneceu muito tempo em silêncio, ouvindo a fala dos demais. Laura, por sua vez, fez vários riscos com cola colorida e brilho. Contou que o desenho representava quem ela era: uma pessoa muito alegre, otimista e realizada.

Além disso, a família sempre expôs o receio quanto ao que poderia surgir durante a adolescência de Júlio, sendo que Laura, após longo período de atendimento, indicou que foi nessa fase de sua vida que começou a se distanciar de sua própria mãe. Propôs-se, em uma das sessões então, a confecção de uma imagem em tamanho real que representasse Júlio adolescente, com características

e expectativas em relação a essa fase. Percebeu-se a intensa menção a aspectos negativos, como violência e drogas, mais do que a indicação de expectativas positivas quanto ao adolecer do filho.

Com o passar do tempo, foi possível trabalhar a participação da família na psicoterapia, favorecendo reflexões sobre a dinâmica estabelecida entre os membros. Porém, após cerca de dez meses de atendimento psicoterápico, houve a necessidade de troca de terapeutas, o que teve grande impacto sobre a família. A nova terapeuta foi recebida com bastante resistência, estabelecendo-se, a princípio, uma transferência negativa. Foi necessário um trabalho de elaboração da perda da primeira terapeuta e de aceitação da nova terapeuta.

No período de elaboração da troca de terapeutas, a família mostrou-se novamente bastante racionalizada, muitas vezes agressiva com a nova terapeuta – e a queixa, novamente, foi localizada em Júlio. O deslocamento da queixa depositada em Júlio para a família como um todo foi possível somente após diversos testes de sobrevivência da terapeuta (Dias, 2002) e aprofundamento nas reflexões acerca da dinâmica familiar.

De forma geral, os recursos artístico-expressivos tiveram papel importante no processo de compreensão da família. Embora os pais, inicialmente, não se apresentassem tão disponíveis para essa atividade, foram aos poucos se mostrando mais receptivos, inclusive chegando a verbalizar (por meio da fala de Laura) a percepção de que, por meio da arte, muito poderia ser notado e comunicado. Nesse sentido, com o tempo, todos os membros demonstravam esforços em compreender o que o outro havia representado graficamente, não necessitando tantas intervenções da terapeuta na exploração de tais significados.

Ao final de pouco mais de dois anos, foi possível desenvolver a capacidade da família de identificar alguns de seus conflitos, possibilitando uma via de diálogo mais aberta entre os membros. Nesse sentido, os familiares raramente referiam-se ao desempenho escolar de Júlio. O adolescente mostrava-se menos pressionado e dizia conseguir “relaxar” mais e “deixar rolar” (sic).

Com o desenrolar da psicoterapia, o casal passou a apresentar no *setting* terapêutico questões mais relacionadas à relação conjugal tais como, entre outros, a dificuldade de comunicação entre o casal, pouco tempo destinado a momentos íntimos do que ao caráter parental/familiar. Aliviou-se, parcialmente, a sobrecarga de expectativas lançadas sobre Júlio, reconhecendo-se que parte das queixas era decorrente da dinâmica conjugal que se transferiu para exigências em relação ao filho e, com essa percepção, a família passou a se organizar melhor no sentido de ofertar melhores condições para que todos pudessem transpor essa adolescência, que estava apenas se iniciando.

Jorge

Jorge, 12 anos, veio para atendimento psicoterápico individual devido à solicitação da mãe, Rosane. O menino foi atendido pelo serviço-escola por dois anos, tendo passado por duas terapeutas diferentes. As principais queixas elencadas pela mãe ao solicitar o atendimento relacionavam-se ao comportamento de Jorge. Ela se queixava que o menino tinha “comportamentos de adulto” e gostaria que ele fosse mais “criança”, fato que faz pensar em uma possível organização falso *self* (Winnicott, 1960/1983). Julgava que o menino era muito “misterioso” (sic) e apresentava alguns comportamentos considerados por ela como estranhos como desenhar pessoas mortas e querer ter armas de brinquedo. Apesar dessas preocupações e da demanda pela psicoterapia do filho, Rosane faltou, nas entrevistas iniciais com a segunda terapeuta, apontando para um pouco comprometimento em relação às necessidades emocionais do menino.

Jorge morava com os pais e tinha um irmão mais novo, Joaquim. O irmão foi atendido durante um ano por um serviço-escola e era, naquele momento, atendido em uma clínica particular. A mãe passou por sessões de orientação de pais, momento no qual foi apontado que ela e os filhos se beneficiariam, caso Rosane realizasse psicoterapia individual. Apesar de concordar com o apontamento trazido, Rosane nunca se inscreveu para o atendimento, a despeito do serviço-escola estar situado em local muito próximo de seu trabalho. Demonstrou, igualmente, dificuldades em comparecer em entrevistas posteriores com a terapeuta de Jorge, além de deixar de levá-lo ao atendimento em dias que ela própria não precisasse estar próxima à região. Pensa-se, portanto, em uma indisponibilidade da mãe tanto no que se referia ao exercício da maternidade, quanto para o próprio aproveitamento de um espaço para o cuidado de si, implicando em consequências para Jorge.

A dinâmica estabelecida na família era bastante conflitiva e, por meio dos relatos de Jorge e das entrevistas feitas com Rosane, notou-se que muitos papéis estavam confusos. A mãe, quando chamada para entrevista sobre Jorge, trouxe muitos relatos sobre Joaquim, excluindo, por diversas vezes, o adolescente em questão. Jorge sempre aparecia “apagado” em seus relatos, “desvitalizado”. O pai, Manuel, raramente era mencionado na fala de Jorge. Quando o era, estava realizando atividades muito passivas ou estava ausente; por exemplo, dormindo na sala, viajando, no trabalho etc.

Ficava claro que muitas vezes Jorge assumia o papel de pai e marido nessa família. Era encarregado de disciplinar o irmão e “acalmar” a mãe quando esta se irritava com os comportamentos de Joaquim. Em uma determinada situação,

Joaquim brigou com a mãe e ameaçou fugir de casa. A mãe pediu para que Jorge fosse atrás do irmão e o convencesse a retornar para casa. O adolescente foi em busca do irmão e conseguiu levá-lo de volta. Quando retornou para casa, a mãe estava chorando e Jorge a consolou. Nenhuma menção ao pai é feita. Parecia haver mais uma ausência do que uma presença do pai, sendo mais compreensíveis as dificuldades de Rosane em se apresentar como uma mãe suficientemente boa, uma vez que o ambiente em torno dela também era falho.

Dias (2003), ao retomar aspectos da obra de Winnicott, discorre sobre a importância do pai em variados momentos do desenvolvimento. No início, ele protege e ampara a mãe para que ela possa se identificar integralmente com seu bebê. Torna-se, posteriormente, “o primeiro *vislumbre de inteireza e totalidade pessoal*, e, deste modo, é usado como padrão de sua própria integração” (Dias, 2003, p. 140). Por outro lado, na etapa do concernimento, ao se dar conta das consequências da impulsividade instintual, a criança pode “contar com o pai – sua presença, firmeza, capacidade de intervir e pôr limites – para proteger a mãe de seus próprios impulsos” (Dias, 2003, p. 141). Contudo, quando isso não ocorre, observa-se uma perda da liberdade da criança em se movimentar, uma inibição da instintualidade, com um autocontrole que adormece um lado mais espontâneo.

Esta compreensão combina com a percepção de que, durante as sessões, Jorge também se apresentava como uma criança “desvitalizada” e pouco cativante. O adolescente interagiu muito pouco e os sentimentos contratransferenciais da terapeuta eram relacionados ao tédio. Ele mantinha silêncios prolongados e frequentemente ficava jogando no celular, respondendo pontualmente às colocações da terapeuta ou simplesmente as ignorando.

Tal tipo de comportamento faz novamente pensar na importância da sobrevivência da terapeuta (Dias, 2002), possibilitando uma relação de confiabilidade com esta que favoreça outro tipo de posicionamento na sessão, mais espontâneo e criativo. Isso pode ser verdade no caso de Jorge, especialmente ponderando tratar-se de um atendimento empreendido em um serviço-escola, que pressupõe uma vinculação do terapeuta por tempo limitado após o qual frequentemente este se desliga do atendimento, como o ocorrido com Jorge no ano anterior.

O que se observa, no entanto, é que uma das principais atividades que Jorge realizava era jogar jogos eletrônicos. Certa vez, o menino disse que quando Joaquim o provocava ele ia para o computador ou ficava jogando no celular para não se irritar. Em outra ocasião, contou sobre o falecimento de sua avó materna. Essa figura era muito importante em sua infância visto que o adolescente permanecia a maior parte de seu dia junto dela. Quando a avó faleceu, Jorge relatou que a mãe

passou a ensiná-lo a usar o computador e o estimulava a jogar. O menino falava sobre a percepção de que a mãe fazia isso para que ele não pensasse em sua avó.

O falecimento da avó pareceu ser um marco importante na dinâmica dessa família. Com esse acontecimento, Jorge passou a ficar grande parte de seu tempo sozinho com o irmão e assumiu algumas responsabilidades como ir ao mercado próximo a sua casa comprar lanches. Na época do falecimento da avó materna, Jorge tinha sete anos e Joaquim, três anos. O menino passou a ser responsável pelo irmão quando os pais estavam ausentes.

Por meio do atendimento, Jorge passou a interagir mais em sessão. Mantinha-se trazendo poucos conteúdos pessoais e com dificuldades em demonstrar suas emoções, porém conseguia manter diálogos mais longos e fazer algumas reflexões como a apresentada anteriormente. Nesse sentido, a despeito do *setting* ser provido de recursos artístico-expressivos, Jorge raramente fazia uso dos mesmos. Em uma ocasião, quis usar tinta guache e papel. Após algumas pinceladas no papel, questionou se poderia pintar as paredes da sala de atendimento. A terapeuta não impediu tal atitude, deixando-o livre para agir como preferisse. Apesar disso, Jorge não pintou as paredes, apenas ameaçava encostar o pincel e ficava olhando a reação da terapeuta. Essa passagem significativa de um movimento verdadeiro e falso *self* ocorreu em uma sessão nos últimos meses de atendimento. Talvez indicasse um movimento de aproximação com a terapeuta, ou, pelo menos, uma tentativa de testar o *setting*. Embora houvesse interesse do garoto em permanecer em terapia em um espaço particular, a mãe, em sessão de encerramento, apontou não ter tal disponibilidade financeira, apesar de o filho mais novo estar inserido em um espaço como tal.

Apontamentos gerais

Como pôde ser observado, os casos apresentados guardam semelhanças e diferenças entre si. O olhar atento para essas semelhanças e diferenças é importante quando se reflete acerca dos sintomas dos adolescentes e seus recursos internos e externos.

Quando se pensa em recursos internos, observa-se que Júlio apresentava capacidades cognitivas que lhe possibilitavam se destacar em alguns contextos e fazer uso dessa competência para compensar outras dificuldades, como as advindas do campo emocional. Júlio conseguia enriquecer um diálogo e fazer-se presente. Jorge, por outro lado, apresentava-se muito mais como um garoto que pouco chamava atenção, ficando em segundo lugar em diversas atividades.

Ambos apresentavam muitas questões relacionadas à sobrecarga emocional. Júlio conseguia simbolizá-las e verbalizá-las quando lhe era disponibilizado o espaço psicoterápico. Jorge, por outro lado, usava o *setting* terapêutico de forma mais primitiva, permeada pelo silêncio, pelo não simbolizado. Ele transmitia seus conteúdos por meio do não-dizer, do ignorar, representando, talvez, a forma como se sentia.

Quando se atenta aos recursos externos, nota-se que ambas as famílias exerciam grande influência no desenvolvimento emocional dos adolescentes, sendo, em diversos momentos, propiciadoras de intensos conflitos e angústias. Porém, diferentemente da família de Jorge, a família de Júlio se comprometia com a psicoterapia, entendendo-se enferma e disponibilizando-se, mesmo que com resistências, a estar nesse local de exposição de suas vulnerabilidades e de reflexão de seus conflitos. A família de Jorge, por outro lado, resistia ao processo terapêutico, localizava seus conflitos em ambos os filhos, negando sua enfermidade e contribuição para os sintomas deles. Quanto a esse campo, Winnicott (1975) indica que o desenvolvimento depende do ambiente e, quando a família possui

disponibilidade para ser usada, ela o é em grande escala, mas se não mais se encontra disponível para esse fim, ou para ser posta de lado (uso negativo), torna-se necessária, então, a existência de pequenas unidades sociais, para conter o processo de crescimento do adolescente (Winnicott, 1975, p. 194).

A importância da família está não apenas nos primórdios do viver, mas também na passagem pelo processo de adolecer. Se a família não se organiza como esse ambiente facilitador, o jovem pode buscar um apoio em seus pares, fato que não ocorre sem consequências. Estas são claramente observadas em Jorge, seja nas situações que relatava sobre sua vida, seja na maneira como se posicionava no *setting* terapêutico. Se por um lado houve uma procura pelo atendimento, por outro este se deu de forma pouco comprometida, com dificuldades de Rosane em fazer-se presente neste, repassando para a terapeuta o papel de cuidar de seu filho. Jorge acabava tendo que se mostrar mais maduro do que efetivamente era, “mais adulto”, sem um reconhecimento de que o crescimento leva tempo, sem possibilidade concreta de continuar a ser criança para posteriormente adolecer. Os comportamentos problemas observados pela mãe eram, na realidade, um reflexo do conflito familiar que estava estabelecido, com Jorge tendo que assumir funções para as quais não estava preparado. Tinha-se uma mãe e um pai que não

conseguiam se envolver suficientemente com o menino a ponto de permitir que ele fosse autêntico e verdadeiro, enquanto o irmão ficava como receptor de toda a atenção da família.

De acordo com Winnicott (1975, p. 202),

enquanto o crescimento se encontra em progresso, *a responsabilidade tem de ser assumida pelas figuras parentais*. Se essas figuras abdicam, então os adolescentes têm de passar para uma falsa maturidade e perder sua maior vantagem: a liberdade de ter ideias e de agir segundo o impulso.

Considerações finais

Pensa-se que, no contexto clínico, é importante o terapeuta refletir sobre as indicações terapêuticas de cada caso. Nas situações relatadas, acredita-se que a psicoterapia familiar pôde ajudar a família de Júlio a se organizar de outra maneira, mais próxima às necessidades do filho. Nesse sentido, acredita-se que um apoio mais extenso à família de Jorge como um todo seria interessante. Seu processo terapêutico deveria ser acompanhado de uma intervenção mais constante no campo da orientação de pais, da psicoterapia de sua mãe ou, até mesmo, de uma psicoterapia familiar, indicações não acatadas pela família.

Ambos os garotos estão apenas iniciando a adolescência, tendo um longo percurso, permeado pela aquisição de uma força física real e um desenvolvimento da sexualidade que tornam passível de realização o que antes estava no campo da fantasia (Winnicott, 1975). Tudo isso se soma a um quadro de imaturidade, marcado por estratégias próprias de comunicação e momentos de isolamento (Braga, 2012), com alternância entre rebeldia e dependência. Para que tudo corra bem, é importante, mais uma vez, que a família se envolva e se disponha a acolher os adolescentes nessa fase tão delicada, intempestiva e surpreendente. Como exposto por Kupermann (2007), objetiva-se o desenvolvimento da “capacidade de estar só”, em posição mais autônoma e menos ligada às projeções dos pais; além disso, que possam sair de uma posição de dependência em relação à família, com posterior possibilidade de efetiva entrada na vida adulta (Ávila, 2011).

Nos casos descritos, espera-se que a psicoterapia, empreendida a partir de um olhar mais amplo para o grupo familiar, seja por meio da psicoterapia familiar (Sei & Zanetti, 2014), seja pela orientação de pais que busca acompanhar a psicoterapia do adolescente (Hiluey, 2010), desempenhe um papel de promoção da saúde mental desses jovens. Almeja-se dar uma contribuição para um desenvolvi-

mento pautado no verdadeiro *self*, com um viver carregado de sentidos e espontaneidade deles próprios e, se possível, também de suas famílias. Aos profissionais que atuam na clínica psicanalítica com adolescentes, deseja-se que estes possam apresentar uma escuta sensível às comunicações do jovem em atendimento, cientes da importância da família nesse processo.

Referências

- Aberastury, A., & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Arenales-Loli, M. S., Abrão, J. L. F., Parré, R. R., & Tardivo, L. S. L. P. C. (2013). O jogo como mediador na entrevista: um novo lugar no processo psicoterápico com adolescentes. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 33(2), 405-426.
- Ávila, L. A. (2011). Adolescência sem fim. *Vínculo*, 8(1), 40-45.
- Braga, C. M. L. (2012). *Comunicação e isolamento na adolescência: compreendendo o uso de blogs pelos jovens na atualidade*. São Paulo: Zagodoni.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado em 04 set. 2014 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.
- Dias, E. O. (2002). Da sobrevivência do analista. *Natureza humana*, 4(2), 341-362.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2(2), 6-7.
- Endo, P. C. (2009). O adolescente: ilustre figura do contemporâneo. *Estilos da Clínica*, 14(27), 82-91.
- Felice, E. M. (2003). O lugar do brincar na psicanálise de crianças. *Psicologia: teoria e prática*, 5(1), 71-79.
- Franco, R. S., & Sei, M. B. (2015). O uso do genograma na psicoterapia psicanalítica de casal e família. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 399-414.
- Fulgencio, L. (2008). O brincar como modelo do método de tratamento psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(1), 123-136.
- Furtado, H. P. P., & Braga, C. M. L. (2011). Programa escola de pais: uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. *Serviço Social Revista*, 14(1), 145-172.
- Gomes, I. C., & Levy, L. (2009). Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. *Aletheia*, 29, 151-160.
- Hiluey, A. A. G. S. (2010). A formação para orientação de pais: um diálogo interdisciplinar. *Vínculo*, 7(2), 2-8.
- Jordão, A. B. (2008). Vínculos familiares na adolescência: nuances e vicissitudes na clínica psicanalítica com adolescentes. *Aletheia*, 27, 157-172.

- Jover, E. R., & Nunes, M. L. T. (2005). Construção histórica da noção de adolescência e sua redefinição na clínica psicanalítica. *Imaginário*, 11(11), 15-33.
- Kupermann, D. (2007). Sobre o final da análise com crianças e adolescentes. *Estilos da Clínica*, 12(23), 182-197.
- Liebmann, M. (2000). *Exercícios de arte para grupos: um manual de temas, jogos e exercícios*. São Paulo: Summus.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 10(16), 243-255.
- Melo, C. V., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2014). Family secrets: a therapeutic resource as countertransference. *Estilos da Clínica*, 19(1), 163-182.
- Moretto, C. C. (2012). *Experiências com um grupo de adolescentes: um estudo psicanalítico*. (Tese de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Campinas, PUC-Campinas, SP).
- Nicoletti, M., Gonzaga, A. P., Modesto, S. E. F., & Cobelo, A. W. (2010). Grupo psicoeducativo multifamiliar no tratamento dos transtornos alimentares na adolescência. *Psicologia em estudo*, 15(1), 217-223.
- Polity, E. (2002). Algumas considerações sobre o espaço potencial. *Psicologia: teoria e prática*, 4(1), 21-28.
- Santos, L. F., Santos, M. A., & Oliveira, E. A. (2008). A escuta na psicoterapia de adolescentes: as diferentes vozes do silêncio. *SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 4(2), 1-15.
- Santos, M. A. D., & Pratta, E. M. M. (2012). Adolescência e uso de drogas à luz da psicanálise: sofrimento e êxtase na passagem. *Tempo psicanalítico*, 44(1), 167-182.
- Schoen-Ferreira, T. H., Silva, D. A., Farias, M. A., & Silveiras, E. F. D. M. (2002). Perfil e principais queixas dos clientes encaminhados ao Centro de Atendimento e Apoio Psicológico ao Adolescente (CAAA)-UNIFESP/EPM. *Psicologia em estudo*, 7(2), 73-82.
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. D. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234.
- Sei, M. B. (2011). *Arteterapia e psicanálise*. São Paulo: Zagodoni.
- Sei, M. B., & Zanetti, S. A. S. (2014). O projeto de extensão enquanto estratégia na formação em psicologia: uma experiência no atendimento a família. *Espaço para a Saúde* (Online), 15(supl.1), 118-124.
- Sei, M. B., Oliveira, D. C., & Braga, C. M. L. (2014). O jogo da escrita e a construção de estratégias para o atendimento psicanalítico de adolescentes. *Encontro: revista de psicologia*, 17(2), 1-16.
- Souza, B. M., & Sei, M. M. (2014). A localização da queixa familiar em um paciente identificado. *Revista Conexão UEPG*, 10(1), 102-111.
- Souza, C. G. P., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2010). Reflexões sobre a relação mãe-filho e as doenças psicossomáticas: um estudo teórico-clínico sobre psoríase infantil. *Boletim de Psicologia*, 60(132), 45-59.

- Telles, J. C. C. P., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2010). Comunicação silenciosa mãe-bebê na visão winnicottiana: reflexões teórico-clínicas. *Aletheia (ULBRA)*, 33, 109-122.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 507-514.
- Verceze, F. A., Sei, M. B., & Braga, C. M. L. (2013). A demanda por psicoterapia na adolescência: a visão dos pais e dos filhos. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(2), 92-102.
- Verzignasse, V. C. P., & Térzis, A. (2008). Acting out em um grupo de adolescentes. *Vínculo*, 5(2), 129-149.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1983). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro "self". In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (p. 128-139). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Zanetti, S. A. S. (2013). O uso terapêutico da mediação: um entendimento psicanalítico a respeito da produção artística. *Revista de Arteterapia da AATESP*, 4(2), 48-55.
- Zimerman, D. E. (2000). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artmed.
- Zuanazzi, A. C., & Sei, M. B. (2014). Psicoterapia familiar psicanalítica: reflexões sobre os fenômenos transferenciais e contratransferenciais em um serviço-escola de psicologia. *Vínculo*, 11(1), 16-24.

Recebido em 27 de novembro de 2014

Aceito para publicação em 02 de junho de 2016

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E MAL-ESTAR NA ESCOLARIZAÇÃO: INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO

*CHILDHOOD, ADOLESCENCE AND MALAISE IN EDUCATION:
DIALOGUES BETWEEN PSYCHOANALYSIS AND EDUCATION*

*INFANCIA, ADOLESCENCIA Y MALESTAR EN LA EDUCACIÓN:
DÍALOGOS ENTRE EL PSICOANÁLISIS Y LA EDUCACIÓN*

*Luciana Gageiro Coutinho**

*Cristiana Carneiro***

RESUMO

O artigo é fruto de uma pesquisa em andamento realizada na interface da psicanálise com a educação. A pesquisa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento das dificuldades vividas por educadores e alunos no que diz respeito à instituição escolar através de uma investigação sobre o “mal-estar na escolarização de crianças e adolescentes”. Sustentando-nos na perspectiva psicanalítica e entendendo que a educação e a subjetivação humanas se dão no campo da linguagem, podemos afirmar que, na transmissão, reedita-se o processo inaugural de nascimento do sujeito, do qual participa sempre um outro/educador. Entretanto, constatando que tal processo é hoje fortemente orientado pelo discurso da ciência em detrimento da palavra autorizada de pais e profissionais da educação, propomos uma discussão acerca do referido mal-estar através do estudo de casos de crianças e adolescentes encaminhados ao serviço de psiquiatria (IPUB/UFRJ) pela escola, realizado nos moldes de uma pesquisa-intervenção. Ao final do artigo, apresentamos o extrato de um dos casos acompanhados pela pesquisa que nos permite uma discussão acerca do diagnóstico de TDAH e da medicalização da vida escolar.

Palavras-chave: psicanálise; psiquiatria; educação; estudo de casos; escola.

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói (RJ), Brasil.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

ABSTRACT

The article is the result of a research in progress conducted in the interface of psychoanalysis with Education. The research aims to contribute to tackling the difficulties experienced by educators and students with regard to the educational institution through an investigation of the “malaise in schooling for children and adolescents”. Sustaining us in psychoanalytical perspective and believing that education and human subjectivity are given in the field of language, we can say that the transmission replays the inaugural process of birth of the subject, in which always participates an other/educator. However, noting that such a process is now strongly driven by the discourse of science rather than by the word of parents and education professionals, we propose a discussion about this malaise, through a case study of children and adolescents referred to the psychiatry (IPUB / UFRJ) by the school, carried out by a research intervention. At the end of the article, we present an extract of one case followed by the research that allows us to a discussion about the diagnosis of ADHA and the medicalization of school life.

Keywords: psychoanalysis; psychiatry; education; case studies; school.

RESUMEN

El artículo es el resultado de una investigación en curso realizada en la interfaz del psicoanálisis a la educación. La investigación tiene como objetivo contribuir a hacer frente a dificultades experimentadas por educadores y estudiantes con respecto a la institución educativa mediante una investigación del “malestar en la escolarización de los niños y adolescentes”. Sustentándonos en la perspectiva psicoanalítica, y creyendo que la educación y la subjetividad humana se dan en el campo del lenguaje, podemos decir que en la transmisión se reproduce el proceso de nacimiento del sujeto, en el cual siempre participa el otro / educador. Sin embargo, teniendo en cuenta que tal proceso está fuertemente impulsado por el discurso de la ciencia, en lugar de la palabra autorizada de los padres y los profesionales de la educación, proponemos una discusión acerca de este malestar, a través del estudio de casos de niños y adolescentes enviados a la unidad psiquiátrica (IPUB / UFRJ) por la escuela, hecho a través de una investigación-intervención. Al final del artículo, presentamos un extracto de uno de los casos seguidos por la investigación que nos permite una discusión sobre el diagnóstico del TDAH y la medicalización de la vida escolar.

Palabras clave: psicoanálisis; psiquiatría; educación; estudios de cas; escuela.

Introdução

O presente artigo trata de uma pesquisa em psicanálise e educação que vem sendo realizada no ambulatório infanto-juvenil do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ) através de uma parceria entre a Faculdade de Educação da UFRJ e a Faculdade de Educação da UFF.

Partimos da constatação de que as condições sociais que sustentam o laço educativo e a transmissão têm sofrido grandes transformações nas últimas décadas, trazendo questionamentos em diversas sociedades ocidentais – no Brasil, com suas questões sociais particulares. É bastante comum a queixa dos educadores sobre o “fracasso” de seus alunos que é identificado muito comumente como expressão de uma disfunção da criança (TDAH, dislexia, déficits cognitivos, etc), o que é corroborado no âmbito médico e/ou psicológico pela tendência atual à medicalização, mas muito raramente leva-se em conta a singularidade dos sujeitos e a situação social/institucional em que se apresentam os problemas.

Nossa pesquisa tem como objetivo contribuir para a reflexão e a ação no enfrentamento das dificuldades vividas por educadores e alunos no que diz respeito à instituição escolar e às relações que nela se instauram. Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que é necessário ampliar a discussão sobre as chamadas “dificuldades de aprendizagem”, que não podem ser pensadas isoladas de um estudo mais cuidadoso do caso em que sejam discutidos os múltiplos fatores que intervêm nesse recorrente mal-estar. Na aprendizagem, que não pode ser pensada de forma isolada da inserção escolar, familiar e social da criança, diversos elementos interagem de modo entrelaçado regulando a relação do sujeito ao saber que se produz: desde fatores orgânicos, genéticos ou não-genéticos, que se associam aos fatores sociais e emocionais específicos da história de cada criança, produzindo um tipo de funcionamento cognitivo e de saber sobre o mundo.

Os textos psicanalíticos (Manonni, 1999; Bergès, 1999; Jerusalinsky, 1999; Santiago, 2005; Kupfer, 2005; Lajonquière, 2010) chamam a atenção para o fato de que o discurso médico-pedagógico sobre as dificuldades de aprendizagem e de escolarização muitas vezes não leva em conta as particularidades do sujeito e de seu contexto. Ao tratar a questão de forma isolada, descontextualizada e descritiva, a dimensão singular daquela manifestação sintomática para aquele sujeito é perdida, juntamente com a possibilidade de que ele se implique na investigação e no tratamento de sua dificuldade. Sabemos que, mesmo que seja constatada a presença de um distúrbio orgânico, não podemos desprezar o modo

pelo qual a criança dá um sentido a ele, bem como a maneira como aqueles que lidam com a criança se relacionam com ela e com suas dificuldades. O que, em última instância, vai ter consequências no modo pelo qual aquele sujeito lidará com o problema.

No sentido de ampliar uma leitura sobre os impasses na escolarização, elegemos a estratégia do estudo de caso (Yin, 2005), bastante utilizada para pesquisar fenômenos sociais complexos nos quais intervêm múltiplas variáveis, como possibilidade de construir uma via de interlocução entre a psicanálise, a educação e a psiquiatria em torno das diversas queixas escolares encaminhadas para atendimento. O projeto, em andamento desde 2013, é norteado também pela perspectiva da pesquisa-intervenção (Castro & Besset, 2008), já que propõe o acompanhamento de oito casos eleitos para a pesquisa durante dois anos¹. A elegibilidade dos casos foi definida a partir de um estudo piloto de seis meses, feito a partir de casos encaminhados ao serviço durante o primeiro semestre de 2012, no qual as pesquisadoras levantaram as principais queixas em relação às crianças/adolescentes encaminhados para o serviço. A escolha desses oito casos se deu a partir desse levantamento das queixas escolares prevalentes direcionadas à psiquiatria nesse período; a “dificuldade de aprendizagem” e a “agitação” então foram eleitas como critérios para a escolha dos casos estudados pela pesquisa.

O mal-estar na escolarização, nomeado na queixa clínica enquanto dificuldade de aprendizagem e/ou agitação, foi a condição para a escolha dos casos, ainda que ela fosse enunciada por diferentes fontes responsáveis pelo encaminhamento da criança. Outra condição era que a criança/adolescente estivesse sendo atendida no Instituto de Psiquiatria da UFRJ e que tenha sido encaminhada para tratamento pela escola, portanto que a psiquiatria tenha sido convocada a tratar da mesma. Assim, buscamos sustentar na pesquisa uma abordagem interdisciplinar da questão, visando integrar vários discursos, mais especificamente a família, a escola, especialistas e a própria criança/adolescente.

Dessa forma, o projeto visa, no seu viés mais estrito de pesquisa, investigar como o mal-estar na escolarização presente nos oito casos escolhidos é nomeado pelos diferentes agentes que dele participam e, no seu caráter mais amplo – interventivo e clínico –, mobilizar esses diferentes agentes para repensar a situação da criança/adolescente situando um lugar de endereçamento para suas angústias e questões. No âmbito da intervenção, o pesquisador situa-se também como um mediador entre esses vários agentes, possibilitando, muitas vezes, que eles sejam confrontados com diferentes perspectivas sobre a criança/adolescente e que, assim, o mal-estar na escolarização possa ser mapeado e pensado a partir do entrecruzamento de diversos discursos.

Fracasso escolar ou mal-estar na escolarização?

O debate sobre fracasso escolar é antigo no Brasil e envolve sobretudo uma busca das causas da não aprendizagem e da não permanência de alunos na escola. Enquanto conceito é mutável e situado em um determinado período histórico. Entende-se como fracasso escolar não somente o não aprender do aluno, mas também a legitimação, o reconhecimento oficial do lugar daquele que não aprende, ou melhor, refere-se também ao que diz a escola sobre esse aluno ou o que faz a respeito (Nunes & Silveira, 2009).

Em um país em crescimento onde a democratização da escola passou a ser uma meta, a expansão do ensino teve que se haver com o lema “para todos”. Com a ampliação e a obrigatoriedade do ensino, a escola se deparou com um quantitativo grande de alunos e encontrou o desafio de lidar com a diversidade. Nessa ótica, aquele aluno que antes era excluído da escola por não ter oportunidade de acesso passa a ser excluído dentro dela, pois não consegue responder satisfatoriamente ao esperado. É com esse processo de ampliação que vão se verificar os processos de “produção do fracasso escolar” e da “pedagogia da repetência” (Oliveira, 2007).

Como pensar o que se passa quando o alunado não atinge as metas propostas? Muitas possíveis causas foram apontadas, podendo ser destacadas algumas tendências nas diferentes épocas. Num primeiro momento, a psicologia ocupou o primeiro plano no debate das causas. Buscavam-se prioritariamente as causas do insucesso na condição psíquica individual do aluno. A partir dos anos 70, a teoria da carência cultural chega ao Brasil e acirram-se os debates sociológicos. No célebre livro *A produção do fracasso escolar*, Patto (1996) chama a atenção para a importância do debate histórico que considere o que a própria escola produz, fazendo uma crítica contundente à atribuição das causas do fracasso apenas a aspectos extraescolares. Individualizar o problema seria uma forma de atribuir à criança aquilo que a própria escola acaba por produzir.

No entanto, ainda que essa crítica tenha tido um impacto importante no final do século passado, o século XXI assiste a um amplo ressurgimento da patologização do “fracasso” como sintoma individual. Proliferam os rótulos dados ao “aluno-problema” e uma série de classificações patológicas começam a surgir para explicar a dificuldade de aprendizagem e os problemas de comportamento. A medicalização surge e se insere rápida e intensa no contexto escolar, passando a caracterizar o sujeito como se ele fosse uma simples soma de características biológicas e comportamentais (Christofari, Freitas & Baptista, 2015).

A medicalização produz um novo método de lidar com o fracasso escolar. As crianças agora sofreriam de “patologias” que justificariam a suposta não aprendi-

dizagem e a inadequação ao ambiente escolar e que, assim, indicariam os alunos aptos a aprender e os alunos que devem procurar os especialistas. Os transtornos proliferam, bem como a oferta de variadas substâncias químicas para minimizá-los ou curá-los. O saber médico impera nos discursos e circula sem dificuldades no meio escolar, ganhando peso e tornando-se bem aceito e verdadeiro.

A questão lógica que se encontra articulada à ideia de fracasso é seu contrário, sucesso. Ou seja, haveria aqueles que obteriam sucesso e que, portanto, seriam exemplo concreto de que o mesmo é possível. Nessa perspectiva, toda a atenção e os esforços individuais e coletivos se dariam de forma a implementar o sucesso e combater seu contrário. Compreende-se o fracasso como algo a ser erradicado, substituído e suplantado, por uma forma “melhor”, “mais certa” de estar na escola. A diferença (os que não aprendem no ritmo, não se comportam como esperado, por exemplo), nessa ótica, indicaria uma forma “errada” de ser e estar no ambiente escolar. Numa via diferente, poderíamos perguntar: existiria alguma educação sem fracasso? Os impasses na escolarização de crianças e adolescentes não poderiam ser compreendidos como referidos ao mal-estar na civilização que, em última instância, afeta a todos?

Escolher o termo mal-estar para pensar os impasses na escolarização, longe de ser apenas o empréstimo de um termo utilizado por Freud, se configura numa estratégia política. No sentido de que tem como meta criar um campo onde a liberdade possa ter espaço, onde possamos pensar a convivência entre diferentes e a diferença possa ser suportada (Arendt, 2000). Isto significa que a diferença passa a fazer parte do próprio processo de vivermos juntos, sem a necessidade de ser suprimida ou suplantada. O termo mal-estar não é um conceito metapsicológico, tampouco podemos falar em conceito na teoria freudiana, mas sem dúvida Freud utiliza reiteradamente o termo em sua obra, intitulado inclusive um dos seus principais textos para pensar a cultura “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930/1980).

Diferentemente da ideia de fracasso e “problema de aprendizagem”, mal-estar abrange a discussão de vários sentidos, principalmente apontando para as relações em que o sujeito está inserido e produz. Esse termo parece estar relacionado a algum tipo de desconforto ou desequilíbrio atrelado às possíveis relações seja com pares, com o outro, com uma instituição, etc.

No início de sua produção teórica – devido a sua atuação profissional ainda estar muito vinculada à biologia –, Freud utilizava o termo relacionando-o com disfunções orgânicas. Além do mal-estar ligado ao orgânico/biológico (Freud, 1895a/1996), pode-se encontrar relações do termo com a angústia (Freud, 1895b/1996); com a culpa (Freud, 1900/1996); com a resistência (Freud,

1901/1996); com a transferência (Freud, 1901/1996); com a ansiedade/angústia/aflição (Freud, 1926/1996); como sendo um mal-estar/insatisfação que impulsiona a algo, alguma ação (Freud, 1930/1996), etc. Vejamos duas passagens, de maneira a estabelecer uma contraposição entre elas.

A primeira diz respeito ao texto “Inibições, sintomas e angústia” (Freud, 1926/1996, p. 79): “Se ele foi impedido de assim agir, é imediatamente dominado por um sentimento extremamente aflitivo de *mal-estar*, que pode ser considerado como um equivalente de angústia e que os próprios pacientes comparam com essa última”. Nessa passagem, podemos observar que o mal-estar parece se situar numa dimensão de agente paralisador do sujeito, uma vez que este se mantém estagnado devido à intensa angústia vivida.

Porém, em contrapartida a esse tipo de mal-estar, é possível notar na obra “O mal-estar na civilização” uma maneira diferenciada de lidar com o mal-estar. Observemos o seguinte trecho: “Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de mal-estar, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações” (Freud, 1930/1996, p. 138). Nesse sentido, podemos vislumbrar aqui uma outra forma de aparecimento do termo, na qual há uma espécie de movimento que impulsiona e introduz novas possibilidades. No caso, a sensação de mal-estar levaria o sujeito a uma posição incômoda, da qual buscaria apaziguar-se tomando outros rumos e direções. Assim, teríamos um mal-estar que também impulsiona, tornando-se produtivo.

Pensar em mal-estar na escolarização em vez de fracasso é defender com Freud (1930/1996) que participar da civilização necessariamente engendrará algum mal-estar. Estar no coletivo e produzir cultura significa fazer renúncias e uma felicidade plena e final já é pensada, a princípio, como impossibilidade. Portanto, sucesso e fracasso, numa ótica da completude, ficam de lado quando propomos o mal-estar como possibilidade de qualquer relação no mundo. A questão aqui seria partir dele não para o suprimir ou descartar, mas para ao escutá-lo e suportá-lo oferecer uma outra possibilidade de fazer com ele.

Constituição do sujeito e educação

Sustentando-nos na perspectiva psicanalítica e entendendo que a educação e a subjetivação humanas se dão no campo da linguagem, podemos afirmar que, na transmissão, reedita-se o processo inaugural de nascimento do sujeito, do qual

participa sempre um outro/educador, com sua fantasia inconsciente e seu modo singular de desejar. Para a psicanálise, o sujeito se constitui a partir de um investimento pulsional e um sentido prévios ao seu nascimento que são depositados pelo Outro sobre ele. É o que se entende pela alienação inaugural ao Outro (Lacan, 1988). O sujeito nasce ao produzir uma resposta a isso com seu desejo e seu modo particular de se posicionar diante daquilo que é depositado pelo Outro sobre ele.

Como afirma Lajonquière (2010), ainda que vivamos hoje em um mundo em constante transformação, o que é reforçado pelos avanços incessantes e progressivos das ciências e das tecnologias do viver, educar continua a depender de que haja “gente comum disposta a falar com as crianças e convicta de que a educação está atrelada às mesmíssimas condições de possibilidade para vivermos juntos neste nosso único mundo sem nos comer uns aos outros” (Lajonquière, 2010, p. 123-124). Nesse sentido, ao afirmar que educar é endereçar a palavra a uma criança, o autor reforça o laço entre educação e subjetivação que tem sido sustentado por muitos psicanalistas hoje, apostando em um encontro possível entre a psicanálise e a educação.

O que observamos, porém, é que esse processo nunca é isento de entraves e discontinuidades. Como adverte Kupfer (1995), a psicanálise aposta que a transmissão e a apropriação de um saber são sempre marcadas pela presença de um sujeito desejante, tanto aquele que transmite, quanto aquele que recebe e transforma o que recebeu. É nesse sentido que Freud interpreta a frase de Goethe: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Freud, 1913/1976, p. 188). A educação comporta assim um movimento duplo: o encontro do sujeito com a cultura-educação que lhe antecede e o processo de apropriar-se dela para encontrar nela um lugar para si. Há, portanto, uma relação sempre tensa entre o sujeito e o Outro, que fala da regulação que cada um precisa fazer para viver em sociedade.

No entanto, como apontou Manonni (1999), as perturbações da vida intelectual por vezes têm valor de *acting out* quando a impossibilidade de aprender e/ou de pensar revela-se como uma busca de não sucumbir ao lugar de objeto de desejo do Outro educador, instituindo a dimensão da falta na relação educativa. A clínica nos revela que, quando essa distância não está assegurada, a angústia comparece sob as mais variadas formas, tal como nas manifestações de agitação, agressividade, indisciplina, etc. Por isso, Manonni insistia na importância de deixar ao desejo a possibilidade de nascer entre o educador e a criança, o que, no caso dos psicóticos, se torna ainda mais premente: um espaço para a resposta singular de cada sujeito àquilo que foi nele depositado pelos seus antecessores. Com isso, Manonni afirma que o sintoma de uma criança

sempre inclui o Outro, ele se desenvolve com um Outro e para um Outro. Ele se manifesta então como uma forma da criança falar.

Se a criança tem a impressão de que todo acesso a uma fala verdadeira lhe é vedado, pode, em certos casos, procurar na doença uma possibilidade de expressão [...]. Isso coloca o problema da linguagem em certo modo de relação com o Outro e consigo mesmo. A ruptura com um discurso que se pode qualificar de alienado, à medida que é dos outros e da opinião, representa para o sujeito uma aventura penosa. O papel do analista é ajudá-lo a assumir essa aventura (Manonni, 1999, p. 60).

Nesse sentido, as observações inaugurais de Manonni já apontam para a importância do discurso, que presentifica o inconsciente nas mais diversas relações, na constituição do sujeito. Na situação escolar isso não poderia ser diferente, o que reforça nossa estratégia de trabalho com os discursos na investigação sobre o mal-estar na escolarização.

Neste ponto, é interessante trazer aqui o trabalho desenvolvido pelo NIPSE – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação, na UFMG – que aborda o fracasso escolar como um sintoma social, reflexo de políticas educacionais calcadas em um aluno ideal e universal. Como marca Santiago (2005), uma das propostas do NIPSE, que se aproxima bastante do que propomos aqui, é analisar o “fracasso” a partir daqueles que não aprendem; aqueles que incomodam os profissionais da escola depois de esgotadas as tentativas no ensino. Tais alunos recebem diferentes nomeações patologizantes no decorrer de sua trajetória escolar, o que, a partir de um olhar psicanalítico, tem efeitos sobre eles. O indivíduo não sabe por que não aprende e não compreende o que acontece com ele, o que o torna incapaz de atuar sobre a própria aprendizagem.

Se, por um lado, o discurso médico-pedagógico hegemônico cala o sujeito com diagnósticos e com medicações muitas vezes equivocados, sabemos que, paradoxalmente, só há aprendizagem quando há um sujeito, o que implica num certo “corte” no assujeitamento ao Outro que possibilita a simbolização necessária à leitura, por exemplo. Trata-se, como diz Bergès (1999), de uma subtração que é homóloga à subtração necessária para que o sujeito advenha: um sujeito que possa falar em primeira pessoa e assim possa também ser leitor, subtraindo aquilo que dele falam para poder construir sua própria relação com o mundo. Isso leva a supor que, muitas vezes, os impasses na escolarização de crianças e adolescentes podem não estar referidos somente a questões do âmbito cognitivo e/ou orgânico, pois são atravessados pelos contextos sociais e afetivos nos quais eles estão imersos.

Vale mencionar aqui também o trabalho realizado pelo Lugar de Vida, na USP, que tem apostado justamente na integração entre os vários profissionais que se ocupam de crianças psicóticas ou neuróticas graves, com dificuldades de inserção no sistema escolar regular, entendendo que há uma continuidade entre a educação e a terapêutica nesses casos (Kupfer, 2000). Além do trabalho institucional realizado na escola, inspirado na *École de Bonneuil* de Maud Mannoni na França, nos interessa trazer particularmente a proposta do *Grupo Ponte*, pela originalidade do trabalho em acompanhar a inserção de crianças e adolescentes em escolas regulares.

O trabalho é desempenhado por uma equipe constituída por psicólogos escolares e clínicos, pedagogos, psicopedagogos, psicanalistas, pediatras e estudantes universitários em formação, que reconhecem que o tratamento de crianças com transtornos psíquicos graves só é possível através de uma abordagem interdisciplinar. O Grupo Ponte visa trabalhar basicamente a relação entre o professor e o aluno, buscando a promoção de um encontro produtivo entre ambos. Como relata Colli (2005), esse trabalho passa principalmente por reorientar o olhar do professor para o aluno, deixando de lado um ideal de homogeneidade e passando a olhar cada aluno de maneira que leve em conta sua singularidade. Dessa forma, a direção do trabalho é que o conhecimento escolar seja uma ferramenta para que o aluno possa se estruturar como sujeito e não como instrumento de adaptação a um padrão suposto de normalidade social.

As crianças do Lugar de Vida foram mostrando que a escola e as aprendizagens eram, para elas, uma ferramenta terapêutica, coadjuvante do tratamento que recebiam. Ir para a escola era terapêutico. Para os pais... e para as crianças, que aumentavam a sua circulação social, seu repertório cognitivo e sua posição no mundo da linguagem (Kupfer, 2005, p. 26).

No entanto, no mundo contemporâneo, a educação é sustentada socialmente por dispositivos institucionais medicopedagógicos e orientada fundamentalmente pelo discurso da ciência, em detrimento da palavra autorizada de pais e profissionais da educação (Laia, 2009), o que repercute do lado dos adolescentes e crianças na perda de referentes simbólicos importantes na construção de um discurso próprio. O que predomina é uma palavra esvaziada de desejo e carregada de sentidos e identificações, que levam a uma fixidez imaginária dos lugares instituídos paralela a uma busca narcísica permanente por amor e reconhecimento.

Nesse sentido, elegemos o estudo de casos como uma possibilidade de promover o debate entre a psicanálise, a educação e a psiquiatria nos assuntos que

envolvem a infância e adolescência. Mais particularmente o ponto de encontro e convergência se define pelo interesse em pensar e atuar sobre o mal-estar na escolarização. Entenda-se com isso uma ampla gama de dificuldades que envolvem a criança e o adolescente com o ambiente escolar. Inserem-se aí: problemas de aprendizagem, dificuldades em relacionamentos entre pares na escola, dificuldades na relação professor-aluno, questões que envolvam leitura e escrita, agressividade e atenção, enfim, tudo aquilo que pode ser descrito como causando mal-estar na relação da criança ou adolescente com a escola.

Pain (1985, p. 13) enfatiza uma diferença entre problemas de aprendizagem e problemas escolares, estes últimos sendo mais abrangentes, envolvendo indisciplina, integração, podendo ser uma formação reativa diante de uma transição difícil do grupo familiar ao grupo social. No entanto não utilizamos o termo problema já que o mesmo pressupõe a formulação de uma situação conflitiva e de entraves já com algum nível de enunciado. Ou seja, se problema reenvia a um contexto já com alguma definição, mal-estar reenvia para algo mais difuso, remetido justamente ao encontro do pulsional com a cultura (Freud, 1930). Esse mal-estar pode ser anunciado pela própria criança, bem como pela escola em relação à criança ou adolescente, pela família ou ainda por algum especialista cuidador desta criança ou adolescente.

A pesquisa

A partir do estudo piloto, de caráter exploratório, realizado ao longo de um semestre no Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência – IPUB, pudemos fazer um rastreamento das queixas ligadas à escolarização dentro do universo de todos os casos atendidos na triagem do serviço e constatamos um número expressivo de casos que chegam para a triagem com queixas nomeadas como “dificuldades de aprendizagem” e “agitação” (Carneiro & Coutinho, 2015). Essas queixas, de acordo com a rotina da instituição, foram recebidas na triagem por psiquiatras e psicólogos atuantes no serviço, registradas em formulários próprios e encaminhadas para atendimento psiquiátrico e/ou psicológico. Nosso estudo piloto se deu a partir desses formulários de triagem.

Assim, enunciamos como nossa questão principal de pesquisa compreender o mal-estar na escolarização de crianças e adolescentes a partir das queixas de dificuldade de aprendizagem e agitação, pensando a participação dos diferentes atores bem como seus discursos próprios nesse mal-estar (criança/adolescente, escola, família, especialistas). A inserção do projeto no contexto de um serviço

de psiquiatria, que atende a uma grande porcentagem de crianças encaminhadas com queixas escolares – cerca de 40% a partir de nosso estudo exploratório (Carneiro & Coutinho, 2015) – tem buscado promover a interlocução entre essas diversas partes, implicando-as mutuamente nos destinos das crianças e adolescentes envolvidos.

Considerando o contexto em que esse mal-estar é forjado como fundamental à pesquisa, como já dito, escolhemos como método o estudo de casos (Yin, 2005), bastante utilizado na pesquisa de fenômenos sociais complexos, sobre os quais intervêm múltiplas variáveis, trabalhando dentro da perspectiva da pesquisa-intervenção (Castro & Besset, 2008). A pesquisa-intervenção nas ciências humanas parte da premissa comum de que os sujeitos humanos se constituem no âmbito das práticas de significação, sempre numa situação partilhada com outros, sejam adultos, jovens ou crianças. Dessa forma, a palavra ou qualquer ação do pesquisador se realiza na interlocução continuada com os sujeitos através da construção de sentidos para as situações vividas. Assim, o sujeito que investigamos é efetivamente constituído ao longo do processo de pesquisa por meio da interlocução com o pesquisador ou com outros que também se incluem na forma como essa experiência se produz.

A partir disso, nossa pesquisa-intervenção tem como objetivo o acompanhamento, ao longo de dois anos, de 8 casos, dentre eles seis crianças e dois adolescentes, atendidos pelo SPIA a partir de um encaminhamento realizado pela escola, que se encaixam entre os critérios eleitos a partir do estudo piloto². Visamos escutar cada um dos atores envolvidos na situação (pais, escola, médicos e criança/adolescente) a fim de observar de que forma esse mal-estar aparece nesses diferentes discursos. A coleta de dados é feita tendo como centro o discurso, que pode ser obtido através do registro escrito e do registro falado. Também utilizamos a observação participante nas escolas a fim de estudar a criança/adolescente no próprio contexto escolar. Quanto ao registro escrito, obtido através de análise documental, a principal fonte de dados é o prontuário do caso que nos oferece relatório escrito dos médicos e especialistas, bem como relatórios escolares. Em relação ao material obtido a partir de entrevista, as pesquisadoras levam em conta o contexto no qual o encontro acontece, bem como aspectos transferenciais e não verbais que possam interferir na situação.

As entrevistas são principalmente de dois tipos: entrevistas clínicas com a criança/adolescente e com a família. As entrevistas clínicas, ou método clínico, utilizado por psicólogos pesquisadores e/ou clínicos de diversas tendências teóricas (Piaget, 2005; Tavares, 2000; Mannoni, 1997) consistem aqui em conciliar a observação clínica com a formulação de perguntas específicas a partir das hipóte-

ses da pesquisa sobre o mal-estar, mas também daquilo que surge de inusitado e espontâneo no encontro com aquele ou aqueles que são entrevistados. São feitas também reuniões mensais no SPIA/IPUB com as famílias em conjunto e entrevistas ou reuniões com os especialistas e com a escola. As reuniões de equipe multidisciplinar, composta por professores e alunos das áreas da psicologia e da educação, além de psicólogos e psiquiatras do SPIA que são eventualmente convidados, são entendidas como eixo importante para o estudo de casos já que os diferentes discursos podem, em um mesmo ambiente, circular de forma articulada bem como divergir em certos pontos. As entrevistas e reuniões são gravadas e registradas em relatórios que servirão como material para análise.

O intuito é possibilitar, para além da coleta de dados, a interlocução com os pais e os diversos profissionais da educação e da saúde envolvidos nos casos, pela qual diferentes olhares e discursos possam ser delineados e articulados. Contamos em nossa equipe com a participação de alunos de graduação em psicologia e pedagogia, que fazem visitas regulares (semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com a disponibilidade da escola e/ou do professor, com duração aproximada de uma hora e meia a cada vez) a cada uma das escolas em que estão matriculadas as crianças/adolescentes a fim de realizar observações participantes durante o período dos dois anos em que se dará a pesquisa de campo. Nessas visitas é possível tanto observar em sala de aula o modo como as crianças e adolescentes interagem com seus professores e demais alunos, quanto intervir nas especificidades de cada caso em seu contexto escolar, a partir de um diálogo constante com as equipes pedagógicas.

Deve-se destacar, contudo, que adotamos diferentes formas para o acompanhamento escolar dessas crianças e adolescentes de acordo com a particularidade dos casos e a disponibilidade das escolas. Nos casos de crianças, são feitas observações dentro das salas de aula, o que vem garantindo a possibilidade de interlocução com os professores que lidam cotidianamente com essas crianças. Já nos casos de adolescentes, o contato com os mesmos vem se estabelecendo em momentos diversificados, como no horário do intervalo, em reuniões conjuntas com a coordenação da escola e até mesmo da CRE, e também em encontros marcados no SPIA para diálogo com esses jovens sobre os conflitos vividos na escola.

Nesse sentido, nossa pesquisa possui também um viés clínico, sustentado nos pressupostos da psicanálise apresentados anteriormente sobre o mal-estar inerente à vida social e sobre a constituição do sujeito na relação com um outro, nos quais situa-se e mesmo se fundamenta o processo de escolarização de crianças e jovens. Se supomos que o mal-estar se produz no encontro com um outro, na medida em que é dada a possibilidade de se falar dele a alguém com escuta qua-

lificada e a constituição de vínculos transferenciais através desse endereçamento, novos sentidos e implicações subjetivas são dados a esse mal-estar, o que permite muitas vezes novos desdobramentos nas relações criança/pais, criança/escola ou mesmo criança/médico.

No tratamento do material obtido através da pesquisa de campo, buscaremos uma comparação entre os casos no que diz respeito ao modo pelo qual os diferentes discursos analisados se articulam na produção do mal-estar escolar situado nas crianças/adolescentes, não esquecendo, no entanto, que, sendo o trabalho com a singularidade uma marca fundamental da psicanálise, trata-se de uma comparação de modos de funcionamento subjetivo dentro de um campo discursivo e não de sujeitos. Como observa Vertzman (2009, p. 6), o estudo de caso pode ser um instrumento interessante para o psicanalista no sentido de permitir “comparar modelos, os quais são abstrações que servem para dar alguns parâmetros a nossa prática, o que não é o mesmo que comparar sujeitos”. Desse modo, o estudo de caso múltiplo que propomos não visa à replicação propriamente dita, mas sim refletir sobre modelos de funcionamento subjetivo atrelados ao mal-estar na escolarização de crianças e adolescentes a fim de conhecer de modo contextualizado o particular. Uma vez que a análise do material da pesquisa ainda está em andamento, neste artigo, optamos por apresentar e discutir apenas um dos casos, apresentando os quatro eixos discursivos nele envolvidos e alguns de seus desdobramentos ao longo de um ano.

O caso G. e a questão da medicalização do mal-estar escolar

A seguir relataremos um breve extrato de um dos casos estudados na pesquisa-intervenção, destacando particularmente as questões a respeito da medicalização do mal-estar na escolarização. G. é um menino de 6 anos que desde os 4 anos vem sendo encaminhado pela escola a diversos especialistas (psicólogo, neurologista, psiquiatra) por conta de “agitação”, “agressividade” e “dificuldades de aprendizagem”, que perturbam sua inserção no ambiente escolar. Seu eletroencefalograma foi normal, foi diagnosticado pelo neurologista com transtorno comportamental e medicado com sulpirida, sem mudança no quadro, levando a uma interrupção no uso do medicamento. É encaminhado então para o SPIA (serviço de psiquiatria da infância e adolescência).

A mãe relata que essa conduta parece se acentuar na presença dela que, segundo seu próprio relato, quase não brinca com ele. Na escola, a professora observa que ele se acalma quando recebe uma atenção individualizada. Sua mãe

trabalha o dia todo cuidando de uma menina com paralisia motora. Quando retorna da escola, G. fica na casa de uma vizinha, junto com mais cinco crianças, até que a mãe retorne do trabalho. Há relatos de muitas brigas entre os pais e do pai com pessoas de fora da família. O menino já viu o pai voltar para casa machucado e ensanguentado após um desses episódios.

Depois de nossa primeira visita à escola em que o menino inicia seus estudos no ensino fundamental, pudemos constatar uma intensa inquietação da escola com seu comportamento, traduzida em uma demanda de um laudo médico em que constasse o diagnóstico de TDAH para que o aluno pudesse ser deslocado de sua turma para uma “sala de recursos”. Quando é interpelado pela diretora da escola sobre seu comportamento, que lhe pergunta se ele gosta que sua mãe seja chamada na escola, ele abaixa a cabeça e assente que sim. Em outra ocasião, quando é repreendido pela professora, ameaça: “vou chamar meu pai aqui”.

Ao tomarmos contato com o caso de G., que atualmente é acompanhado em nossa pesquisa, convocamos a psiquiatra que é responsável pelo caso e descobrimos que há controvérsias em sua equipe sobre a necessidade de iniciar a medicação do menino ou não. Enquanto o médico residente que atendia a criança disse “acho que é um caso que precisa de medicação” e “preenche muito os critérios de TDAH” (sic), sua supervisora achou conveniente esperar mais um tempo para tomar uma posição. Diante da demanda escolar pelo diagnóstico e pelo tratamento psiquiátrico, na reunião com a psiquiatra fica estabelecido que a orientação atual para o atendimento de G. seria o encaminhamento do menino para uma psicoterapia individual, paralela ao seu acompanhamento familiar e escolar pela nossa equipe. Dessa forma, foi feita uma aposta na possibilidade de que ele não precise entrar na medicação já, ou que pelo menos esta não seja a única forma de tratamento apontada como necessária tanto para a família quanto para a escola. De fato, o adiamento do tratamento medicamentoso foi fundamental nesse caso, pois, a partir da observação participante no contexto escolar, foi possível verificar uma importante mudança no comportamento sem a interferência medicamentosa.

Um das pesquisadoras de nossa equipe passou a frequentar a escola de G. quinzenalmente, estando presente na sala de aula e participando de reuniões com a equipe pedagógica. A pesquisadora notou inicialmente que foi colocada pela professora no lugar de uma testemunha para os atos agressivos e despropositados de G. Assim a professora orientava o seu olhar apenas para o comportamento agitado e agressivo de G., anulando qualquer outra possibilidade de interação com o menino. Isso ficava evidente no discurso da professora já que, no primeiro semestre de 2013, uma das formas predominantes de apresentar o aluno para a

pesquisadora era utilizando a palavra “defeito”. Como falou em fevereiro “ele não para, é muito agitado e às vezes é agressivo, não respeita as regras, quando dá defeito, já era” (sic), ou no mês seguinte: “ta vendo como ele é? Viu, fez de novo, ele é assim... ainda bem que você tá aqui pra ver, porque ele sempre dá defeito” (sic). Ou ainda, dois meses depois, no relatório de uma das pesquisadoras: a professora relatou que ele não apresentou nenhum “defeito” desde as duas últimas semanas. A ideia de que um remédio “consertaria” o defeito era recorrente na escola.

Pouco a pouco, porém, a pesquisadora notou que, a partir de suas interrogações e de sua presença como alguém que a acompanhava no trato com aquele menino, a professora passou a prestar mais atenção a outros aspectos de G., tais como suas dificuldades específicas nos exercícios e suas questões familiares. Ao mesmo tempo, a professora passa a dirigir-se à pesquisadora para lhe pedir ajuda sobre como proceder com ele. Ainda que a pesquisadora não tenha respondido a essa demanda, parece que algo se modificou na relação da professora com o aluno, já que havia um interesse maior em tentar auxiliá-lo em suas dificuldades. Paralelamente, G., que inicialmente oscilava entre momentos de bastante agitação, agressão aos colegas e uma certa apatia durante a aula, passou a tentar enfrentar suas dificuldades em fazer os exercícios e até a pedir ajuda à professora. Em relação à pesquisadora, G. mostrou um interesse e aproximação também graduais.

Já o discurso da família, mais especificamente da mãe, enaltecia a importância do atendimento médico numa possível identificação do tal comportamento à doença. Diz a mãe: “nunca para, pula o tempo todo, imitando bichos, está com mania de cuspir nas mãos e na cama” (sic), precisa de um remédio para se acalmar. A compreensão da agitação como doença parecia já instalada quando da chegada ao serviço através de uma indicação da escola, como veremos a seguir.

Durante o ano de 2013, estivemos em contato com a mãe de G. em reuniões mensais com os pais das crianças acompanhadas e em entrevistas individuais. Inicialmente, ela se mostrou bastante fechada e nervosa ao falar do filho, revelando aos poucos que reconhecia em si uma dificuldade em se aproximar do filho e lhe dar carinho. Notamos, progressivamente, uma maior abertura da mãe e disponibilidade para falar, mencionando, inclusive o desejo de fazer uma terapia individual para tentar resolver suas dificuldades de relacionamento com o filho. Em uma entrevista individual, a mãe acabou revelando ter sofrido abuso sexual em sua adolescência, atribuindo a essa situação suas dificuldades na relação com G. Em paralelo, a mãe passa a exigir uma maior participação do pai no cuidado do filho, e ambos acabam decidindo trocar o turno escolar de G. para a tarde, de forma que ele pudesse ficar de manhã com o pai e, assim, passasse menos tempo com a vizinha.

A partir da intervenção da equipe de pesquisa, G. iniciou terapia psicanalítica individual com uma psicóloga do setor a partir de agosto de 2013. Em reunião com o setor de psicologia, ficamos sabendo que G. tem aproveitado bastante esse espaço e que tem ido regularmente às sessões levado pelo pai.

Ao final de 2013, o discurso da mãe sobre G. mudou bastante em relação ao início do projeto. Ela diz que não tem mais sido chamada na escola por causa de atos agressivos do filho e que o filho “está bem melhor”. Diz que está mais calmo, menos agitado, e que tem se dedicado mais aos deveres de casa. O modo pelo qual se refere ao filho também mudou. Mostra-se menos fria, tratando seus atos mais como travessuras infantis, que a fazem inclusive esboçar um sorriso, do que como uma possível doença.

Discussões e considerações finais

O caso G. nos faz pensar sobre a importância e a delicadeza do diagnóstico e das estratégias clínicas no tratamento do mal-estar escolar, no caso em questão expresso através de uma queixa prevalente de agitação. Como tem sido constatado por autores de diversas especialidades dentro do campo da saúde mental (Bezerra, Costa, & Zorzaneli, 2014), os novos modelos diagnósticos utilizados pela psiquiatria, sustentados também pela hegemonia do discurso da ciência na cultura, podem levar a fragmentar e descontextualizar o sofrimento psíquico, impedindo a possibilidade de que este possa ser subjetivado e integrado a uma rede narrativa e histórica. O caso G. nos permitiu vislumbrar que, para além de uma compreensão puramente organicista dos ditos problemas escolares, é possível encontrar outras maneiras de conduzir o tratamento desse mal-estar, levando em conta os laços sociais e os discursos que estão imbricados na sua produção.

Assim, este breve extrato de caso nos mostra não apenas possíveis resultados no campo interventivo (deslizamento no discurso familiar sobre a criança, novos olhares para a criança por parte da escola e dos especialistas, novas possibilidades de resposta da criança), como também oferece um mapeamento do modo pelo qual os diversos discursos sobre a criança tomam parte no mal-estar. De modo similar, é possível supor que a modificação do mal-estar escolar apresentado inicialmente por G. seja atribuída às modificações no seu entorno, que podem ser identificadas através de mudanças discursivas nos quatro eixos observados na pesquisa. No que diz respeito ao discurso escolar, notamos claramente um deslocamento no tratamento dispensado pela professora ao aluno, evidenciado no

tipo de demanda endereçada à pesquisadora presente na sala de aula: da queixa à angústia que motiva à busca por entender as razões do comportamento de G. e por saber como trabalhar com ele. Supomos que a presença de uma das participantes da pesquisa na escola foi importante para propiciar uma mudança no olhar da professora para seu aluno, que passa a ser visto para além de sua “agitação”, podendo-se reconhecer nele uma criança que precisava de mais atenção.

No discurso familiar, o reconhecimento da mãe de suas dificuldades na relação com o filho homem desencadeiam uma série de mudanças, entre as quais destacamos a reorganização familiar para que o pai pudesse ficar mais tempo com o menino e assim fosse possível retirá-lo da casa da vizinha-cuidadora. No discurso da psiquiatria, há um abandono da hipótese relativa ao diagnóstico de TDAH e da indicação de tratamento pela ritalina. E, finalmente, no discurso da própria criança, a demanda pela presença maior da mãe ganha mais clareza sem no entanto impedir a crescente proximidade com o pai na busca por novos interesses, no que o espaço analítico tem contribuído bastante.

Dessa forma, os quatro eixos de análise (família, escola, especialistas, criança/adolescente) nos permitem identificar confluências, dissonâncias e interferências mútuas entre eles na constituição e na circulação do mal-estar. Nesse sentido, um dos pontos que nos interessa aprofundar é a participação do discurso médico e/ou pedagógico, muitas vezes reafirmado pela família, no olhar para a criança. A nomeação do mal-estar enquanto algo que acomete a criança como uma doença ou distúrbio que se situa com algo externo a ela parece contribuir para impossibilitá-la ainda mais de situá-lo dentro de sua história, de uma rede simbólica e discursiva, que passa pela sua família e pelo contexto social no qual se situa, à qual ela responde de modo singular. Desse modo, a criança e/ou o adolescente é privado da possibilidade de falar em nome próprio sobre seu mal-estar, o que só agrava sua indisponibilidade de se apropriar de recursos simbólicos também para aprender e pensar.

Enfim, retomando nossa inquietação quanto ao mal-estar na educação, atrelado ao enfraquecimento de recursos simbólicos na cultura que lhe sirvam de baliza, bem como à hegemonia do discurso da ciência e à crescente medicalização de todas as formas de sofrimento psíquico, acreditamos que a presença da psicanálise no campo educacional pode ajudar a refletir e talvez frear, de alguma forma, as enormes demandas dirigidas hoje à psiquiatria. Nesse sentido, nosso trabalho tem como direção promover formas de implicar os educadores – profissionais ou em formação –, especialistas e pais na educação da criança e do adolescente, bem como apontar para a importância de uma participação mais efetiva da criança/adolescente nos rumos de seu tratamento e de sua trajetória escolar.

Referências

- Arendt, H. (2000). *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Bergès, J. (1999). A instância da letra na aprendizagem. *Revista da APPOA* (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), *IX*(16), 137-147.
- Bezerra, B., Costa, J. F., & Zorzanelli, R. (2014). *A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Universitária.
- Carneiro, C., & Coutinho, L. G. (2015). Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?. *Educar em Revista*, *56*, 181-192.
- Castro, L. R., & Besset, V. L. (2008). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nau.
- Colli, F. A. G. (2005). O Grupo Ponte. In F. A. G. Colli, & M. C. Kupfer (2005), *Travessias: a experiência do Grupo Ponte – Pré-escola terapêutica Lugar de Vida* (pp. 29-34). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Christofari, A. C., Freitas, C. R. de, & Baptista, C. R. (2015). Medicalização dos modos de ser e de aprender. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, *40*(4), 1079-1102.
- Freud, S. (1996). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895a)
- Freud, S. (1996). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia”. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. III. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895b)
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos (I). In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IV. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1996). Totem e tabu. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (1980). O mal-estar na civilização. In S. Freud [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)

- Jerusalinsky, A. (1999). O outro do pedagogo. Ou seja, a importância do trauma na educação. *Psicanálise e Educação: uma Transmissão Possível. Revista da APPOA*, IX(16),7-14.
- Kupfer, M. C. (1995). *Freud e a educação*. São Paulo: Scipione.
- Kupfer, M. C. M. (2000). *Educação para o futuro: psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta.
- Kupfer, M. C. (2005). Inclusão social: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In F. A. G. Colli, & M. C. Kupfer (Orgs.), *Travessias: a experiência do Grupo Ponte – Pré-escola terapêutica Lugar de Vida* (pp. 17-28). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laia, S. (2009). Demissão do pai, domínio da mãe e violência urbana: uma contribuição para a investigação sobre a “perversão generalizada”. Recuperado em 29 jan. 2011, de <<http://www.ebp.org.br/bahia/agente/pagina3.html>>.
- Lajonquière, L. (2010). *Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Petrópolis: Vozes.
- Mannoni, M. (1997). *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Manonni, M. (1999). *A criança, sua “doença” e os outros*. São Paulo: Via Lettera.
- Nunes, A. I. B. L., & Silveira, R. N. (2009). *Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos*. Brasília: Liber Livro.
- Oliveira, R. P. (2007). Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. In Catani, A. M. (Org.), *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. *Educ. Soc.*, Campinas, 28(100), 661-690.
- Pain, S. (1985). *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Patto, M. H. S. (1996). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Santiago, A. L., & Silva, M. M. M. (2014). Da universalização à qualidade de ensino: desafios da alfabetização. *RevistAleph*, XI(22), 157-172.
- Piaget, J. (2005). *Representação do mundo na criança*. São Paulo: Idéias e Letras. (Trabalho original publicado em 1947)
- Santiago, A. L. (2005). *A inibição intelectual na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Tavares, M. A. (2000). A entrevista clínica. In J. A. Cunha, *Psicodiagnóstico V* (p. 10-21). Porto Alegre: Artmed.
- Vertzman, J. (2009). A estratégia de estudo de casos múltiplos na pesquisa clínica em psicanálise. In *Anais do Colóquio Internacional sobre Método Clínico do Laboratório de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo. Recuperado em 10 out. 2012, de <http://www.psicopatologia-fundamental.org/uploads/files/coloquios/coloquio_metodo_clinico/mesas_redondas/a_estrategia_de_estudo_de_casos_multiplos_na_pesquisa_clinica_em_psicanalise.pdf>.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Nota

- ¹ Dos oito casos eleitos inicialmente, somente cinco permaneceram sendo acompanhados pelo projeto até o final de dois anos e apenas esses serão utilizados para os fins da pesquisa.
- ² A pesquisa obteve a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense como proponente (número do parecer: 789.946) e das CREs (Coordenadoria Regional de Educação), que nos possibilitou a entrada nas escolas municipais onde algumas das crianças/adolescentes estavam estudando durante o período de sua participação da pesquisa. Os participantes ou seus responsáveis foram informados sobre os objetivos e métodos da pesquisa e autorizaram o uso das informações colhidas através de termos de consentimento livre e esclarecido.

Recebido em 03 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 13 de abril de 2016

SEÇÃO LIVRE

O caso de August Strindberg: (re)visitando a patografia de
Jaspers e a análise fenomenológica de Binswanger

Humanização da Justiça ou judicialização do humano?

Uma revisão exploratória na demência e esquizofrenia:
sobreposições, diferenças e personalidade psicodinâmica

O CASO DE AUGUST STRINDBERG: (RE)
VISITANDO A PATOGRAFIA DE JASPERS E A
ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DE BINSWANGER

*THE CASE OF AUGUST STRINDBERG: (RE)VISITING JASPERS'
PATHOGRAPHY AND BINSWANGER'S PHENOMENOLOGICAL ANALYSIS*

*EL CASO DE AUGUST STRINDBERG: (RE)VISITANDO LA PATOGRAFÍA
DE JASPERS Y EL ANÁLISIS FENOMENOLÓGICO DE BINSWANGER*

*Lucas Bloc**

*Juliana Pita***

*Virgínia Moreira****

*Mareike Wolf-Fédida*****

RESUMO

August Strindberg (1849-1912), famoso escritor sueco, deixou como legado dezenas de obras que, além da qualidade literária, forneceram um retrato fiel de sua doença mental. Tais descrições chamaram atenção de diversos psiquiatras, principalmente no que tange à relação entre a psicose e a criação estética. Neste artigo, revisitamos a patografia de Strindberg, apresentada por Jaspers, e a análise fenomenológica, realizada por Binswanger, apresentando suas principais características e como esse caso ilustra as diferentes concepções desses autores. Jaspers se interessava pelos escritos autobiográficos de Strindberg por se tratar de um exemplo daquilo que apresenta acerca da inacessibilidade a uma compreensão psicológica da psicose e da compreensão processual do adoecimento. Binswanger, retornando à fenomenológica genética, realiza a análise da experiência delirante de Strindberg a partir de questões egológicas e corporais. Para Jaspers, o mundo pré-mórbido de Strindberg diferenciava-se de seu mundo delirante posterior. Já Binswanger identifica, primariamente, o anúncio do que viria a ser o delírio de

* Université Paris Diderot – Paris 7 – Paris, França; Bolsista CAPES (Proc. 09998/14-1), Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza (CE), Brasil.

** Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza (CE), Brasil; Université Paris Diderot – Paris 7 – Paris, França.

*** Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza (CE), Brasil.

**** Université Paris Diderot – Paris 7 – Paris, França.

Strinberg. São percursos distintos que, para além da distinção, refletem marcas da utilização inicial de uma lente fenomenológica por Jaspers que se efetivam posteriormente através de autores da psicopatologia fenomenológica, como o próprio Binswanger.

Palavras-chave: Strindberg; Jaspers; patografia; Binswanger; análise fenomenológica.

ABSTRACT

August Strindberg (1849-1912), famous Swedish writer, left a legacy of dozens of works, which, besides literary quality, produced a faithful portrait of his mental disease. Such descriptions have drawn the attention of diverse psychiatrists, especially when it comes to the relation between psychosis and esthetic creation. In this article, we have revisited Strindberg's pathology, presented by Jaspers, and phenomenological analysis, realized by Binswanger, presenting its main characteristics and how this case illustrates the different conceptions by these authors. Jaspers was interested in the autobiographical writings of Strindberg because it consisted of an example of what is presented concerning the inaccessibility to a psychological understanding of psychosis and of the process involved in falling sick. Binswanger, returning to genetic phenomenology, realizes Strindberg's delirious experience from egological and bodily issues. To Jaspers, Strindberg's pre-morbid world was different from his posterior delirious world. Binswanger, on the other hand, primarily identifies the announcement of what came to be Strindberg's delirium. These are distinct trajectories that, beyond distinction, reflect marks of the initial employment of a phenomenological lens by Jaspers which become effective later on by means of Phenomenological Psychopathology authors, such as Binswanger.

Keywords: Strindberg; Jaspers; patography; Binswanger; phenomenological analysis.

RESUMEN

August Strindberg (1849-1912), afamado escritor sueco, dejó como legado decenas de obras que, además de la cualidad literaria, encajaron un retrato fiel de su enfermedad mental. Tales descripciones llamaron la atención de varios psiquiatras. En esto artículo revisitamos la patografía de Strindberg, presentada por Jaspers, y el análisis fenomenológico, realizada por Binswanger, presentando sus principales características y como este caso ilustra las diferentes concepciones

psicológicas de estos autores. Jaspers se interesaba por los escritos autobiográficos de Strindberg por ser un ejemplo de lo que se presenta sobre la inaccesibilidad a una comprensión psicológica de la psicosis y de la comprensión del proceso de la enfermedad. Binswanger, de volta a la fenomenología genética, realiza el análisis de la experiencia de delirio de Strindberg empezadas en cuestiones egológicas y corporales. Para Jaspers, el mundo pre-mórbido de Strindberg se diferenciaba de su mundo delirante posterior. Ya Binswanger identificaba primariamente el prenuncio de lo que iba a ser el delirio de Strindberg. Son caminos distintos que, además de la distinción, reflejen marcas de la utilización inicial de una lente fenomenológica por Jaspers que se efectiva posteriormente por medio de la Psicopatología Fenomenológica, como el propio Binswanger.

Palabras-clave: Strindberg; Jaspers; patografía; Binswanger; análisis fenomenológico.

Introdução

Famoso escritor sueco, August Strindberg (1849-1912) deixou como legado dezenas de obras literárias, algumas de cunho autobiográfico, romances, cartas, jornais íntimos, poemas e diversos artigos. Além de seus escritos, a marca de um ser desconcertante e reconhecido como incompreensível também estava presente, gerando reações ambíguas. Alguns o consideravam um gênio, outros um doente mental. Havia uma forte imbricação entre sua vida e sua obra, o que gerou grande interesse de estudiosos da psicopatologia no que tange principalmente à relação entre a psicose e a criação estética (Tatossian & Joseph, 1995). Como afirma Minkowski (1954/2002), a história de Strindberg apresenta dois grandes enigmas: a criação e a loucura; ainda que não se parta da prerrogativa de que uma seria a causadora da outra.

Lou Andreas-Salome (1916) e Jean Baechler (1931) apresentaram algumas análises do caso Strindberg sob a ótica da psicanálise, mas foi Karl Jaspers quem inaugurou a história psiquiátrica desse caso, seguido por outros autores como Sven Hedenberg (1961), Ludwig Binswanger (1965), Hubertus Tellenbach (1968) e Gaetano Benedetti (1975) que se centraram sobre ele e apontaram diferentes perspectivas. Inicialmente, esse caso foi publicado por Jaspers em seu livro *Strindberg et Van Gogh: essai d'une analyse pathographique avec analyse comparative de Swedenborg et Hölderlin* (1922), 43 anos antes da análise fenomenológica apresentada por Binswanger em seu último livro, *Délire* (1965/2010), ao expor uma análise fenomenológica transcendental sobre o delírio a partir das obras autobio-

gráficas de Strindberg: *Inferno* (1897) e *Légendes* (1898). Tanto Jaspers quanto Binwanger se apoiam estritamente nos escritos do próprio Strindberg e alguns relatos de comentadores, o que engendra uma riqueza enorme nas produções desses autores acerca desse caso que aqui discutiremos.

Por viver em sua esquizofrenia e, em seguida, descrevê-la em sua obra (Minkowski, 1954/2002), Strindberg fornece um raro retrato da doença mental. Este artigo tem como objetivo revisitar a patografia de Strindberg apresentada por Jaspers e a análise fenomenológica realizada por Binswanger, apresentando suas principais características e como esse caso historicamente ilustra as diferentes concepções psicopatológicas desses autores nos diferentes momentos de suas obras.

Breve biografia de August Strindberg

Com uma infância marcada pela pobreza e fome, Strindberg teve um pai taciturno e severo, relação ainda mais significativa após a morte da mãe quando ele tinha treze anos e o casamento do pai com a antiga governanta. Era considerado uma criança hipersensível ao ambiente e psicorrígida, sempre tomada por um sentimento de injustiça e medo (Jaspers, 1922/1953; Risbec, 2013; Tatossian & Joseph, 1995).

Desde jovem, apresentou características tipicamente paranoicas como orgulho, desconfiança, falsidade de julgamento e inadaptação social (Risbec, 2013). Antes de iniciar a carreira de escritor, Strindberg teve tentativas malsucedidas em outras áreas como nos estudos de medicina, em trabalhos como telegrafista e jornalista. Acreditava ter uma vocação para ator, mas, tímido, não obteve sucesso. Após uma tentativa de suicídio, atribuída a uma infidelidade feminina, se tornou autor dramático, obtendo grande sucesso (Tatossian & Joseph, 1995).

Casou-se a primeira vez em 1877 com Siri von Essen, união que gerou três filhos. Após alguns anos felizes, marcados pelo sucesso do romance *Le cabinet rouge* (1879), a vida de casal começou a ficar difícil, com dificuldades financeiras e profissionais. Strindberg deu início a um período de floração delirante que durou cerca de doze anos. O delírio de ciúme culmina com a separação em 1889 (Risbec, 2013; Tatossian & Joseph, 1995).

Conheceu sua segunda esposa em Berlim, Frida Uhl, e se casaram em 1893. Apesar de terem tido uma filha, a convivência, nesse momento em Paris, foi catastrófica. A separação aconteceu em 1894 e até 1897, ano do divórcio e período de sucesso com seus dramas naturalistas, Strindberg manteve a esperança de uma reconciliação. Um ponto de destaque é que a temática delirante possuía

outros focos, não existindo nenhum delírio de ciúme em relação a Frida. Strindberg apresentava quatro focos diferentes na apresentação do delírio: um delírio de perseguição, um delírio idealista, ligado a grandes reformas sociais que vislumbrava, um delírio místico e um delírio científico, relatado no famoso livro *Inferno*. As experiências psicóticas de Strindberg, descritas em suas obras autobiográficas, ocorreram justamente entre 1894 e 1896. Havia, segundo Tatossian e Joseph (1995), um esquema constante: agitação ansiosa, ideias de perseguição, desejos suicidas, ruptura com o entorno, fuga de hotel em hotel ou mesmo de cidade em cidade, comportando ainda alucinações, principalmente corporais (Risbec, 2013; Tatossian & Joseph, 1995).

A partir de 1897 os delírios diminuem, apesar de não desaparecerem completamente. Strindberg passa por uma excepcional fecundidade dramática, com narrativas de suas crises, e também se casa com Harriet Boss em 1901. Tiveram uma filha em 1902 e no ano seguinte se separaram. Apesar disso, mantiveram por um período relações físicas e telepáticas, pois acreditava que ela manifestava desejos eróticos por telepatia. Com o anúncio do novo casamento de Harriet em 1908, algum tempo após os encontros terem cessado, as ilusões e imaginações telepáticas de Strindberg duplicaram (Risbec, 2013; Tatossian & Joseph, 1995).

Quando Strindberg se deu conta da distância e impossibilidade do contato com Harriet, o delírio se alterou. Os primeiros sintomas de um câncer de estômago começaram a aparecer, juntamente com delírios hipocondríacos. Strindberg morreu em 14 de maio de 1912, aos 63 anos. Apesar da solidão no momento de sua morte, um cortejo de dez mil pessoas o acompanhou até o sepultamento, o que mostra a importância e impactos de suas obras (Risbec, 2013).

Algumas obras de Strindberg como *La Chambre rouge* (1879), *Mademoiselle Julie* (1888), *Inferno* (1897), *La Danse de mort* (1900-1901), *La Sonate des spectres* (1907) e *Le Bouc émissaire* (1907) se tornaram bastante conhecidas e representam a genialidade de um dos principais escritores do século XIX. Sua história está atravessada e entrelaçada com essas outras histórias, eclodindo crises e, em alguns momentos, possibilitando sair delas.

A patografia de Jaspers

Filósofo e psiquiatra alemão, Karl Jaspers (1883-1969) contribuiu significativamente para o desenvolvimento da psicopatologia geral e da psicopatologia fenomenológica, tendo sido o primeiro a utilizar a fenomenologia como método

em psicopatologia (Charbonneau, 2010). Sua principal obra *Psicopatologia geral* (1913) está entre as principais obras da história da psicopatologia e da psiquiatria.

Apesar da preocupação em sistematizar o conhecimento da psicopatologia, Jaspers, paralelamente, teve como foco de trabalho a patografia de diferentes personalidades como Rousseau, Kant, Fechner, Van Gogh e Strindberg. Tais trabalhos eram movidos pela grande preocupação descritiva que Jaspers possuía desde 1912 (Cabestan & Gens, 2013) e que marca sua construção teórica.

Segundo Tatossian e Joseph (1995), Strindberg interessava a Jaspers por se tratar de um exemplo clássico da distinção que ele faz no *Psicopatologia Geral* entre o processo psicótico, que seria por excelência inacessível a uma compreensão psicológica, e o desenvolvimento da personalidade de forma processual. O próprio Binswanger, que posteriormente impõe outra lógica ao discurso acerca de Strindberg, reconhece que a obra de Jaspers “não é somente a melhor patografia que nós possuímos, mas é ainda uma etapa na psicopatologia fenomenológica da esquizofrenia” (Binswanger, 1965/2010, p. 112).

Jaspers (1922/1953, p. 37) afirma categoricamente que “Strindberg era louco”, o que, em sua concepção, influenciava de forma decisiva na concepção de mundo e nos conteúdos dos livros do escritor. Tendo a sua própria experiência como fonte, Strindberg oferece um quadro extraordinário de sua psicose ao expor toda sua vida e Jaspers busca fazer uma análise que se distancie de um julgamento do homem e do escritor. Incorpora um movimento de tentar compreender aquilo que se mostra incompreensível no processo de adoecimento de Strindberg. Tenta estabelecer um limite entre a saúde e a doença, o que se configura como uma tarefa difícil pelo fato de esse limite desaparecer na passagem gradativa em que acontece de um estado a outro. Segundo Jaspers (1922/1953, p. 55), “Strindberg via as coisas exatamente. Ele não estava mentalmente atingido e ele mesmo metia o dedo sobre certas diferenças características entre a loucura e seu estado”.

Strindberg apresentava fases de instabilidade desde muito jovem, ainda que, para Jaspers, seja difícil distinguir se tal instabilidade provinha de um estado endógeno definido ou se era resultado de excitações exteriores. Este aponta algumas características de Strindberg: amor próprio imoderadamente sensível, imensa reação a toda pressão exterior e uma personalidade instável que demonstrava uma inconstância de caráter. Strindberg não conseguia encontrar uma forma harmoniosa de existência, o que excedia a uma ambivalência de caráter comum a todos os homens (Jaspers, 1922/1953).

O fato de Strindberg ter sido casado três vezes se constitui em um ponto importante ligado a seu delírio de ciúme. Apesar de cenas de ciúme aparecerem antes na história de Strindberg, Jaspers (1922/1953) ressalta esta marca, para mui-

tos justificável diante da infidelidade no primeiro casamento, mais precisamente entre 1886 e 1888. Foi Strindberg quem pediu o divórcio e o delírio de ciúme apareceu nesse momento como um sintoma principal, ainda que razoavelmente condizente com o seu vivido. Questionamentos acerca da paternidade surgiram e Strindberg buscava indícios, ultrapassando a medida do saudável e querendo a todo o momento se assegurar da exatidão de sua presunção. Há uma mudança de discurso presente, inclusive, em seus livros. Jaspers (1922/1953) assinala que, em 1888, a experiência delirante aparece em toda sua amplitude, mas que não é possível datar o momento do início de um estado mórbido.

Jaspers (1922/1953) buscava elementos que pudessem demarcar o início da doença de Strindberg, pois considerava um elemento patográfico importante. O fenômeno mais antigo e provável do surgimento de um processo esquizofrênico foi descrito por Strindberg no livro *Plaidoyer d'un fou* (1888) como um episódio de um envenenamento no ano de 1882. Trata-se de um pequeno surto. Em 1886 e 1887 se manifesta aquilo que Jaspers considera como o primeiro forte surto, seguido pela tormenta da incerteza que o atravessava e produzia violentas crises somáticas. Strindberg (1895/2013, p. 8) afirma em um trecho no início do livro: “Como eu desejava ardentemente que fosse a morte! Pouco a pouco, a vontade de viver se esvai em mim. Eu parei de experimentar, de sentir, de pensar. Eu perdi a consciência”. Durante a fase primária do processo de adoecimento de Strindberg, Jaspers (1922/1953, p. 72) considera difícil distinguir aquilo que seria normal ou não: “Ciúme compreensível e natural ou delírio esquizofrênico de ciúme, desconfiança legítima ou mania de perseguição se misturam e se confundem”. O tempo aparece aqui como elemento importante de uma lenta transição no caso de Strindberg. Para o autor, alguém não se torna louco de um dia para outro ou mesmo um indivíduo não pode ser tão simplificado para ser considerado completamente louco ou são.

Jaspers busca esboçar todos os traços de uma verdadeira patografia, entre eles perseguição e fuga eram importantes. Strindberg acreditava que sua esposa queria sua morte e que teria se “aliado” aos seus amigos para consegui-la. De forma geral, achava que as mulheres o perseguiam em função de seu antifeminismo. Ao sentir-se perseguido, Strindberg fugia, como fez em 1887, apresentando aquilo que para Jaspers era um sintoma incontestável de sua psicose. Nesse período, Strindberg procurou médicos que pudessem atestar que ele não estava louco. Após o surto de 1887, a psicose se manifestava com interrupções ao longo dos anos até 1896, ano em que houve um agravamento (Jaspers, 1922/1953).

Cada vez mais Strindberg se sentia perseguido e qualquer suposição de que ele estava louco o deixava fora de si. Jaspers (1922/1953) ressalta uma mistura

inextricável entre as reações compreensíveis que ele tinha diante de circunstâncias e aquelas inexplicáveis que pareciam fazer parte de um processo mórbido. Percebe a possibilidade de associar o processo de adoecimento de Strindberg a suas experiências vividas, mas também encontra elementos que fogem a uma explicação psicológica como parte de um amplo e processo mórbido de adoecimento.

Durante o segundo casamento, Strindberg não sentia ciúme, mas achava que a esposa queria dominá-lo, o que potencializava sua mania de perseguição. Após pouco tempo de felicidade, Strindberg entendia que cada um havia perdido sua individualidade e que Frida Uhl havia mudado bastante. Com a distância no casamento, Strindberg exaltava ainda mais a ciência e acreditava que corria grande perigo. Em um curto período na casa dos sogros, Strindberg se sentiu cada vez mais sequestrado e monitorado, pensando estar em quarentena. Temia perder a razão e acreditava que toda a cidade emanava um fluido de loucura. Inicialmente, mantinha uma posição defensiva, mas aos poucos passou a acreditar que deveria se vingar, exterminando seus inimigos (Jaspers, 1922/1953).

Risbec (2013) critica Jaspers por não levar em consideração um episódio delirante inicial descrito no livro *Mariés!* e por ignorar o delírio telepático e as interpretações hipocondríacas presentes na última parte de sua vida na Suécia. Por outro lado, o autor reconhece as diferenças existentes de acesso e discussão no início do século e nos tempos atuais, concordando com a assunção de Jaspers acerca das diferentes temáticas delirantes, ponto central na patografia realizada pelo autor.

Jaspers (1922/1953) divide a progressão do adoecimento de Strindberg em três tipos, ainda que aponte momentos de felicidade ao longo de sua vida: 1) os surtos: agravações da psicose que alteram de forma definitiva a personalidade, mesmo com o desaparecimento do sintoma; 2) as fases: as modificações do estado do doente, sem alterar posteriormente a personalidade e momentos de mudança de vida e 3) os estados reativos: circunstâncias exteriores que atravessam o sujeito. Ainda que teoricamente bem definidas, essas fases podem se confundir.

Após a separação em 1894, o quadro de Strindberg piora novamente, entrando a fundo em suas experiências científicas. Sente-se cada vez mais distante das pessoas e quanto “mais Strindberg se isola, mais frequente é a impressão que *alguma coisa inexplicável, que algo de desconhecido está lá*” (Jaspers, 1922/1953, p. 95, itálicos do texto). Strindberg tem medo do desconhecido, algo que não consegue explicar e que se acentua até chegar ao ponto culminante de sua psicose.

O antigo delírio de perseguição reaparece, mas agora de forma mais violenta. Ele acreditava que havia uma trama contra ele, ameaçando-o permanentemente. Havia uma tensão interior que o inquietava progressivamente, como afirma no

livro *Inferno*: “O calor feroz de Julho paira sobre a cidade; a vida é intolerável, e tudo é fétido. Espero uma catástrofe” (Strindberg, 1896/2001, p. 111).

Para acessar o mundo de Strindberg, Jaspers (1922/1953) enumera de forma metódica os fenômenos que considera elementares, ainda que Strindberg não tenha deixado uma descrição do essencial dos fenômenos esquizofrênicos, restringindo-se muito mais aos conteúdos da consciência dos objetos e a forma adotada. Para Jaspers (1922/1953), Strindberg experimenta aquilo que nomeia como fenômenos esquizofrênicos como experiências reais e de forma imediata.

O primeiro fenômeno descrito por Jaspers (1922/1953) são as falsas percepções sensoriais ligadas ao toque, ao gosto e odor, à visão e à audição. Strindberg, por exemplo, acreditava que o ar estava envenenado, via formas monstruosas nas nuvens e escutava ruídos sem explicação. O segundo fenômeno trata do que Jaspers (1922/1953, p. 106) nomeia como presenças abstratas de natureza corpórea, nome atribuído a um “sentimento de uma presença física que não é registrada por nenhum órgão sensorial”. Strindberg afirmava sentir a presença de alguém desconhecido, ainda que sensorialmente não houvesse registro. Dizia estar convencido de que alguém estava em seu quarto, o que lhe causava pavor, febre e o fazia suar frio.

O terceiro fenômeno Jaspers (1922/1953) descreve como experiências delirantes primárias ligadas a uma evidência imediata em que o sujeito estabelece uma relação particular e que compreende que ela está dirigida especialmente a ele. Strindberg se sentia ameaçado, embora não soubesse por quem, e ainda se dizia extremamente azarado. Por último, Jaspers (1922/1953) relata o que chama de experiências gerais apresentadas de forma isolada e sem conexão, como relatos de angústia, medo e supostas experiências alucinatórias ocorridas de forma espaçada.

O desenvolvimento do delírio de perseguição recebe bastante destaque para Jaspers (1922/1953). Strindberg foi rompendo as relações com os amigos e quase todo mundo passou a ser suspeito de um suposto complô contra ele. O Invisível o perseguia em um delírio que se agravava, manifestado principalmente no ano de 1896.

Para Jaspers (1922/1953), Strindberg permanecia sempre consciente e orientado. No entanto, quando se trata da consciência do seu próprio estado como parâmetro significativo de um processo esquizofrênico, Strindberg não consegue atingir uma consciência completa de seu estado, embora, de forma bastante interessante, sempre se interrogue sobre um possível adoecimento ou mesmo sobre a origem de tudo que sentia. Ele parece, como compreende Jaspers, assumir uma atitude sã diante de fenômenos anormais como, por exemplo, nos delírios de perseguição.

A doença de Strindberg se estendeu por vinte anos de sua vida de forma conhecida e definida, nomeada por Jaspers como esquizofrenia, parafrenia ou mesmo paranoia, o que dizia não importar diante dos fenômenos psicologicamente incompreensíveis, heterogêneos e empiricamente interdependentes. Todo o processo começa após 1880 e é marcado por dois grandes surtos em 1887 e 1896. Para Jaspers (1922/1953), de forma geral se acredita que uma grande inteligência, como a de Strindberg, poderia dominar os transtornos ou pelo menos tornar as falsas percepções e ideias delirantes inofensivas e insignificantes. No entanto, Jaspers acredita que seja o contrário que se produza. A inteligência estaria a serviço do delírio, atravessando, junto com a doença, a existência do indivíduo. Para ele, sempre existirá algo inacessível e incompreensível nos fenômenos esquizofrênicos, o que gera na linguagem comum uma associação com a loucura.

Essa discussão remete à relação que se estabelece entre Strindberg, com sua genialidade e posturas que assume ao longo de sua vida, e seu processo de adoecimento em diferentes momentos. Para Jaspers (1922/1953) a psicose transforma sua concepção de mundo. O enorme conteúdo de experiências mórbidas serviu para Strindberg aperfeiçoar suas representações metafísicas, religiosas ou míticas. Ainda que em alguns momentos se aponte para uma fragmentação da personalidade, Strindberg mantém comportamentos parecidos que eram regidos por sua natureza cética renovada pela psicose, mas sem acrescentar algo novo.

A análise fenomenológica de Binswanger

Binswanger (1881-1966) é considerado o “pai da psicopatologia fenomenológica” (Van den Berg, 1966; Holanda, 2011; Moreira, 2012) e seu pensamento fenomenológico se divide em três fases ao se inspirar em dois grandes filósofos: Husserl e Heidegger. Ele não foi influenciado exclusivamente por Heidegger e o conceito de *Dasein*, mas também por Husserl, em quem ele se inspira para embasar a germinação da antropologia fenomenológica a partir do conceito de intencionalidade, além de ter sido alicerce para finalizar suas obras em seu retorno à fenomenologia genética de Husserl (Pita & Moreira, 2013; Tatossian, 1979/2006).

A psicopatologia fenomenológica de Ludwig Binswanger nos encaminha para uma compreensão do psicótico a partir de sua constante relação com o mundo, entendendo que este se encontra paralisado em um determinado modo de existência. Strindberg foi estudado por Binswanger no seu último livro, *Délire* (1965). No início de *Inferno*, Strindberg (1896/2001, p. 18) descreve o período de tortura que viveu em Paris e faz a seguinte constatação: “Na minha própria

mente me sinto inocente e me considero objeto de uma perseguição injusta. As forças desconhecidas me impediram de continuar minha grande obra; os obstáculos deveriam ser quebrados antes de poder levar a coroa de vencedor”. Por esse motivo, de acordo com Binswanger (1965/2010, p. 117), Strindberg, ao se sentir inocente, solicita um combate com este “Desconhecido” para destruí-lo com toda sua força.

Este Invisível ou Desconhecido conduzia a lógica dos acontecimentos para Strindberg sem se opor à lógica dos eventos, mas dirigindo-os. Em outro trecho do livro *Inferno*, Strindberg (1896/2001, p. 20) faz alusão a este Invisível: “pedindo misericórdia por intermédio de uma mulher, eu começo a pressentir que existe uma mão invisível que dirige a lógica intransponível dos eventos. Eu me dobro à tempestade, decidido a me reerguer novamente na primeira ocasião”. Além de Strindberg sentir um enorme medo desse “Desconhecido”, a mulher representava o pecado e sempre o perturbava. O período de sua “crise do inferno” (Binswanger, 1965/2010, p. 113) se manifestou em seu segundo casamento, entre 1893 e 1895. Em busca de respostas, ele se questiona se deveria se afastar do mundo e das pessoas, pois por ter medo desse “Desconhecido” (Binswanger, 1965/2010, p. 117), sentia-se como seu servo e, reconhecia que,

Quando eu reflito sobre meu destino, eu reconheço novamente a *mão invisível* que me castiga e me conduz em direção a um fim que eu não adivinho ainda. Ela me dá a glória me recusando as honras do mundo; ele me humilha para me erguer, ela me rebaixa para me exaltar (Strindberg, 1896/2001, p. 30).

Binswanger (1965/2010, p. 119) reconheceu aí uma “dialética delirante”, complementando que Strindberg se encontra em uma superstição ou crença nesse Desconhecido. Ao falar dessa força, Strindberg a reconhecia como uma “pessoa individual” (Binswanger, 1965/2010, p. 122). Strindberg (1896/2001, p. 112) afirma ainda que “o desconhecido não fala nunca; ele parece se ocupar em escrever atrás do muro que nos separa. Entretanto, é estranho...”. Binswanger (1965/2010) identificou dois aspectos eidéticos diferentes no delírio de Strindberg. O primeiro no campo espiritual, como a vontade e a intenção e o segundo era o aspecto mecânico, acrescentando ainda que ambos se encontravam sob o comando desta “força do mal” (Binswanger, 1965/2010, p. 128) e funcionavam como uma pulsão autêntica no *Dasein* de Strindberg.

Strindberg relatava diversas vezes estar sob influência de uma descarga elétrica. Sentindo-se incomodado com alucinações, principalmente corporais, cada

vez mais graves, ele “abandona o campo de batalha” (Binswanger, 1965/2010, p. 129) contra as forças invisíveis e desconhecidas e volta a viver em um inferno repleto de dúvidas e incertezas, esquecendo os demônios e orientando todos seus pensamentos a partir das “intrigas nefastas” (Binswanger, 1965/2010, p. 129) de seus assassinos. Então, ele começa a se preparar para o suicídio por não ter mais dúvidas em relação a sua doença e ao concluir que realmente o inferno existe. Binswanger (1965/2010, p. 131) identifica aí indícios de uma “relativa consciência de sua doença” que demonstram a atenção de Strindberg às correntes elétricas que tanto o atormentavam, já que este reconhecia e apontava seus pecados como uma forma de punição, como causa de um desgosto permanente em sua vida.

Na última fase do pensamento fenomenológico de Binswanger, em seu retorno à fenomenologia husserliana, a análise da experiência delirante de Strindberg foi elaborada a partir de seu “modo de experiência corporal” (Binswanger, 1965/2010, p. 142) e não através de uma interpretação fenomenológica da experiência a partir de suas ideias delirantes. Em Strindberg, o aspecto corporal se encontrava severamente perturbado, sendo identificadas sensações corporais mecânicas e elétricas. Nesse contexto, o modo psicótico de Strindberg entra em cena.

Binswanger (1965/2010, p. 142) identifica que:

o ser humano August Strindberg está de fato inteiramente nas mãos dos (ou de um) *Invisível(is)*, de uma ou de várias forças ou pessoas invisíveis. No lugar de proceder segundo a *percepção (real)* “natural” ou *de coisa* e da *experiência* natural de acordo com a “lógica” dos eventos ou dos fatos, o mundo aqui procede, como o próprio Strindberg testemunha, segundo “alguma coisa completamente diferente”, de “não natural”, segundo a “apreensão” de intenções, de orientações, de socorros, de comandos e de interdições, no sentido de cautela, de sanções, de tormentos, de educação, etc.

Binswanger (1965/2010, p. 142) encontra indícios de que “se trata de uma multidão de alter egos” sem sentido no ego próprio. O sistema de sinais estava no centro do delírio de Strindberg, além de ser o “centro de oposição à experiência natural” (Binswanger, 1965/2010, p. 144). Ao entrar neste aspecto da análise dessa experiência delirante, Binswanger lançou mão do conceito husserliano de intencionalidade de horizonte, destacando a presença das ideias husserlianas em sua última fase fenomenológica. Portanto, o objetivo ao realizar essa análise fenomenológica é identificar e compreender onde se encontra o “defeito” (Binswan-

ger, 1965/2010, p. 149) em Strindberg, destacando a corporeidade como principal aspecto. A tarefa da fenomenologia é construir e apontar a constituição deste delírio. Com isso, Binswanger (1965/2010) reconhece não ser possível alcançar essa compreensão fenomenológica em Strindberg apenas a partir de um aspecto específico da vida dele, ou seja, do aspecto religioso, pois entende que esse aspecto não consegue responder à complexidade de sua existência delirante.

O interesse de Binswanger (1965/2010, p. 157) aumenta após Strindberg afirmar que sua consciência “sai de suas dobradiças”, o que leva Binswanger a identificar sua aniquilação através dessa confusão e tormento. Binswanger (1965/2010, p. 161) reconhece que “nossa tarefa, todavia, consiste em traduzir na linguagem da fenomenologia as palavras e os conceitos do profano”. Binswanger (1965/2010) se remete àquilo que Husserl chama de sistemas constitutivos como a base na qual o ego se edifica, o que dá condições para que se experimente o mundo de uma determinada forma.

O delírio de Strindberg se edifica sobre a “lógica do destino” (Binswanger (1965/2010, p. 162) e o sistema constitutivo do ego representa o papel principal, levando, então, a uma compreensão egológica da constituição de seu mundo delirante. A constituição do eu-sou e a constituição do pertencer-a-mim se ligam ao sistema constitutivo dos outros e do mundo. Aqui encontramos um sistema monótono, renunciando à experiência, e a substituição pela inspiração oriunda do Invisível e do Desconhecido. A inspiração vinda do Desconhecido dirige o mundo de Strindberg, punindo-o e o deixando em suas mãos. Estamos falando, então, de um “desabamento total” (Binswanger, 1965/2010, p. 165) dessa existência.

Segundo Binswanger (1965/2010, p. 165),

No que se refere agora à ilegibilidade do texto delirante em August Strindberg, não se deve apenas ao fato de que a experiência delirante como tal, como toda experiência delirante, não apresenta *nenhuma ligação entre todos os seus momentos em uma rede contínua de reenvios* e particularmente no sentido da *concordância* e da *confirmação*, como é o caso na experiência natural no sentido da intencionalidade do horizonte de evidência e da consciência íntima do tempo, mas ao fato de que não existe nenhum reenvio, nenhum horizonte de intencionalidade e nenhuma evidência (no sentido de Husserl), mas, sobretudo, das ações “ligadas ao destino”, de um ou vários seres estranhos ao eu, totalmente arbitrários, desprovidos de caráter temporal; tudo isso indica que nós não nos encontramos mais no terreno de uma lógica normal da vida e da ciência, mas no de uma *lógica delirante do destino*.

Identificamos um eu vazio de conteúdos em Strindberg, dando abertura a uma desordem evidente do sistema constitutivo do eu e de sua corporeidade. Assim, o ego não é ego jamais sem o “corpo próprio” (Binswanger, 1965/2010, p. 167). A desordem do ego transcendental apresenta-se, conforme o autor, como desordem do ego puro. Não se localiza um sistema de fenômenos do mundo comum em Strindberg, ou seja, não encontramos nenhum sistema de experiências comuns nem indícios de temporalização.

Assim, de acordo com Binswanger (1965/2010, p. 167),

Ele renuncia, por assim dizer, voluntariamente à experiência e substitui o *arbitrário*, inteiramente fora do sistema e intemporal, *inspirações e influências*, em uma palavra, a lógica do destino. Ele se libera através disso das relações constitutivas essenciais e, antes de tudo, também das “ligações eidéticas” (cf. p. 53) como fenômenos de toda cientificidade.

Binswanger (1965/2010) reconhece a ausência da constituição do mundo dos outros, ou seja, das leis mundanas em Strindberg. Entende-se que a constituição dessas leis não é possível para ele, pois a interpretação do mundo não está disponível, ou seja, “o alter ego não pode encontrar sentido e confirmação a partir do ego próprio” (Binswanger, 1965/2010, p. 167). Assim, as abstrações de Strindberg se construíam a partir de falsas interpretações apresentativas. Um exemplo disso é quando Strindberg interpretou as atitudes de sua filha de pouco mais de dois anos como atitudes de uma adulta ciumenta.

Diante disso, Binswanger (1965/2010, p. 168) entende se tratar de apresentações fundantes,

Mas no que se refere à interpretação a partir do que me é próprio e à descoberta de sentido e de confirmação a partir do ego próprio, os dois só podem ser fadados ao fracasso, no qual não existe fronteira no campo psíquico como no campo corporal entre o que me é próprio e o que não é, pois o sistema de pertencer-a-mim e de pertencer-ao-outro e da propriedade do eu-sou não é de modo algum um sistema, mas um conglomerado de pertencer-a-mim e de pertencer-ao-outro.

Binswanger (1965/2010) se questiona de que forma Strindberg, com esse conglomerado, conseguiria acessar o mundo dos outros e fazer com que eles encontrassem um acesso e uma confirmação de seu mundo. Como apresentado até o momento, Binswanger não reconhecia a localização da base do delírio de

relação em Strindberg na constituição do ego próprio, no sentido da constituição transcendental do ego nem no sentido psicológico, pois “o mundo objetivo que me é próprio pode apenas adquirir um valor universal sobre o fundamento do entendimento universal, ou seja, sobre o fundamento da intersubjetividade” (Binswanger, 1965/2010, p. 169).

Conclusão

Por relatar sua experiência enquanto esquizofrênico, Strindberg reproduziu uma imagem rara sobre a doença mental diante de uma riqueza de detalhes escritos em seus livros autobiográficos. Há de se considerar o limite da ausência de contato clínico, elemento bastante valorizado tanto por Jaspers quanto por Binswanger. Apesar disso, ambos asseveram discussões densas, assentadas pela fenomenologia, que visavam se aproximar do mundo vivido de Strindberg.

Jaspers mantém uma lógica descritiva, marca recorrente da fenomenologia, ainda que ela não se restrinja apenas a isso. Esse ponto merece destaque na medida em que Jaspers recusa uma via interpretativa e reconhece a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de uma compreensão psicológica do campo da psicose. Trata-se de uma descrição rica e cheia de detalhes, mas que acaba também por deixar de lado questionamentos relevantes da própria constituição do processo de adoecimento de Strindberg.

Já Binswanger, ao retomar a fenomenologia genética de Husserl, analisou a experiência delirante de Strindberg a partir de sua experiência corporal, não se encontrando preso a uma interpretação fenomenológica da experiência exclusivamente centrada em suas ideias delirantes. O objetivo de Binswanger, ao realizar essa análise fenomenológica, era compreender a falha dessa experiência, destacando a corporeidade como principal aspecto. Em suma, a tarefa da análise fenomenológica para Binswanger era construir e apontar a constituição da experiência delirante em Strindberg.

A discussão desse caso feita por Jaspers e Binswanger permite um retrato fiel tanto da experiência vivida por Strindberg quanto da lente utilizada por esses dois grandes psiquiatras para empreender tal discussão. Ambos tomam como referência a fenomenologia, mas de diferentes formas. Jaspers de forma ainda iniciante e puramente descritiva e Binswanger seguindo um movimento de buscar a constituição da experiência delirante de Strindberg sob um referencial epistemológico husserliano.

Referências

- Binswanger, L. (2010). *Délire*. Grenoble: Jérôme Millon. (Trabalho original publicado em 1965)
- Cabestan, P., & Gens, J-C. (2013). Préface. In P. Cabestan et J-C. Gens (Orgs.). *La Psychopathologie générale de Karl Jaspers 1913-2013* (p. 07-09). Paris: Le Cercle Herméneutique Éditeur.
- Charbonneau, G. (2010). *Introduction à la psychopathologie phénoménologique*. Tome I. Paris: MJWF édition.
- Holanda, A. F. (2011). Gênese e histórico da psicopatologia fenomenológica. In Angerami-Camon, V. (Org.). *Psicoterapia e brasilidade* (p. 57-82). São Paulo: Cortez Editora.
- Jaspers, K. (1953). *Strindberg et Van Gogh, Swedenborg-Hölderlin*. Paris: Les Éditions de Minuit. (Trabalho original publicado em 1922)
- Minkowski, E. (2002). Problèmes pathographiques. À propos de la récente traduction française de l'ouvrage de Karl Jaspers: Strindberg et Van Gogh, Hölderlin et Svendenborg. In E. Minkowski, *Écrits Cliniques* (p. 185-200). Ramonville Saint-Agnes: Érès. (Trabalho original publicado em 1954)
- Moreira, V. (2012). A contribuição de Jaspers, Binswanger, Boss e Tatossian para a psicopatologia fenomenológica. In A. Tatossian & V. Moreira. *Clínica do Lebenswelt: psicoterapia e psicopatologia fenomenológica* (p. 263-276). São Paulo: Escuta.
- Pita, J., & Moreira, V. (2013). As fases do pensamento fenomenológico de Ludwig Binswanger. *Psicologia em Estudo*, 18(4), 679-687.
- Risbec, G. (2013). La pathographie d'August Strindberg par Jaspers revisitée par Tellenbach et Binswanger. In P. Cabestan et J-C. Gens (Orgs.), *La Psychopathologie générale de Karl Jaspers 1913-2013* (p. 69-86). Paris: Le Cercle Herméneutique Éditeur.
- Strindberg, S. (2013). *Le Plaidoyer d'un fou*. Paris: Éditions Sillage. (Trabalho original publicado em 1895)
- Strindberg, A. (2001). *Inferno*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1896)
- Tatossian, A. (2006) *Fenomenologia das psicoses*. São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1979)
- Tatossian, A., & Joseph, A. (1995). August Strindberg et le cas Strindberg. *L'Art du Comprendre*, 3, 84-97.
- Van den Berg, J. H. (1966). *O paciente psiquiátrico: esboço de psicopatologia fenomenológica*. São Paulo: Mestre Jou.

Recebido em 12 de novembro de 2014

Aceito para publicação em 29 de fevereiro de 2016

HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA OU JUDICIALIZAÇÃO DO HUMANO?

HUMANIZATION OF JUSTICE OR JUDICIALIZATION OF THE HUMAN?

¿HUMANIZACIÓN DE LA JUSTICIA O JUDICIALIZACIÓN DEL HUMANO?

*Camilla Felix Barbosa de Oliveira**

*Leila Maria Torraca de Brito***

RESUMO

No cenário atual leis, sentenças e procedimentos jurídicos passam a dar mais ênfase ao que se concebe em termos de valorização dos afetos, da felicidade e dos direitos dos sujeitos. Em nome da garantia desses últimos, edifica-se uma nova forma de operação do sistema de Justiça que, para muitos, seria mais humanizada. Tendo em vista tal conjuntura, o presente artigo traz os resultados de uma pesquisa na qual se analisou três materiais produzidos por instâncias do sistema de Justiça no ano de 2013: a Cartilha do divórcio para os pais; a Cartilha da família – Não à alienação parental; e o roteiro Conte até 10 nas escolas. Por meio deste estudo é possível notar que as cartilhas analisadas, além de promoverem a gestão das emoções, dos relacionamentos e dos comportamentos dos sujeitos, têm produzido a judicialização dos atuais modos de subjetivação e de socialização, bem como a transformação dos sentidos dados às vivências cotidianas. Conclui-se, então, que o movimento de expansão do sistema de Justiça designado como humanização pode, por outro ângulo, ser considerado sob o viés da judicialização.

Palavras-chave: humanização da Justiça; judicialização da vida; políticas de governo.

ABSTRACT

In the current scenario law, legal sentence and procedures are now emphasizing more in terms of valorization of affection, happiness and a person's right. On behalf of these matters, a new profile of procedures is now established

* Centro Universitário do Norte (UniNorte). Manaus, AM, Brasil.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

in a Justice which, for many people, is more humanized. Having such a juncture in mind, this article presents the results of a survey which examined three materials produced by instances of the justice system in 2013: the Booklet of Divorce for Parents; the Family Booklet – No to the Parenting Alienation; and the guide Count to Ten in Schools. Through the study it was possible to notice that the analyzed booklets, not only promote the management of emotions, relationship and the subject's behavior, but also have been producing the judicialization of the current ways of subjectivation and socialization, as well as the transformation of the meaning given to daily life experience. It was possible to conclude that the expansion movement of the Justice system called humanization can, in another point of view, be considered, bias to the judicialization.

Keywords: humanization of Justice; judicialization of life; government politics.

RESUMEN

En el escenario actual leyes, juicios y procedimientos legales están dando más énfasis a lo que se concibe en términos de valoración de los afectos, de la felicidad y de los derechos de los individuos. En nombre de la seguridad de estos últimos, se construye una nueva forma de funcionamiento del sistema de Justicia que, para muchos, sería más humanizada. En vista de tal situación, este artículo presenta los resultados de una investigación y análisis de tres materiales producidos por las instancias del sistema de justicia en 2013: la Cartilla de Divorcio para los padres; la Cartilla de la Familia – No a la parental alienación; y el guión Cuenta Hasta 10 en las Escuelas. A través de este estudio, se puede ver que las cartillas analizadas, además de promover la gestión de las emociones, relaciones y comportamientos de los sujetos, han producido la judicialización de los actuales modos de subjetivación y socialización, así como la transformación de los sentidos dado a las experiencias cotidianas. Llegamos a la conclusión de que el movimiento de expansión del sistema de justicia designado como humanización puede, desde otro ángulo, ser considerado por el sesgo de la judicialización.

Palabras clave: humanización de la Justicia; judicialización de la vida; políticas gubernamentales.

Introdução

No contexto contemporâneo, temas amplos e complexos como violência, educação, afetos, relacionamentos, cuja análise crítica não pode estar apartada do campo social e das relações humanas, são, muitas vezes, mediados e abordados pelo sistema de Justiça de modo pontual, em termos de desvio ou infração do indivíduo. Com base nas legislações sobre as novas formas de “violência nas relações”, como designado por Sousa (2014, p. 19), tudo se torna passível de apelo à intervenção judicial: brigas, crises, falas pejorativas, injúrias, desavenças entre escolares, entre casais, entre familiares e entre colegas de trabalho. Vale ressaltar que o sistema de Justiça não contempla somente o Poder Judiciário, mas também instituições como o Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça, dentre outras abordadas neste trabalho.

Conforme expõem Pastor e Chimanovitch (2004), atualmente os juízes são cada vez mais encarregados de gerir conflitos e relacionamentos, indo além dos textos das leis e analisando os aspectos subjetivos de cada caso, de modo que se consolidaria uma nova forma do sistema de Justiça que, para muitos, seria mais humanizada. Humanização da Justiça ou judicialização do humano? Eis a questão que será esmiuçada neste artigo, uma vez que se tem observado um uso inadequado de expressões positivas para respaldar o alargamento de intervenções desse sistema em diferentes domínios, favorecendo a judicialização dos modos de vida.

Por judicialização, como conceituado por Oliveira e Brito (2013), compreende-se o movimento de regulação normativa e legal do viver, demandando-se do sistema de Justiça a criação de leis, medidas e penas para a gestão dos conflitos e das relações humanas. Ademais, não somente esse campo se expande como seus modos de operação são incorporados ao cotidiano dos sujeitos, levando-os ao exercício da vigilância, da denúncia, do julgamento e da punição de comportamentos considerados perigosos ou desviantes, como assinalado por Brito (2014).

Observa-se, ainda, que a judicialização tem favorecido o declínio de estratégias e formas de resolução dos conflitos cotidianos fora do âmbito jurídico e legal, como o diálogo, a interferência de um terceiro que seja figura de autoridade (pai, amigo, professor), a reflexão, dentre outras possíveis. Concorde-se, por conseguinte, com Rifiotis (2003, p. 4) quando o autor explica que a judicialização apresenta, ao menos, dois movimentos: “de um lado a ampliação do acesso ao sistema judiciário, e por outro, a desvalorização de outras formas de resolução de conflito”.

Nesse cenário, é possível notar uma “ampliação do campo semântico da palavra violência, o que não corresponde, necessariamente, a um aumento das taxas de criminalidade” (Rifiotis, 1998, p. 26). Sousa (2014) destaca que o conceito de violência tem se expandido para o âmbito das relações interpessoais, gerando uma concepção que tem capturado e transformado os modos de ser e de se relacionar com o outro na atualidade. Ao difundir a ideia de que os riscos e ameaças estariam cada vez mais próximos, fortalece-se o apelo por medidas de prevenção, controle e erradicação da violência, legitimando-se as formas de judicialização da vida cotidiana.

Compreende-se, então, que a questão da violência reverbera a lógica punitiva que gere o viver, alimentando o medo que se encontra na base da produção de novas leis, políticas de segurança e medidas tutelares que contemplem os mínimos aspectos da existência. A justificativa e a finalidade divulgadas, como se tem visto, seria tornar o sistema de Justiça mais atento aos afetos, às condutas e aos conflitos relacionais, visando à transformação de uma dita cultura de violência em uma cultura de paz, como assinalado em estudo realizado por Brito (2014).

Opera-se aí uma dicotomia. Por um lado, amplia-se o rol de situações do dia-a-dia e dificuldades existenciais que são judicializadas, transmitindo-se a ideia de que os relacionamentos seriam suspeitos e potencialmente danosos. Por outro, cria-se uma série de medidas no sistema de justiça com fins conciliatórios que visariam à minimização dos conflitos e à maximização de acordos. Em suma, favorece-se a judicialização dos modos de vida e, conseqüentemente, cresce a demanda por regulações judiciais, o que ocasiona uma sobrecarga de processos e conduz à produção de mais mecanismos normativos, ainda que revestidos com ideários humanitários e pacificadores.

Cumprе ressaltar que ditos saberes das ciências humanas, especialmente os da psicologia, são evocados nos dias de hoje para legitimar ações do Estado que intervêm nas relações privadas. Com isso, fortalece-se na pós-modernidade a tendência ao que Théry (2007, p. 157) denomina de “pseudojuridicismo psicossocial”, isto é, esse movimento de judicialização que se ancora em discursos de proteção e valorização da vida. Assim, por exemplo, o sistema de Justiça tem intervindo junto às famílias e às escolas por meio de ações consideradas humanitárias e preventivas, o que tem como efeito a expansão do seu poder normalizador sobre mais aspectos do viver.

Seguindo essa tendência, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deu início à campanha *Conte até 10 nas escolas*, visando à redução da violência e à promoção de uma cultura de paz. Para tanto, contando com apoio

da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Justiça, em 2013 o CNMP desenvolveu um roteiro de aulas para ser distribuído às escolas parceiras e utilizado durante a campanha. Ressalta-se que o material é extremamente detalhado, com orientações para os docentes de como iniciar as aulas, o que perguntar aos alunos, como conduzir determinadas discussões e até a indicação dos exemplos e recursos que deverão ser utilizados.

Ainda em 2013, a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) – em parceria com o CNJ, a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Ministério da Justiça – produziu a *Cartilha do divórcio para pais* (ENAM, 2013), que é utilizada como roteiro nas Oficinas de Parentalidade. Geralmente coordenadas por psicólogos, assistentes sociais e advogados, as oficinas têm como público pais e mães que estejam vivenciando o divórcio. Destarte, uma juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) explica: “a família chega junta e se divide nas oficinas específicas, voltando a se reunir ao final das atividades. Com esse trabalho queremos mostrar que, embora os pais estejam separados, eles devem continuar unidos para resolver os problemas e ajudar os filhos a se desenvolverem emocionalmente saudáveis e felizes” (Moura, 2013, s/p).

Semelhantemente, com vista à proteção dos filhos de pais separados, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) promoveu a publicação da *Cartilha da família – Não à alienação parental* (2013), cuja autoria é de uma Procuradora daquele estado. De acordo com a lei federal nº 12.318/2010, a alienação parental constitui a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente, geralmente promovida por um dos pais, que dificulta a convivência e o relacionamento do filho com o outro genitor. Assim, a cartilha visa alertar para os efeitos danosos atribuídos à alienação parental. Com o formato de história em quadrinhos, o material ilustra o cotidiano de duas famílias e traz como conselheiro um papagaio falante que observa, identifica e soluciona a ocorrência da alienação parental.

Diante do exposto, o presente artigo traz os resultados de uma pesquisa na qual se analisou as referidas cartilhas enquanto políticas do Estado orientadas para prevenção e resolução de problemáticas familiares e relacionais. Uma vez criadas ou executadas por instâncias do sistema de Justiça, questiona-se em que medida esses materiais podem estar contribuindo para o movimento que Rodrigues e Sierra (2011, p. 36) denominam de “judicialização da política”, por meio do qual tais instâncias têm exercido “a função de controle da legalidade, intervindo em questões de políticas públicas que, em geral, ficavam circunscritas à esfera do Poder Executivo” (Rodrigues & Sierra, 2011, p. 31).

Metodologia

A fim de explorar os sentidos e os rumos dessa tendência à denominada humanização do sistema de justiça, empreendeu-se a análise de três materiais produzidos por instituições no ano de 2013: a *Cartilha do divórcio para os pais* (ENAM, 2013); a *Cartilha da família – Não à alienação parental* (TJBA, 2013); e a cartilha *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013).

Para tanto, utilizou-se o método da análise de conteúdo, o qual é definido por Bardin (1979, p. 42) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Dada a extensão dos materiais analisados, optou-se por um recorte que privilegiasse temáticas comuns às três cartilhas.

A partir da realização de leituras minuciosas, foi possível identificar os discursos, ideias e argumentos mais empregados nas cartilhas analisadas. Com base nesse exame, os conteúdos foram agrupados em categorias de acordo com a similaridade dos temas, dentre as quais foram selecionados duas para discussão neste ensaio, explanadas a seguir.

Resultados e discussão

Risco, violência e danos psicológicos

No decorrer da pesquisa e da análise das cartilhas, foi observada uma constante referência a certos discursos psicológicos que são vinculados aos riscos de comportamentos tidos como ameaçadores e prejudiciais ao indivíduo. Para Sousa (2014, p. 4), vive-se na atualidade uma espécie de “superestimação da subjetividade [...], expressa na valorização dos fenômenos mentais e emocionais, ou, ainda, na importância conferida ao bem-estar e à felicidade pessoal”. Com efeito, modifica-se também a forma como os sofrimentos e as dores da existência são percebidos, dando-se ampla ênfase aos traumas e danos psíquicos.

Nesse sentido, as cartilhas apreciadas mencionam, frequentemente, a necessidade de correção das condutas com vistas à prevenção de possíveis traumas ou transtornos e à eliminação de qualquer risco ao desenvolvimento psicológico saudável. Tal discurso pode ser evidenciado na seguinte advertência do papagaio falante da *Cartilha da família – Não à alienação parental*:

Maria, cuidado com o que você diz pra seu filho escutar! Lembre-se que ele é uma criança e que a infância dele não espera a sua briga com José terminar! Quando você fala mal do pai dele ou até mesmo dos avós, causa em seu filho transtornos psicológicos irreversíveis, traumas para o resto da vida! Inclusive, eu nunca ouvi você chamá-lo de Joãozinho! Por quê? Será que você está transferindo a sua raiva contra José para o seu filhinho!? (TJBA, 2013, p. 11).

Em tom similar, a *Cartilha do divórcio para os pais* também alude aos possíveis desajustes psicológicos a que os filhos estão sujeitos caso sejam expostos aos conflitos dos seus pais:

Quando há nível de conflito elevado ou abuso entre os pais, especialmente na presença dos filhos, há grande chance de que eles apresentem alguns desajustes, incluindo níveis mais elevados de depressão, ansiedade e problemas de comportamento (agressividade, mentira, rebeldia, delinquência), e níveis mais baixos de autoestima e desempenho escolar e social (ENAM, 2013, p. 18).

Ao longo do seu conteúdo, esse material evoca a necessidade de proteção da prole contra os ditos efeitos traumatizantes do litígio conjugal por meio da exigência de que os pais, por si só, não somente deem conta de suas próprias angústias, como também promovam o bem-estar dos filhos. Ademais, a cartilha associa a presença dos pais ao desenvolvimento regular da prole e a ausência de um deles aos problemas e às práticas delituosas que emergiriam na juventude. Se, de acordo com a ENAM (2013, p. 79), a convivência com ambos os pais gera “pessoas equilibradas, bem formadas, comunicativas e aptas para o convívio social”, por sua vez o afastamento de um dos genitores, segundo a mesma cartilha, desencadearia diversos problemas como gravidez precoce, envolvimento com drogas, prostituição, violência, suicídio e até mesmo a pobreza e recorrência ao seguro desemprego. Promove-se a ideia de que tais questões estariam relacionadas somente ao âmbito individual e privado, independentemente das esferas econômicas, políticas e sociais.

Nota-se, ainda, que o conteúdo do material sustenta um modelo de família tido como correto e saudável, composto por pai, mãe e filhos:

É certo que há pais solteiros e mães solteiras que são verdadeiros heróis, realizando milagres para educar seus filhos adequadamente, sem contar

com a ajuda de ninguém. Porém, por mais que essas pessoas se esforcem e se dediquem, sempre há algo que falta.

Por que isso acontece? Porque *uma só pessoa não pode agir de acordo com todos os comportamentos necessários para que uma criança se desenvolva de forma saudável* (ENAM, 2013, p. 79; grifos do autor).

Ao se promover essa normatização do mundo familiar, o risco que parece de fato iminente é se de estar duplicando o sofrimento dos pais que, além de frustrados com as expectativas e projetos relacionados ao casamento desfeito, provavelmente também terão que lidar com a dificuldade de executar as ações recomendadas pela cartilha. A ausência dos resultados prometidos e esperados, por sua vez, muito possivelmente será interpretada como incapacidade pessoal, pouco investimento ou necessidade de ajuda mais intensa e especializada.

Aliada à exigência de controle emocional e de reeducação comportamental, as cartilhas também enfatizam a relevância de uma boa e permanente gestão das relações, que precisam ser sempre pacíficas e satisfatórias. Nesse sentido, não somente na família, como nas demais esferas sociais e interpessoais, o conflito deixa de ser algo comum na relação com o outro e adquire o *status* de total negatividade, devendo ser constantemente evitado. No caso da campanha promovida com o *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013), verifica-se claramente a correlação estabelecida entre risco, gestão das relações e prevenção da violência, dada a ideia de que o descontrole emocional tem potencial de gerar situações conflituosas cujos desdobramentos podem ser extremamente danosos:

Dando sequência à aula, o professor deve chamar a atenção da turma para os momentos em que as pessoas são intolerantes umas com as outras ou quando descarregam, em forma de agressão, sobre o colega de classe, professores, familiares ou pessoas desconhecidas, os problemas pelos quais estão passando. [...]

Outro aspecto a ser considerado são as várias questões emocionais, psicológicas e sociais que podem, em tese, desencadear atos violentos. [...] O professor deve [...] levar cada estudante a refletir sobre o seu posicionamento frente a situações de *stress*, na escola ou na vida, nas quais perder a calma pode resultar em um homicídio.

O foco da campanha do CNMP/ENASP é exercitar o pensar antes de cometer qualquer ato de violência: contar até dez, refletir, antes de perder a calma, nas situações do dia-a-dia (CNMP, 2013, p. 48).

Salienta-se o conceito de risco, o qual, segundo Vaz (1999), representa uma advertência constante sobre as consequências dos atos dos sujeitos, o que tem legitimado a invasão do cotidiano pelo Estado e pelas ciências, que passam a ter como função advertir sobre os meios de prevenir e eliminar as ameaças. Ressaltam-se, assim, os riscos que determinadas condutas poderiam representar e que, por mais que pareçam corriqueiras, hoje são consideradas violentas. Com efeito, a ideia de risco também passa a significar prejuízo às emoções e aos direitos subjetivos, além de reforçar a busca por culpados pelas insatisfações da existência, o que tem contribuído para acirrar os conflitos relacionais e expandir a regulação sobre os modos de vida.

Criado um estado exacerbado de medo e ameaças constantes, qualquer relação humana pode ser transformada em risco em potencial, na medida em que vem aumentando o rol de ações concebidas na atualidade como intoleravelmente violentas. Tal é o exemplo do *bullying*, fenômeno que tem se tornado foco privilegiado de intervenções e políticas destinadas ao combate e à prevenção da violência no ambiente escolar. Como é possível observar, o Conselho Nacional do Ministério Público (2013) propõe em sua cartilha que esse assunto seja abordado em sala de aula:

O professor deverá concluir a discussão esclarecendo comportamentos e atitudes que desencadeiam agressões. O que vem antes de um ato de *bullying*? O que fazer para evitá-lo? A quem recorrer, se você for vítima ou agressor? [...] Mostre o sofrimento causado pelo *bullying*, que, muitas vezes, parece apenas brincadeira, mas que pode acabar em homicídio. Reitere que as consequências são graves, inclusive as penais, mas não apenas estas (CNMP, 2013, p. 46).

Para Sousa (2014, p. 13), a ideia de violência tem se expandido “como uma espécie de conceito guarda-chuva, sob o qual é alocada uma diversidade de comportamentos identificados como violência psicológica e/ou física, psicoterror, abuso ou tortura psicológica, dentre outras denominações utilizadas”. Nesse sentido, esse enfoque tem sido dado à alienação parental, sendo recorrente à alusão não só ao seu caráter violento como aos seus efeitos traumatizantes para os filhos, como destacado pela *Cartilha do divórcio para os pais*:

A síndrome de alienação parental é condição capaz de produzir diversas consequências nefastas, tanto em relação ao cônjuge alienado quanto ao próprio alienador, mas certamente seus efeitos mais dramáticos recaem sobre os filhos.

Sem tratamento adequado, pode produzir sequelas capazes de perdurar para o resto da vida, pois implica comportamentos abusivos contra a criança, instaura vínculos patológicos, promove vivências contraditórias da relação entre pai e mãe, cria imagens distorcidas da figura dos dois, gerando olhar destruidor e maligno sobre as relações amorosas em geral (ENAM, 2013, p. 101).

Vale ressaltar que, ao mencionar os supostos danos causados pela alienação parental, a *Cartilha da família* se refere ao *bullying* como uma de suas consequências:

Este comportamento de Maria está causando muito sofrimento e angústia a Joãozinho, que, por ser criança, não tem a capacidade de entender sobre coisas sérias que pertencem aos adultos... E por conta disto, o seu rendimento escolar baixou muito, comprometendo até seu crescimento físico e intelectual... Está se tornando uma criança triste, insegura e medrosa, se isolando dos coleguinhas..., chorando por qualquer coisa..., chegando a sofrer até “bullying” no prédio, onde mora, na rua e na escola... (TJBA, 2013, p. 10).

Sousa (2014) destaca a proximidade entre esses fenômenos, de maneira que já há quem defenda que a alienação parental seria uma forma de *bullying* nas relações familiares. Destarte, independentemente da peculiaridade de cada caso, tais comportamentos vêm sendo enquadrados no rol cada vez mais alargado das violências, sendo inclusive equiparados a outros atos, como se pode observar na seguinte afirmativa da *Cartilha do divórcio para os pais*: “por essas razões, instalar a alienação parental em uma criança é considerado comportamento abusivo pelos estudiosos do tema, da mesma forma que os de natureza sexual ou física” (ENAM, 2013, p. 101).

No que tange à abordagem atual da violência, de acordo com Rifiotis (2008), é comum se estabelecer certa oposição entre vítimas e agressores/acusados, consoante à lógica jurídica. Com isso, os discursos estão cada vez mais focados “nas vítimas e no seu sofrimento, de tal modo que descrevemos/qualificamos atos associados a elas como ‘violentos’, condenando e entendendo-os como antisociais, a partir da imperativa empatia com as ‘vítimas’” (Rifiotis, 2008, p. 226).

Para Vaz (1999), se a figura da vítima tem se tornado a condição subjetiva basilar dos atuais modos de vida, o outro é sempre visto como suspeito, o que justifica sua vigilância e, se necessário, sua punição. Destarte, segundo Vaz (1999, p. 11), “o outro só não é tolerado em seus hábitos de prazer quando nos

põe em risco e, inversamente, somos convidados a ajudar todos aqueles que estão em risco, principalmente quando sua situação deriva da ação de outros, quando são vítimas”. Com efeito, alertam Rodrigues e Sierra (2011), vê-se que as políticas estão cada vez mais orientadas para identificar culpados, combater a violação dos direitos de alguns grupos e proteger as vítimas.

Tal perspectiva, centrada especialmente na atenção às vítimas, pode ser percebida na maneira como o *bullying* é abordado pelo roteiro *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013). Nota-se, ainda, que tem sido recorrente a explicação de que o agressor também teria sido vítima de alguma violência ou que possuía algum transtorno psíquico que desencadearia os atos transgressores. De maneira semelhante, também são dadas justificativas de ordem psíquica para os atos de alienação parental, como se vê na *Cartilha do divórcio para os pais*:

3 – O alienador é um psicopata?

Não necessariamente. O alienador tem um distúrbio emocional que merece ser tratado. O alienador também sofre, mesmo não percebendo que na maioria das vezes é o autor desse sofrimento.

4 – O alienador não ama os filhos?

O amor que o alienador dedica aos filhos é doentio. São pessoas que não conseguem se diferenciar dos filhos, assim como não diferenciam a relação conjugal da parental (ENAM, 2013, p. 102).

Estabelecido o perigo no próprio seio familiar, Sousa e Brito (2011) atentam para o fato de que o Estado é, então, legitimado a agir de maneira similar ao que se considera como alienação parental, na medida em que poderá intervir de modo a afastar a criança de um de seus genitores, identificado como alienador. A fim de evitar que o Estado execute tal “demissão parental”, segundo expressão empregada por Neyrand (2013), justificam-se políticas de controle e de gestão das condutas, visando à prevenção de potenciais danos e violências. Como exemplo, pode-se mencionar a recomendação da *Cartilha do divórcio para os pais* acerca de uma técnica de comunicação que ajudaria a diminuir o conflito com o ex-cônjuge:

A comunicação não violenta – aprenda e use uma técnica de comunicação diferente para evitar ou minimizar os conflitos – Marshall Rosenberg

A Comunicação Não Violenta (CNV) é uma forma de expressar os seus sentimentos assumindo a responsabilidade por eles em vez de culpar a outra pessoa e, ainda, mostrando à outra pessoa, de forma clara, o que ela poderá fazer para tornar a sua vida melhor (ENAM, 2013, p. 94).

Destaca-se, aqui, não só a instrução da forma considerada adequada de se comunicar com outro, mas especialmente o uso da expressão “violenta” para qualificar determinado modo de comunicação. Na listagem do que se define como comunicação violenta, estaria toda expressão de juízo de valor, opinião e exigência, como retratado no exemplo a seguir:

Exemplo 2: O ex-marido chega atrasado à casa da ex-esposa, ao deixar os filhos após as visitas, ou vice-versa.

Em vez de dizer: “Você está sempre atrasado quando vem devolver as crianças. Você é tão irresponsável (julgamento). Se você não as trouxer na hora, não vai mais pegá-las na próxima semana (ameaça)”.

Tente dizer: “São 19 horas. O horário de devolução das crianças é 18 horas (observação). Eu fico preocupada e frustrada quando elas voltam tarde para casa (sentimentos). Eu preciso que elas cheguem no horário para que eu possa ajudá-las a fazer a lição de casa para o dia seguinte (necessidade). Será que na próxima vez você poderia devolvê-las no horário ou me avisar caso haja algum imprevisto? (pedido)” (ENAM, 2013, p. 96).

Por meio desse exemplo, não se pretende analisar a técnica em si, mas problematizar os possíveis desdobramentos de tal discurso que designa o que seria comunicação violenta e não violenta e, logo, a forma inadequada e a adequada de se expressar. Dada a especificidade da situação abordada, é possível presumir que muitos leitores identificarão no outro a modalidade violenta de comunicação, haja vista os afetos mobilizados pelo divórcio e, frequentemente, acirrados pelo litígio conjugal. Caso julguem que a comunicação violenta parte do ex-cônjuge, é provável que os leitores assumam a posição de vítimas e enquanto tais busquem somente acusar e culpar o outro, utilizando como respaldo as informações apresentadas na cartilha.

Evidencia-se, portanto, como as ideias de risco, violência e danos psicológicos estão entranhadas nos relacionamentos, nas formas de subjetivação e de socialização. Estabelecida e naturalizada essa lógica que incita o medo constante, a ameaça da violência e o risco de seus efeitos danosos, retroalimenta-se a demanda por mais mecanismos regulatórios que exacerbam os atuais modos de gestão e controle da vida por parte do Estado, tal como as cartilhas aqui analisadas.

Judicialização das políticas

Rodrigues e Sierra (2011, p. 36) compreendem que o atual movimento de “judicialização da política” estabelece certa associação entre a garantia dos direitos

individuais e o acesso à Justiça, fazendo com que o Judiciário intervenha não só em casos de violação dos direitos como também nas políticas que deveriam garanti-los. Com efeito, segundo as autoras,

a tendência é que o investimento público se volte às políticas de reabilitação das vítimas e de combate à violação de direitos. O resultado é a possibilidade que as políticas se orientem menos no sentido da distribuição do bem-estar social, tornando-se políticas de combate ao mal (Rodrigues & Sierra, 2011, p. 34).

Interessa aqui, por conseguinte, observar a maneira pela qual as cartilhas analisadas podem estar contribuindo para essa disseminação e popularização de métodos, conceitos e práticas outrora restritos ao campo jurídico, alimentando as formas de judicialização da vida. Cumpre também atentar para as campanhas e políticas executadas pelo sistema de Justiça por meio das cartilhas, bem como para os órgãos e agentes mobilizados para a promoção desses materiais em diferentes espaços.

A *Cartilha do divórcio para os pais* (ENAM, 2013) é utilizada como roteiro nas Oficinas de Parentalidade, trabalho que, segundo a recomendação CNJ nº 50/2014, deve se expandir pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais do país. Vale frisar que, de acordo com o artigo 1º do referido documento, as Oficinas de Parentalidade constituem “política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares nos termos dos vídeos e das apresentações disponibilizados no portal da Conciliação do CNJ” (Recomendação CNJ nº 50, 2014, s/p).

Acerca da *Cartilha da família – Não à alienação parental* (TJBA, 2013) salienta-se o fato deste material ter a autoria de uma Procuradora do Estado com o apoio editorial de um Tribunal de Justiça. Nota-se que essa tem sido uma tendência atual de um sistema de Justiça dito mais humanizado: desenvolver materiais, campanhas e políticas que atinjam diferentes espaços, com o intuito de aproximar a população de conceitos e práticas próprios dos que operam o Direito.

No ambiente escolar, destaca-se o trabalho de ação preventiva e de combate à violência desenvolvido por meio do projeto *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013). Desde o lançamento da cartilha, tem-se acompanhado as notícias sobre a implantação da campanha em escolas públicas e privadas de diversos estados do país. Em geral, o projeto tem sido coordenado pelos Ministérios Públicos Estaduais que, além de firmarem a parceria com a rede de ensino público, também se comprometem a prestar o apoio necessário, “inclusive cedendo seus membros para atuação direta junto à comunidade e para capacitação de multiplicadores. Já

as Secretarias de Educação ficam responsáveis pela reprodução do material gráfico e pelo desenvolvimento da sistemática de introdução da campanha nas salas de aula” (Ministério Público do Piauí, 2013, s/p).

Dessa forma, segundo sintetiza uma promotora de Justiça da Bahia e membro auxiliar do CNMP, “a campanha *Conte até 10* reúne promotores, magistrados, delegados de polícia e defensores públicos em todo o país, para, somando-se às escolas, fazer chegar ao público jovem a mensagem de valorização da vida” (CNMP Notícias, 2013, s/p). Fica claro aqui, portanto, que a direção do trabalho é centralizada no Ministério Público, enquanto a escola constitui um veículo de reprodução do guia *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013).

No que tange ao conteúdo do referido material, destaca-se a seguir uma das propostas de atividade extraclasse para ser desenvolvida pela escola em conjunto com o Ministério Público:

A escola pode solicitar ao Ministério Público a visita de um promotor de Justiça/procurador da República ao longo do desenvolvimento anual das atividades escolares. Também há possibilidade, acordada previamente, de a escola organizar uma visita ao Ministério Público ou a uma sessão de julgamento do Tribunal do Júri (CNMP, 2013, p. 15).

A despeito da importância de o currículo escolar contemplar temas relativos ao ordenamento político e administrativo do Estado brasileiro, é necessário atentar para a divulgação de conceitos e práticas que contribuem para a consolidação da atual cultura da judicialização. Tal difusão, vale destacar, não se restringe somente a informar à população sobre funções, procedimentos e modos de operação de determinados órgãos públicos, mas incentiva que cada cidadão se torne um fiscal e, se preciso, um aplicador da lei e da justiça. Contudo, tal fiscalização deve se dar apenas no plano individual e ter como foco privilegiado o outro.

Conforme destacado por Sousa (2014, p. 12), “sob o argumento de proteção aos indivíduos supostamente fragilizados, se multiplicam dispositivos de controle pelo campo social, que contribuem para novas penalidades, bem como para o governo das condutas”. Destarte, é possível falar, em consonância com Bauman (2013, p. 61), em uma nova forma de vigilância exercida ininterruptamente por todos e por cada um com seus “pan-ópticos pessoais”. Trata-se da “vigilância líquida”, alimentada na atualidade pela expansão das ameaças potenciais e, consequentemente, pelas demandas por segurança, o que a torna “muito mais móvel e flexível, infiltrando-se e se espalhando em muitas áreas da vida” (Bauman, 2013, p. 11).

Diante desse quadro, o exercício da cidadania tem sido frequentemente vinculado às formas de controle e vigilância. Porém o foco privilegiado é o indivíduo, deixando-se de lado os órgãos e poderes públicos que possuem responsabilidades para com a sociedade. Por exemplo, apesar do CNJ ter como função principal a fiscalização e o controle do sistema judiciário brasileiro, zelando para que “a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em benefício da sociedade” (Portal CNJ, 2014, s/p), nota-se que suas ações têm favorecido mais as formas de regulação dos indivíduos e dos mínimos aspectos de suas vidas.

Um exemplo desse controle pode ser observado nas oficinas que vêm sendo desenvolvidas não só com pais e mães em processo de divórcio, como também com adolescentes filhos de pais separados. Em um dos tópicos trabalhados nas oficinas, “o que você pode fazer para ajudar seus pais a se sentirem melhor, já que eles também sofrem com o divórcio” (IBDFAM Revista, 2014, p. 7), encontram-se as seguintes recomendações:

Diga a um parente ou amigo próximo o que está acontecendo em casa e peça ajuda quando você estiver:

- sendo utilizado como informante para dizer a um dos pais sobre a vida pessoal do outro;
- ouvindo afirmações negativas de um pai sobre o outro ou sobre outro membro da família;
- sendo usado por um dos pais para entregar o cheque da pensão alimentícia para o outro ou a mensagem de que a pensão está atrasada;
- sendo obrigado a tomar partido ou a escolher apenas um dos pais para continuar amando (IBDFAM Revista, 2014, p. 7).

Faz-se necessário pontuar algumas questões relacionadas a essa orientação. Primeiramente, cumpre ressaltar que os atos listados são suscetíveis de serem tipificados como alienação parental, dada a semelhança com os exemplos apresentados na lei nº 12.218/2010. Assim, ao indicar que os adolescentes busquem ajuda de um terceiro quando perceberem tais comportamentos, incita-se os filhos a denunciarem seus próprios pais. Uma vez que a denúncia partirá dos filhos, tomados como vítimas, o quadro favorecerá a identificação imediata de alienação parental, fazendo com que o dito alienador fique sujeito às medidas previstas na legislação.

Em suma, a recomendação passada nas oficinas como uma forma de ajuda aos pais poderá ser considerada como denúncia de alienação parental e

resultar na punição dos supostos alienadores. Além disso, presume-se que os filhos desconheçam que seu pedido de ajuda, ao adquirir outros sentidos, pode desencadear a inversão da guarda e a suspensão da autoridade parental – como disposto na lei da Alienação parental –, levando ao afastamento de um de seus pais da sua vida.

Ademais, deve-se salientar que, por meio das Oficinas de Parentalidade, os pais também são orientados sobre como proceder e sobre os riscos dos desvios desses padrões de conduta estabelecidos na cartilha, prevalecendo um tom alarmante. Cada genitor deverá se autofiscalizar e fiscalizar as atitudes do outro de acordo com os indícios de alienação parental, que facilmente condizem com as ações cotidianas quando se desconsidera a especificidade da vivência em questão e dos afetos provocados. Diante de qualquer dúvida ou ameaça, recorrer-se-á ao Poder Judiciário para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Justifica-se que, se for necessária a punição de uma das partes, esta se dará em função do fim almejado, que seria a proteção dos direitos dos filhos.

Nesse cenário, concorda-se com Bauman (2013, p. 106) que os indivíduos não só são responsabilizados por problemáticas da esfera social, como também “são nomeados para a função dúbia de se tornar suas próprias autoridades legislativas, executivas e judiciárias”. O guia *Conte até 10 nas escolas* (CNMP, 2013), por exemplo, indica a aplicação da mediação de conflitos no contexto escolar, conforme se pode observar no trecho adiante:

O professor deverá incentivar a turma para a criação de uma equipe para mediação de conflitos. Iniciar explicando os conceitos básicos, sua importância para a resolução de conflitos, dar exemplos de casos que foram solucionados por esse meio. Para aprofundamento do assunto, encontra-se disponível no site www.cnmp.mp.br/conteate10 a “Cartilha de Mediadores. Como montar este projeto na minha escola?”. [...]

Tal prática pode ser instaurada no interior da escola, em especial nos próprios grupos de alunos, a fim de criar responsabilidades e tentar satisfazer as necessidades dos jovens mediante o desenvolvimento de um ambiente solidário, humanista e cooperativo (CNMP, 2013, p. 52).

Em que pesem seus intentos benéficos e humanitários, cumpre ressaltar ao menos dois efeitos relacionados a tal proposta. Primeiramente, por meio dessa recomendação da mediação, a cartilha contribui para normatizar as relações sociais, já que delimita a forma adequada de se resolver os conflitos. Ademais, considera-se que o material pode também estar fomentando a judicialização das vivências

entre os escolares ao transpor para esse ambiente procedimentos e práticas próprias do contexto jurídico, já que a mediação frequentemente é desenvolvida nos espaços dos tribunais como um recurso alternativo para demandas já direcionadas ao Judiciário. Nota-se, ainda, que a proposta apresentada pelo CNMP busca envolver diferentes atores com base no que se considera, atualmente, uma causa nobre: o combate à violência.

Como atividade, após a explicação dos conceitos, propor que seja organizada uma eleição, na escola, para formar uma comissão de mediação de conflitos. Sugere-se que essa comissão seja composta de professores, alunos, funcionários e familiares. O objetivo é analisar os episódios de violência na escola. As atribuições podem ser:

- Ouvir as partes envolvidas.
- Questionar os motivos.
- Pesar a gravidade dos fatos.
- Julgar se o fato é passível de providências legais e, neste caso, tomá-las.
- Alertar as partes sobre seus direitos: de defesa e do devido processo legal.
- Quando possível, mediar o conflito propondo solução na própria escola (CNMP, 2013, p. 53).

Vale ponderar que as atribuições mencionadas na cartilha divergem da proposta da mediação, que tem como finalidade favorecer o diálogo a fim de que os litigantes cheguem a um acordo sem a necessidade da decisão judicial. Portanto, caberia ao facilitador apenas promover essas condições de diálogo e não atuar como um juiz, analisando, alertando, julgando e decidindo pelas partes, tal como é indicado na proposta apresentada no roteiro.

No trecho em tela destaca-se, ainda, o uso de expressões como “partes”, “julgar”, “direitos de defesa” e “processo legal” para se referir a situações vivenciadas no meio escolar que já são classificadas previamente como “episódios de violência” (CNMP, 2013, p. 53). Compreende-se que o emprego dessa terminologia jurídica modifica o sentido que é dado às vivências, afetando os processos de subjetivação e de socialização, conforme enfatizado por Brito:

Entende-se, desse modo, que a chamada “judicialização” é usada em referência a certa forma de se compreender o mundo e seus acontecimentos quando uma lógica jurídica, com sua “linguagem-chave” – como Dezalay e Garth (2000, p. 164) denominam –, importada do Direito, engendra novos modos de existência e permeia a visão sobre as relações sociais. Nesse

âmbito, todos passam a ser convocados a denunciar, alçados ao lugar de detetives e juizes de plantão, com numerosas práticas alternativas sendo propostas para se “fazer justiça” (Brito, 2014, p. 113).

Nesse caso, é possível identificar o aspecto judicializante dos materiais analisados, uma vez que tal fenômeno diz respeito não somente à regulação por parte do Judiciário, como também à incorporação da lógica jurídica na resolução de problemas cotidianos. Na *Cartilha do divórcio* (ENAM, 2013), por exemplo, observa-se que são estimuladas formas de controle e julgamento das condutas, o que supostamente reduziria os conflitos e atenuaria os danos relacionados à experiência do divórcio:

Pague a pensão alimentícia em dia, tendo em vista que:

- A lei exige e seu filho necessita que você lhe pague pensão alimentícia e ainda lhe dê suporte emocional.
- Finanças adequadas são fator importante para o ajustamento de seu filho à reorganização da família.
- Pagar a pensão alimentícia no dia certo manda uma mensagem forte para seu filho de que você está comprometido a tomar conta dele.
- Pesquisas revelam que o pagamento pontual da pensão alimentícia está relacionado ao aproveitamento escolar da criança, a um desenvolvimento saudável e um bem-estar emocional (ENAM, 2013, p. 57).

O material também faz menção à mediação e à conciliação, listando suas vantagens e indicando como ter acesso a esses procedimentos. Nota-se que a ideia transmitida é de que estes recursos, além de mais eficazes e satisfatórios, propiciariam uma maior autonomia aos envolvidos na tomada de decisões que repercutem sobre suas vidas:

Às vezes, os pais que estão se divorciando participam de um procedimento chamado conciliação ou mediação, para que tentem fazer um acordo sobre todas as decisões que eles precisam tomar. O procedimento é liderado por um mediador ou conciliador, que foi especialmente treinado para agir como um facilitador para ajudar as pessoas a resolver os seus conflitos, encontrando a melhor solução. Ele não é como o juiz e não tem poder de decisão. [...]

Na mediação e na conciliação os pais terão mais autonomia para decidir as grandes questões do divórcio deles. Eles terão a chance de conversar pesso-

almente e escolher os caminhos que vão seguir, sem que alguém decida por eles. A rivalidade diminui bastante, e os pais percebem que estão lutando juntos pela melhora do relacionamento da família (ENAM, 2013, p. 111).

Não sendo possível chegar a um acordo via mediação ou conciliação, a *Cartilha do divórcio* (ENAM, 2013) explica como será a ação judicial, ressaltando seu caráter mais demorado e colocando-a em desvantagem quando comparada aos denominados métodos consensuais:

Algumas pessoas que estão se divorciando têm de procurar a justiça, por meio de uma ação judicial, com a ajuda de advogado, para que o juiz de direito tome as decisões por elas, porque elas não conseguiram chegar a um acordo.

A ação judicial pode demorar bastante tempo. Você pode ter de esperar algum tempo para que a audiência seja realizada e para que a decisão seja tomada e, ainda assim, se você ou seu/sua ex não concordar com a decisão do juiz, pode recorrer e o processo vai para o tribunal de justiça, que vai levar mais um bom tempo para decidir.

Daí por que a conciliação e a mediação podem ser bem mais vantajosas para você e sua família (ENAM, 2013, p. 112).

Ao longo do texto fica clara a indicação da mediação como a melhor escolha para resolução dos litígios relacionados ao divórcio. Essa ideia é transmitida com maior ênfase nas Oficinas de Parentalidade, que não só esclarecem os pais “a respeito da importância da mediação para a solução de seus conflitos” (IBDFAM Revista, 2014, p. 6), como também geralmente encaminham os participantes para a mediação após o trabalho realizado nas Oficinas.

É preciso ressaltar que os chamados meios consensuais foram instituídos pelo CNJ, por meio da resolução nº125/2010, como prioridade da Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses. Seguindo essas diretrizes, os Tribunais do país tiveram que criar Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais com seus respectivos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, “responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores” (Resolução CNJ nº125, 2010, s/p). Mais uma vez destaca-se que a realização das Oficinas de Parentalidade é recomendada aos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais e considerada “política pública na resolução e prevenção dos conflitos familiares” (Recomendação CNJ nº50, 2014, s/p).

Acerca dessas resoluções e recomendações expedidas pelo CNJ, cabe um paralelo com a análise de Brito (2014) sobre os chamados documentos *soft law*. Embora a autora tenha usado esse conceito para se referir às resoluções, recomendações, programas e demais textos que aludem às decisões tomadas pelos estados no âmbito internacional, é possível perceber certas semelhanças com os documentos produzidos pelo CNJ. Estes, apesar de serem infralegais, ou seja, de não possuírem força de lei, vêm adquirindo ampla força normativa, dada a posição ocupada por esse Conselho como órgão de controle do Judiciário.

Ainda sobre a resolução CNJ nº125/2010, vale ressaltar que um dos argumentos apresentados é de que a conciliação e a mediação seriam “instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implantados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças” (s/p). Nesse sentido, é difundida a ideia de que a mediação e a conciliação seriam recursos que confeririam maior celeridade à Justiça, além de estimularem a solução pacífica e satisfatória dos conflitos, o que supostamente favoreceria a redução da judicialização. Contudo, dados do relatório *Justiça em Números 2014* (CNJ) contradizem essa lógica, considerando que atualmente tramitam cerca de 95 milhões de processos na Justiça brasileira, para uma proporção de 202 milhões de habitantes, o que corresponderia à “média de um litígio para cada dois habitantes” (Piovesan, 2014, s/p).

Tais dados, por si só, já refletem a vivência de uma cultura da judicialização. Sobre os meios consensuais, cumpre pontuar que são mecanismos propostos pelo Judiciário para resolução de conflitos que já adentraram em seu espaço, ao menos como demanda. Ademais, salienta-se que os acordos e decisões resultantes da mediação e da conciliação possuem validade jurídica.

Conclusão

Neste artigo, buscou-se problematizar a vinculação das políticas públicas com o sistema de Justiça e, especialmente, com o Poder Judiciário. Entende-se que tal associação, além de contribuir para a ausência de clareza acerca do que compete ou não aos três poderes, tem favorecido o movimento de “judicialização da política” (Rodrigues e Sierra, 2011) e do humano, uma vez que tem se tornado recorrente a produção de materiais destinados à população, como as cartilhas analisadas, bem como a execução de políticas por parte de instâncias jurídicas e em alguns casos no próprio espaço do Judiciário.

Nota-se, então, que a regulação jurídica se expande sobre os mais diversos domínios da vida, o que vem sendo designado como humanização, mas que, por outro ângulo, pode ser considerado sob o viés da judicialização. Destarte, ao desenvolver políticas e produzir cartilhas que orientam a população sobre questões relativas ao divórcio e à violência escolar, estimulando os sujeitos a prevenir, a identificar e a combater supostas ameaças e violações, o sistema de Justiça tem contribuído para a naturalização desses fenômenos e, especialmente, para a judicialização das relações e dos conflitos pessoais, reforçando a associação entre lei, verdade e punição como fundamento para o que se considera hoje uma vida mais justa, igualitária e democrática.

Dito de outro modo, à medida que desenvolve uma série de políticas voltadas para questões relativas às esferas privada, relacional e subjetiva, essa Justiça dita humanizada acentua, paradoxalmente, a judicialização do humano. Com efeito, fomenta-se a demanda e a busca por soluções para problemas corriqueiros e conflitos interpessoais via judiciário e/ou legislativo, instituindo práticas de regulação social, medidas de controle e punição das condutas.

Vale ressaltar que, além do fato de serem produções do sistema de Justiça, as cartilhas analisadas fazem constante referência a leis, procedimentos e técnicas jurídicas, com o aparente intuito de torná-los não só acessíveis como aplicáveis ao cotidiano dos sujeitos. Considera-se, assim, que um dos efeitos dessa popularização dos conceitos e práticas jurídicas sobre os modos de vida e sobre as relações humanas – especialmente nas famílias e escolas, às quais são direcionadas as cartilhas – tem sido a naturalização das práticas de julgamento e enquadramento dos sujeitos como vítimas ou réus.

Cumprir ainda salientar que não se desconsidera a importância de atentar para as questões relativas ao sofrimento psíquico, aos conflitos relacionais, às dinâmicas familiares e até mesmo à violência. Entretanto, entende-se ser fundamental problematizar tanto o enquadre que tem sido dado a esses fenômenos, quanto as medidas que, ao invés de contribuírem para sua transformação, favorecem mais a naturalização e a judicialização dessas vivências.

Não se está questionando, portanto, a legitimidade de propostas e políticas que, de fato, ofereçam condições de suporte para as mudanças que se fazem necessárias. Todavia, compreende-se que tais ações, para serem de fato preventivas, devem ocorrer antes das questões serem judicializadas, cabendo, então, ao Poder Executivo o desenvolvimento de políticas que, minimamente, promovam a garantia dos direitos sociais a toda a população. Políticas públicas que não se ancoram na lógica punitiva, mas que busquem, por exemplo, reconhecer e apoiar pais e educadores no desempenho de suas funções educacionais, tornando-os

aliados, e não suspeitos ou culpados. Afinal, parafraseando Brito (2014), se a escola e a família são umas das principais instâncias responsáveis pela socialização de crianças e adolescentes, que efeitos produzirão a crescente judicialização das relações e dos conflitos pessoais nesses espaços?

Referências

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2013). *Vigilância líquida: diálogos com David Lyon*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- Brasil. (2010). Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Resolução CNJ nº125/2010*. Recuperado em 25 mai. 2015, de <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/acesso-a-justica/conciliacao/conciliador-e-mediador/323-sessao-de-julgamento/atos-administrativos-da-presidencia/resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>.
- Brasil. (2014). Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Recomendação CNJ nº50/2014*. Recuperado em 24 mai. 2015, de <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/28476-recomendacao-n-50-de-8-de-maio-de-2014>>.
- Brasil. (2013). Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). *Conte até 10 nas escolas*. Brasília, DF.
- Brasil. (2013). Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM). *Cartilha do divórcio para os pais*. Brasília, DF.
- Brasil. (2010). Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. *Lei sobre a alienação parental*. Brasília, DF. Recuperado em 25 mai. 2015, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm>.
- Brito, L. M. T. (2014). *Bullying e cultura de paz no advento da nova ordem econômica*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CNMP Notícias (2013). *Encontro MP pela Paz nas Escolas sedia lançamento da campanha no RJ*. Recuperado em 20 mai. 2015, de <<http://www.cnmp.gov.br/portal/noticia/5062-encontro-mp-pela-paz-nas-escolas-sedia-lancamento-da-campanha-conte-ate-10-no-rj>>.
- Estado da Bahia. (2013). Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) *Cartilha da Família – Não à alienação parental*. Bahia.
- IBDFAM Revista. (2014). *Parentalidade*. Minas Gerais, v. 14, set. 2014.
- Ministério Público do Piauí (2013). *Campanha conte até 10 nas escolas foi lançada hoje pelo Ministério Público do Piauí*. Recuperado em 25 mai. 2015, de <http://www.mp.pi.gov.br/internet/index.php?option=com_content&view=article&id=3598:conte-ate-10&catid=224&Itemid=101>.
- Moura, M. (2013). *CNJ lança cartilha para auxiliar famílias sobre divórcio*. Recuperado em 24 mai. 2015, de <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60524-cnj-lanca-cartilha-para-auxiliar-familias-sobre-divorcio>>.

- Neyrand, G. (2013). *Soutien à la parentalité et contrôle social*. Bruxelles: Yapaka.
- Oliveira, C. F. B., & Brito, L. M. T. (2013). Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 33, n. esp., 78-89.
- Pastor, L., & Chimanovitch, M. (2004). A humanização da Justiça. *ISTO É entrevista*. São Paulo: Editora três.
- Piovesan, F. (2014). *Acesso à Justiça*. Rio de Janeiro: O Globo.
- Portal CNJ. (2014) *Tribunal lança cartilha da Lei Maria da Penha para crianças*. Recuperado em 22 de mai. 2015 de <<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/30123:tribunal-lanca-cartilha-para-criancas-sobre-lei-maria-da-penha>>.
- Rifiotis, T. (1998). Dilemas éticos no campo da violência. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 13, 26-32.
- Rifiotis, T. (2003). As Delegacias Especiais de Proteção à Mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. In *Anuário 2003. Direito e Globalização* (p. 381-409). Rio de Janeiro: Lumen Juris/Unesco/Most.
- Rifiotis, T. (2008). Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 11(2), 225-236.
- Rodrigues, D. S., & Sierra, V. M. (2011). Democracia, direitos humanos e cidadania: as “novas políticas de reconhecimento” e os impasses na judicialização da questão social. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, 116, 30-38.
- Sousa, A. M., & Brito, L. M. T. (2011). Síndrome de alienação parental: da teoria norte-americana à nova lei brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 268-283.
- Sousa, A. M. (2014). A consagração das vítimas nas sociedades de segurança. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 29-56.
- Théry, I. (2007). Novos direitos da criança – a poção mágica? In S. Altoé (Org.), *A lei e as leis* (p. 135-162). Rio de Janeiro: Revinter.
- Vaz, P. R. G. (1999). Corpo e risco. *Forum Media*, Viseu, 1(1), 101-111.

Recebido em 22 de julho de 2015

Aceito para publicação em 19 de maio de 2016

UMA REVISÃO EXPLORATÓRIA NA DEMÊNCIA E ESQUIZOFRENIA: SOBREPOSIÇÕES, DIFERENÇAS E PERSONALIDADE PSICODINÂMICA

*AN EXPLORATORY REVIEW ON DEMENTIA AND SCHIZOPHRENIA:
OVERLAPS, DIFFERENCES AND PSYCHODYNAMIC PERSONALITY*

*UNA REVISIÓN EXPLORATORIA EN LA DEMENCIA Y LA ESQUIZOFRENIA:
SUPERPOSICIONES, DIFERENCIAS Y LA PERSONALIDAD PSICODINÁMICA*

*Joana Henriques-Calado**
*Maria Eugénia Duarte-Silva***

RESUMO

Neste estudo são salientadas algumas das sobreposições e diferenças na demência e esquizofrenia. A análise entre uma estrutura psíquica de personalidade e os respetivos diagnósticos é o objeto de exploração desta revisão. A angústia de fragmentação e a relação de objeto fusional apresentam-se relacionadas com a esquizofrenia e, por seu turno, a angústia de abandono e a relação de objeto anaclítica com a demência. Num *continuum*, a estrutura psicótica surge associada à esquizofrenia e a estrutura borderline à demência.

Palavras-chave: demência; esquizofrenia; personalidade; psicodinâmica; psicopatologia.

ABSTRACT

This study sets out to review some of the overlaps and differences in dementia and schizophrenia, and to analyze the relationship between a specific personality structure and diagnosis. The anxiety of abandonment and the anaclitic object relationship are related to dementia, while the anxiety of fragmentation and fusional object relationship are associated with schizophrenia. On a conti-

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Alameda da Universidade 1649-013 – Lisboa, Portugal.

** Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Alameda da Universidade 1649-013 – Lisboa, Portugal.

num, the borderline structure appears associated with dementia and the psychotic structure with schizophrenia.

Keywords: dementia; schizophrenia; personality; psychodynamic; psychopathology.

RESUMEN

En este estudio se destacan algunas de las superposiciones y diferencias en la demencia y la esquizofrenia. El análisis de una estructura psíquica de la personalidad y el diagnóstico respectivo es objeto de revisión. La angustia de la fragmentación y la relación de objeto fusional parecen estar relacionadas con la esquizofrenia y, a su vez, el angustia de la abandono y la relación de objeto anaclítica con la demencia. En el continuum, la estructura psicótica aparece asociada con la esquizofrenia y la demencia con la estructura borderline.

Palabras clave: demencia; esquizofrenia; personalidad; psicodinámica; psicopatología.

Background

There is a classical tradition that looks upon neurological disorders as “organic” and psychiatric disorders as “functional”, and this dichotomy has been the subject of numerous debates over the last decades (Baldwin & Capstick, 2007; Cheston & Bender, 1999; Kitwood, 1997; Steen, 2007). According to Damásio (2000), the distinction between diseases of the brain and the mind, i.e., between neurological and psychological disorders, only reflects ignorance of the relationship between the brain and the mind, which are inseparable. This points to an extensive overlap of causes, symptoms and treatments of disorders that, when taken together as both neurological and psychiatric/psychological, will lead to a more comprehensive understanding of the pathologies (Steen, 2007). As with the psychiatric disorder schizophrenia, neurological/organic diseases also illustrate an interaction between the brain and the mind, including Alzheimer’s disease, thought to be a typical neurological disease, thus shedding light upon the complex interrelationships between the various biopsychosocial aspects of human experience (Downs, Clare, & Anderson, 2008; Garner, 2004; Schore, 2001; Waddell, 2007; Steen, 2007; Terracciano et al., 2014). Furthermore, not only is Alzheimer’s Dementia presented as the most prevalent etiology of Dementia and prioritized in research, it has also shown high dependency on psychological aspects and psychiatric symptomatology (e.g., Downs et al., 2008; Garner, 2004; Terracciano et al., 2014).

Some overlaps and differences between schizophrenia and dementia

Although schizophrenia and dementia are two different conditions, they sometimes touch and overlap at both cognitive and organic levels, and at the psychopathological, functional level (e.g., Andreasen, 2010; Fatemi & Folsom, 2009; Keshavan & Jindal, 2010; Lewis & Levitt, 2002; Owen, O'Donovan, Thapar, & Craddock, 2011; Sachdev, 2010; Urfer-Parnas, Mortensen, & Parnas, 2010; Vannorsdall & Schretlen, 2013). Both the development and the profile of late-onset cognitive impairments in schizophrenia appear to be inconsistent with Alzheimer's disease, however, it may be that the acute cognitive decline in some schizophrenic patients is a result of comorbidity between schizophrenia and Alzheimer's disease (Cardinal & Bullmore, 2011; Harvey, 2005). However, the prevalence of neuropathological evidence in post-mortem studies, consistent with Alzheimer's disease, has been found, for the most part, to be consistent with that of the general population (Cardinal & Bullmore, 2011; Harvey, 2005). On the other hand, neuropsychiatric symptoms are common in Alzheimer's disease, but these psychotic symptoms may differ from those in schizophrenia (Lautenschlager & Kurz, 2010; Vannorsdall & Schretlen, 2013). There is a current debate which sets out to ascertain whether the psychotic symptoms displayed in Alzheimer's disease represent a subtype of this dementia, or whether genetic factors determine vulnerability to these psychotic symptoms (Lautenschlager & Kurz, 2010; Vannorsdall & Schretlen, 2013). More recently, it has been suggested that the psychotic symptoms must be present before the diagnosis of dementia, as part of a prodromal syndrome or as part of a subsyndromal personality structure (Lautenschlager & Kurz, 2010).

It should be noted that around 100 years ago, Kraepelin originally conceptualized schizophrenia as dementia praecox, placing it in the same category as degenerative disorders and, thus, sparking a heated debate in psychiatry (Barak, Swartz, & Davidson, 1997; Cardinal & Bullmore, 2011; Ferrey & Le Gouès, 2000). There is seemingly a neuronal model of cortical modulation of base acetylcholine that is common to both schizophrenia and dementia. However, subsequent bi-directional deviations underlying the development of schizophrenia and dementia must occur, since there is some evidence of genetic commonalities (Barak et al., 1997; Gelder, Mayou, & Geddes, 2002; Karon & VandenBos, 1998). The pathological and biochemical markers of dementia are not conclusively demonstrated in elderly schizophrenics, and there is a body of evidence which tends to suggest that dementia is not an outcome of schizophrenia (Harvey, 2005; Gelder et al., 2002; Karon & VandenBos, 1998).

Neuropsychological and neurological evidence

We are currently faced with an issue that has led to extensive research and which continues to generate considerable interest, namely the fact that the distinction “cortical” and “subcortical” dementia is also applicable to schizophrenia (Hill, Ragland, Gur, & Gur, 2002; Turetsky et al., 2002). In other words, it is clear that in neuropsychological and neuroanatomical terms, schizophrenia may correspond to the pattern of “cortical” dementia (e.g. Alzheimer’s) or to the pattern of “subcortical” dementia (e.g. Parkinson’s) (Turetsky et al., 2002). The fact that there are schizophrenic patients who do not present any type of neuropsychological deficit should also be noted (Palmer et al., 1997), so seemingly the mechanisms that underlie neurocognitive functioning must be distinct from those involved in the production of psychiatric (psychopathological) symptoms. This is currently an open scientific question (Karon & VandenBos, 1998; Palmer et al., 1997; Steen, 2007).

Some studies report that it is possible to have healthy ageing even when there is a pathology of the brain, since there is post-mortem evidence of neurodegenerative disease in people who were cognitively and mentally intact and resisted the effects of the disease through mechanisms that are still unknown (Steen, 2007; Terracciano et al., 2014). There are also individuals who mimic Alzheimer’s disease and show no neurodegenerative disease in the post-mortem (Evans, 2008; Terracciano et al., 2014), which leads to a questioning of whether the neurological lesions are the “cause” or “effect” of dementia (Chevance, 2005).

Overview of the psychodynamic perspective

Turning to the classical discussion and indistinctness between schizophrenia and dementia (Barak et al., 1997; Balfour, 2007; Urfer-Parnas et al., 2010), it should be noted that there is an interesting parallel with the fact that, initially, the term borderline was equally considered an attenuated form of schizophrenia or hebephrenia (psychosis) (Bergeret, 2008). In psychological terms, for some authors, dementia presents clinical symptoms resembling the psychic structure of borderline pathology, as shall be explained further ahead.

Many authors describe the pre-dementia personality as traumatophobic, given the analogy of symptoms between dementia and post-traumatic syndromes, which occurred throughout life, beyond childhood (Clement, Darthout, & Nubukpo, 2003; Hybler, 1998; Vignat, Bragard, & Suchet, 1987). In a study

by Clement et al. (2003), individuals with dementia exhibited personality traits of dependency, avoidance, obsessive symptoms and alexithymia, and were subject to a higher number of traumatic memories/situations throughout life. There seems to be considerable evidence of dementia being related to anxiety and the anaclitic object relationship and to the fear of abandonment/loss of the object, which are pathognomonic characteristics of borderline pathology (Abraham & Walter, 2008; Chevance, 2005; Gerardin & Maheut-Bosser, 1998; Myslinski, 1994, 1998).

Importantly, however, the investment in internal objects is conserved in dementia up to an advanced stage of the disorder, while in schizophrenia the loss is total and premature (Abraham & Walter, 2008; Evans, 2008; Garner, 2004). The anxiety of the psychotic is fragmentation – withdrawal and death, strangeness, persecution. It is also the anxiety of annihilation, depersonalization and unfulfillment (Bergeret, 2008; Coimbra de Matos, 2002; Grotstein, 1989; Spear & Sugarman, 1984; Steiner, 1991; Willick, 2001).

The anxiety of the borderline is the anxiety of loss of the object (narcissistic incompleteness) – anaclitic depression, despair and helplessness, fear of abandonment; it comes before the separation-individuation (Bergeret, 2008; Coimbra de Matos, 2002; Masterson & Rinsley, 1975; Spear & Sugarman, 1984; Tuttmann, 1990; Westen, 1990).

Such risk factors, experienced as early trauma, may cause continued stress reactions throughout the life cycle. Associations between this phenomenon and the early and pathologic mental aging have been established (e.g., Wilson et al., 2003, 2006).

The psychotic object relationship remains fusional to the object, leading to the expression of negative symptomatology, divestment of the objects of reality and an object neoconstruction. A unipolar record, in which there is a somatopsychic indifferenciation, lacking a boundary between the “I” and the object, is characterized by not exceeding the pre-object recording, absorption and dissemination mechanisms, lack of distinction between the “inner” and “outer” (Bergeret, 2008; Coimbra de Matos, 2002; Grotstein, 1989; Spear & Sugarman, 1984; Steiner, 1991; Willick, 2001).

The object relationship of the borderline remains a two-way relationship, but differs from the primitive psychosis dyad; cleaved object/anaclitic relationship. In anaclitism, there is separability between the “I” and the object, although the limits are perforated or permeable (Bergeret, 2008; Coimbra de Matos, 2002; Masterson & Rinsley, 1975; Spear & Sugarman, 1984; Tuttmann, 1990; Westen, 1990).

Moreover, the defense mechanisms of the psychotic structure are mainly splitting, projective identification and omnipotence, while projection, withdrawal from reality and denial are equally important (Bergeret, 2008). The defense mechanisms of the borderline structure are mainly splitting, projection and acting-out, while denial, projective identification, omnipotence and avoidance are equally important (Bergeret, 2008). Some researchers have tried to establish a distinction between the use of defense mechanisms in both groups, arguing that the borderline structure has a specific and identifying spectrum/style. The borderline tends to make greater use, above all, of splitting and primitive devaluation, idealization, denial and projective identification than the schizophrenic (Lerner, 1990; Lerner, Sugarman, & Gaughran, 1981).

Conclusion

In the psychodynamic construct, object relationships are viewed as structuring the organization of past and future experiences (e.g., Kandel, 1998, 1999; Priel, Kantor, & Besser, 2000). There is a continuum between the representative function of internal objects and representations, namely a continuum in the diachrony of child development and a continuum in the unconscious processes of adult thought (e.g., Imbasciati, 2003; Kandel, 1998, 1999; Schore, 2001).

In addition to a possible genetic background common to schizophrenia and dementia (e.g., Barak et al., 1997; Hill et al., 2002; Karon & VandenBos, 1998; Keshavan & Jindel, 2010; Palmer et al., 1997; Turetsky et al., 2002; Urfer-Parnas et al., 2010; Vannorsdall & Schretlen, 2013), it may be that different personality structures are associated with different diagnoses, whereby the psychotic structure emerges as being connected to schizophrenia and the borderline structure to dementia.

References

- Abraham, V. G., & Walter, M. (2008). À propos d'une psychopathologie de la démence [On psychopathology of dementia]. *NPG Neurologie-Psychiatrie-Gériatrie*, 47, 32-37.
- Andreasen, N. C. (2010). The lifetime trajectory of schizophrenia and the concept of neurodevelopment. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 12(3), 409-415.
- Baldwin, C., & Capstick, A. (2007). *Tom Kitwood on dementia: a reader and critical commentary*. London: McGraw-Hill.

- Balfour, A. (2007). Facts, phenomenology, and psychoanalytic contributions to dementia care. In R. Davenhill (Ed.), *Looking into later life: a psychoanalytic approach to depression and dementia in old age* (p. 222-247). United Kingdom: Karnac.
- Barak, Y., Swartz, M., & Davidson, M. (1997). Dementia in elderly schizophrenic patients: Reviewing the reviews. *International Review of Psychiatry*, 9, 459-463.
- Bergeret, J. (2008). *Abrégé de psychologie pathologique (10th ed.)* [Psychopathologic psychology]. Paris: Masson.
- Cardinal, R. N., & Bullmore, E. T. (2011). Primary psychiatric disease. In R. N. Cardinal, & E. T. Bullmore (Eds.), *The diagnosis of psychosis* (p. 152-167). UK: Cambridge University.
- Cheston, R., & Bender, M. (1999). *Understanding dementia: the man with the worried eyes*. United Kingdom: Kingsley.
- Chevance, A. (2005). Désir d'oubli chez le patient alzheimer, un concept clef pour une prise en charge psychothérapique [Wish of neglect at the alzheimer patient, a key concept for a psychotherapeutic change]. In J. M. Talpin (Ed.), *Cinq paradigmes cliniques du vieillissement* (p. 107-146). Paris: Dunod.
- Clement, J. P., Darthout, N., & Nubukpo, P. (2003). Événements de vie, personnalité et démence [Life events, personality and dementia]. *Psychologie & NeuroPsychiatrie du Vieillessement*, 1(2), 129-138.
- Coimbra de Matos, A. (2002). *O desespero*. Lisboa: Climepsi.
- Damásio, A. R. (2000). *The feeling of what happens*. USA: Harvest Books.
- Downs, M., Clare, L., & Anderson, E. (2008). Dementia as a biopsychosocial condition: implications for practice and research. In B. Woods & L. Clare (Eds.), *Handbook of the clinical psychology of ageing* (p. 145-160). London: Wiley.
- Evans, S. (2008). Beyond forgetfulness: how psychoanalytic ideas can help us to understand the experience of patients with dementia. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 22(3), 155-176.
- Fatemi, S. H., & Folsom, T. D. (2009). The neurodevelopmental hypothesis of schizophrenia revisited. *Schizophrenia Bulletin*, 35(3), 528-548. doi: 10.1093/schbul/sbn187
- Ferrey, G., & Le Gouès, G. (2000). *Psychopathologie du sujet âgé*. Paris: Masson.
- Garner, J. (2004). Dementia. In S. Evans & J. Garner (Eds.), *Talking over the years: a handbook of dynamic psychotherapy with older adults* (p. 215-230). U.S.A.: Brunner-Routledge.
- Gerardin, P., & Maheut-Bosser, A. (1998). En partance, ou à la recherche de soi [Wandering]. *La Revue Française de Psychiatrie et de Psychologie Médicale*, 20, 52-53.
- Gelder, M., Mayou, R., & Geddes, J. (2002). *Psiquiatria* (M. L. Q. A. Brasil, trad., 2ª ed.). Brasil: Guanabara Koogan. (Obra original publicada em 1999)
- Grotstein, J. S. (1989). A revised psychoanalytic conception of schizophrenia: an interdisciplinary update. *Psychoanalytic Psychology*, 6(3), 253-275.
- Harvey, P. D. (2005). Dementia and schizophrenia: similarities and differences. In P. D. Harvey (Ed.), *Schizophrenia in late life: aging effects on symptoms and course of illness* (p. 101-117). Washington, DC: American Psychological Association.

- Hill, S. K., Ragland, D., Gur, R. C., & Gur, R. E. (2002). Neuropsychological profiles delineate distinct profiles of schizophrenia, an interaction between memory and executive function and uneven distribution of clinical subtypes. *Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology*, 24(6), 765-780.
- Hybler, M. (1998). L'horreur de la mémoire et la mémoire de l'horreur [Horror of memory and memory of horror]. *La Revue Française de Psychiatrie et de Psychologie Médicale*, 20, 17-19.
- Imbasciati, A. (2003). Nascimento e construção da mente (J. Serra, trad.). Lisboa: Climepsi. (Obra original publicada em 1998)
- Kandel, E. R. (1998). A new intellectual framework for psychiatry. *American Journal of Psychiatry*, 155, 457-469.
- Kandel, E. R. (1999). Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry revisited. *American Journal of Psychiatry*, 56, 505-524.
- Karon, B. P., & VandenBos, G. R. (1998). Schizophrenia and psychosis in elderly populations. In I. H. Nordhus, G. R. VandenBos, S. Berg, & P. Fromholt (Eds.), *Clinical geropsychology* (p. 219-227). Washington, DC: American Psychological Association.
- Keshavan, M. S., & Jindal, R. D. (2010). Neurobiology and etiology of primary schizophrenia. In P. S. Sachdev, & M. S. Keshavan (Eds.), *Secondary schizophrenia* (p. 3-15). United Kingdom: Cambridge University.
- Kitwood, T. (1997). *Dementia reconsidered: the person comes first*. United Kingdom: Open University Press.
- Lautenschlager, N. T., & Kurz, A. F. (2010). Neurodegenerative disorders and schizophrenia-like psychosis. In P. S. Sachdev, & M. S. Keshavan (Eds.), *Secondary schizophrenia* (p. 204-213). United Kingdom: Cambridge University.
- Lerner, P. M. (1990). Rorschach assessment of primitive defenses: a review. *Journal of Personality Assessment*, 54 (1/2), 30-46.
- Lerner, H. D., & Lerner, P. M. (1980). Rorschach assessment of primitive defenses in borderline personality structure. In J. S. Kwapner, H. D. Lerner, P. M. Lerner, & A. Sugarman (Eds.), *Borderline phenomena and the Rorschach test* (p. 257-274). New York: International University Press.
- Lerner, H. D., Sugarman, A., & Gaughran, J. (1981). Borderline and schizophrenic patients: A comparative study of defensive structure. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 169, 705-711.
- Lewis, D. A., & Levitt, P. (2002). Schizophrenia as a disorder of neurodevelopment. *Annual Review of Neuroscience*, 25, 409-432. doi: 10.1146/annurev.neuro.25.112701.142754
- Masterson, J. F., & Rinsley, D. D. (1975). The borderline syndrome: the role of the mother in the genesis and psychic structure of the borderline personality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 56, 163-177.
- Myslinski, M. (1994). Permanence des organisateurs de la vie mentale adulte sous la présentation déficitaire de la femme âgée [Permanence of the inductors of adult mental life under the defective presentation of the elderly woman]. *Psychologie Médicale*, 26(4), 365-367.

- Myslinski, M. (1998). L'attachement thérapeutique: une réponse humaine à la souffrance de l'abandon dans la démence [Therapeutic attachment: a human response to suffering in dementia]. *La Revue Française de Psychiatrie et de Psychologie Médicale*, 20, 46-47.
- Owen, M. J., O'Donovan, M. C., Thapar, A., & Craddock, N. (2011). Neurodevelopmental hypothesis of schizophrenia. *British Journal of Psychiatry*, 198, 173-175. doi: 10.1192/bjp.bp.110.084384
- Palmer, B. W., Heaton, R. K., Paulsen, J. S., Kuck, J., Braff, D., & Harris, M. J. (1997). It is possible to be schizophrenic yet neuropsychologically normal? *Neuropsychology*, 11(3), 437-446.
- Priel, B., Kantor, B., & Besser, A. (2000). Two maternal representations. *Psychoanalytic Psychology*, 17, 128-145.
- Sachdev, P. (2010). The concept of organicity and its application to schizophrenia. In P. Sachdev, & M. Keshavan (Eds.), *Secondary schizophrenia* (p. 16-20). NY: Cambridge.
- Schore, A. N. (2001). The effects of a secure attachment relationship on right brain development, affect regulation, and infant mental health. *Infant Mental Health Journal*, 22, 7-66. doi: 10.1002/1097-0355(200101/04)22
- Spear, E. E., & Sugarman, A. (1984). Dimensions of internalized object relations in borderline and schizophrenic patients. *Psychoanalytic Psychology*, 1(2), 113-129.
- Steen, R. G. (2007). *The evolving brain: the known and the unknown*. New York: Prometheus Books.
- Steiner, J. (1991). A psychotic organization of the personality. *International Journal of Psychoanalysis*, 72, 201-207.
- Terracciano, A., Sutin, A. R., An, Y., O'Brien, R. J., Ferrucci, L., Zonderman, A. B., & Resnick, S. M. (2014). Personality and risk of Alzheimer's disease: new data and meta-analysis. *Alzheimer's & Dementia*, 10(2), 179-186. doi: 10.1016/j.jalz.2013.03.002
- Turetsky, B. I., Moberg, P. M., Mozley, L. H., Moelter, S. T., Agrin, R. N., Gur, R. C., & Gur, R. E. (2002). Memory-delineated subtypes of schizophrenia: relationship to clinical, neuroanatomical, and neurophysiological measures. *Neuropsychology*, 16(4), 481-490.
- Tuttman, S. (1990). Exploring an object relations perspective on borderline conditions. *Journal of American Academy of Psychoanalysis*, 18, 539-553.
- Trull, T., & Widiger, T. (2003). Personality disorders. In J. Graham, & J. Naglieri (Eds.), *Handbook of psychology: Clinical psychology* (p. 149-172). U.S.A.: Wiley & Sons.
- Urfer-Parnas, A., Mortensen, E. L., & Parnas, J. (2010). Core of schizophrenia: estrangement, dementia or neurocognitive disorder? *Psychopathology*, 43, 300-311.
- Vannorsdall, T. D., & Schretlen, D. J. (2013). Late-onset schizophrenia. In L. D. Ravdin, & H. L. Katzen (Eds.), *Handbook on the neuropsychology of aging and dementia* (p. 487-500). NY: Springer.
- Vignat, J. P., Bragard, J. J., & Suchet, D. (1987). Démence et psychogénèse. *Médecine & Hygiène*, 45, 1466-1472.

- Waddell, M. (2007). Only connect: the links between early and later life. In R. Davenhill (Ed.), *Looking into later life: a psychoanalytic approach to depression and dementia in old age* (p. 187-200). UK: Karnac.
- Westen, D. (1990). Towards a revised theory of borderline object relations. *International Journal of Psycho-Analysis*, 71, 661-693.
- Willick, M. S. (2001). Psychoanalysis and schizophrenia: a cautionary tale. *Journal of American Psychoanalytic Association*, 49, 27-56.
- Wilson, R. S., Evans, D. A., Bienias, J. L., Mendes de Leon, C. F., Schneider, J. A., & Bennett, D. A. (2003). Proneness to psychological distress is associated with risk of Alzheimer's disease. *Neurology*, 61, 1479-1485. doi: 10.1212/01.WNL.0000096167.56734.59
- Wilson, R. S., Arnold, S. E., Schneider, J. A., Kelly, J. F., Tang, Y., & Bennett, D. A. (2006). Chronic psychological distress and risk of Alzheimer's disease in old age. *Neuroepidemiology*, 27, 143-153. doi: 10.1159/000095761

Recebido em 10 de agosto de 2015

Aceito para publicação em 11 de março de 2016